



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E
DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA

JANISE MARIA MONTEIRO RODRIGUES VIANA

ATIVIDADE PESQUEIRA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL: o caso das Comunidades
Igarapé Grande, João Pilatos e Cajueiro

Belém-PA
2017

JANISE MARIA MONTEIRO RODRIGUES VIANA

ATIVIDADE PESQUEIRA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL: o caso das Comunidades Igarapé Grande, João Pilatos e Cajueiro

Dissertação apresentada ao Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará como requisito avaliativo para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Orientador: Prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes.

Co-orientador: Prof. Dr. Rodolpho Zahluth Bastos.

Belém-PA
2017

Dados Internacionais de Catalogação- na-Publicação (CIP)
Biblioteca do Núcleo de Meio Ambiente/UFPA

Viana, Janise Maria Monteiro Rodrigues

Atividade pesqueira e organização social: o caso das comunidades Igarapé Grande, João Pilatos e Cajueiro / Janise Maria Monteiro Rodrigues Viana. - 2017.

Orientador: Sérgio Cardoso de Moraes.

Coorientador: Rodolpho Zahluth Bastos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2017.

1. Pesca artesanal - Ananindeua (PA). 2. Pescadores - Ananindeua (PA) - Condições sociais. 3. Comunidades - Organização para o desenvolvimento - Ananindeua (PA). I. Moraes, Sérgio Cardoso de, orientador. II. Bastos, Rodolpho Zahluth, coorientador. III. Título.

CDD 22 ed. 639.2098115

JANISE MARIA MONTEIRO RODRIGUES VIANA

ATIVIDADE PESQUEIRA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL: o caso das Comunidades Igarapé Grande, João Pilatos e Cajueiro

Dissertação apresentada ao Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará como requisito avaliativo para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Orientador: Prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes.
Co-orientador: Prof. Dr. Rodolpho Zahluth Bastos.

Defendido e aprovado em: ___/___/___

Conceito: _____

Data: ___/___/___

Banca examinadora:

Prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes (Orientador)
Doutor em Educação
Universidade Federal do Pará/NUMA/PPGEDAM

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva (Examinador Interno)
Doutor em Ecologia Aquática e Pesca
Universidade Federal do Pará/NUMA/PPGEO

Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues (Examinador Externo)
Doutor em Geografia
Universidade Federal do Pará//PPGEO

Para o ser, que é hoje a razão da
minha vida, meu filho Otto Viana
Fonseca.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a Nossa Senhora de Nazaré pela abençoada oportunidade de cursar o mestrado profissional, pela saúde, determinação e inspiração intelectual que me permitiram concluir este estudo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes, pelas orientações descontraídas e excelentes contribuições que me conduziram na realização desta pesquisa. Sou imensamente grata pelos conhecimentos compartilhados com tanta sabedoria e paciência, que me possibilitaram novas perspectivas no viés da interdisciplinaridade.

A minha mãe Maria Célia Monteiro R. Viana, por sempre acreditar em mim, pelo amor incondicional, exemplo de luta, persistência, coragem e fé. Sem ela, eu jamais teria conseguido concluir. Aos meus irmãos, pela compreensão e incentivo no decorrer desta pesquisa, em especial ao Jamerson, pela sua incansável ajuda.

Ao meu filho Otto Viana Fonseca, que ganhei de presente de Deus no decorrer desta pesquisa e veio como fonte de motivação e coragem para prosseguir ainda mais nos estudos.

Ao meu amor e parceiro Wellington da Silva Fonseca, por seu apoio e compreensão em todos os momentos desta pesquisa. Sem sua ajuda, certamente tudo seria mais difícil.

A todos os membros do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará pelo respeito e atenção, especialmente os professores do PPGEDAM pelas aulas, ensinamentos e incentivos que ampliaram meus horizontes.

Ao seu Nazareno, que com seus saberes, tranquilidade e gentileza auxiliou-me incansavelmente nos levantamentos de dados e nas pesquisas em campo em todas as comunidades visitadas. Ele é um exemplo de sabedoria e representa um acervo vivo para a história do município de Ananindeua.

Aos presidentes de associações e os moradores entrevistados das comunidades de Igarapé Grande, João Pilatos e Cajueiro pela hospitalidade e importantes conhecimentos compartilhados no decorrer da pesquisa.

Aos que sempre forneceram as informações solicitadas, como Peter Falcão da SEDES, a Eng. Florestal Rozi Modesto da SEMUPA - Ananindeua, e ao Eng. de Pesca e diretor do escritório local da EMATER - Ananindeua Marcos Ribeiro, enfim a todos que gentilmente contribuíram de alguma forma para a realização deste estudo.

“Não tem tanto valor aquilo que vem de graça, quanto o que é conquistado com muito esforço e grande sacrifício, porque quem vive a ganhar não tem oportunidade de contemplar um caminho que ele mesmo não percorreu. Aquele, porém, que se esforçou por conseguir, lembrará em cada pedaço do caminho um tempo de luta e um sabor de conquista”.

(J. S. Nobre)

RESUMO

Este estudo objetiva examinar como a atividade pesqueira está estruturada e se relaciona com os processos de organização social existentes em comunidades insulares amazônicas, buscando, especificamente, compreender se as organizações sociais relacionadas com a atividade pesqueira estão desenvolvendo seu papel social, político e econômico a partir da relação associado e sociedade. Para isso escolheu-se como recorte espacial as comunidades de Igarapé Grande e João Pilatos localizadas na Ilha João Pilatos e a comunidade Cajueiro, localizada na Ilha Santa Rosa, região insular do município de Ananindeua (Pa). Tais comunidades foram selecionadas por serem: consideradas as mais antigas, possuírem o maior número de habitantes e abrigarem múltiplas organizações sociais que atuam com a trabalhadores da pesca. No que concerne as organizações existentes nestes territórios, a presente pesquisa está voltada para as seguintes: Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais da Ilha de Igarapé Grande – AMPPRIG, Associação de Pescadores Artesanais, Aquicultores, Marisqueiros e Produtores Rurais das Ilhas de Ananindeua – APAAPRIAN, Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais de João Pilatos – AMPPRJP e a Colônia de Pescadores do município a Z-93, uma vez que essa instituições estão relacionadas a estruturação e desenvolvimento da atividade pesqueira no município. O arcabouço teórico que embasou a pesquisa perpassa pelos conceitos de comunidade, organização social, associativismo, movimentos sociais e atividade pesqueira. Também são debatidos e aprofundados estudos sobre a Amazônia e as características da pesca artesanal. Realizou-se um estudo de caso, de natureza qualitativa, utilizando-se também a Pesquisa Narrativa como ferramenta metodológica. Os dados e informações aqui apresentados foram levantados em campo por meio de entrevistas semiestruturadas, observações, análises documentais, anotações de campo, registros fotográficos e audiovisuais, subsidiados pela revisão bibliográfica citada. Conclui-se que as organizações sociais se constituem em força estratégica capaz de proporcionar melhores condições locais de vida das pessoas seja na zona rural ou nos centros urbanos, possibilitando uma maior participação social e estreitamento dos laços entre a sociedade e o poder público, sob todas as suas dimensões, podendo estes tipos de organizações serem inseridas como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social. No entanto, as organizações objeto deste estudo, apontam para a necessidade de estruturação e organizacional para que consigam beneficiar não somente os pescadores associados, mais também contribuir com o fortalecimento da categoria através do apoio junto a Colônia. Os resultados apresentados possibilitam repercussão tanto no campo teórico quanto no campo prático, uma vez que as pesquisas relacionadas as organizações sociais e a atividade pesqueira no município de Ananindeua são escassas, e esses estudos podem, eventualmente, contribuir para os objetivos e atuações dessas representações sociais.

Palavras-chave: Organização Social. Pescadores. Região Insular de Ananindeua. Colônia de Pescadores. Pesca Artesanal. Amazônia.

ABSTRACT

This study aims to examine how fishing activity is structured and is related to the processes of social organization existing in Amazonian island communities, specifically seeking to understand if social organizations related to fishing activity are developing their social, political and economic role starting from with the associated relationship and society. For this purpose, the communities of Igarapé Grande and João Pilatos were located on João Pilatos Island and the Cajueiro community, located on Santa Rosa Island, an island region of the municipality of Ananindeua (Pa). These communities were selected because they are: considered the oldest, have the largest number of inhabitants and shelter multiple social organizations that work with fishing workers. As far as the organizations in these territories are concerned, the present research is focused on the following: the Association of Rural Igarapé Grande Residents and Small Producers - AMPPRIG, Association of Artisanal Fishermen, Aquaculture, Seafood and Rural Producers of the Ananindeua Islands - APAAPRIAN , Association of Residents and Small Rural Producers of João Pilatos - AMPPRJP and the Fishermen's Colony of the municipality to Z-93, since these institutions are related to the structuring and development of the fishing activity in the municipality. The literature that underlies the research runs through the concepts of community, social organization, associativism, social movements and fishing activity. Studies on the Amazon and the characteristics of artisanal fishing are also debated and studied in depth. A case study of a qualitative nature was carried out, using Narrative Research as a methodological tool. The data and information presented here were collected in the field through semi structured interviews, observations, documentary analyzes, field notes, photographic and audiovisual records, subsidized by the cited bibliographic review. It is concluded that social organizations constitute a strategic force capable of providing better local living conditions for people, whether in rural areas or in urban centers, enabling greater social participation and closer ties between society and public power, under all their dimensions, and these types of organizations can be inserted as an alternative of local development and social sustainability. However, the organizations object of this study point to the need for structuring and organizational so that they can benefit not only the associated fishermen, but also contribute to the strengthening of the category through support with the Colony. The results presented make possible repercussions both in the theoretical field and in the practical field, since the surveys related to social organizations and fishing activity in the municipality of Ananindeua are scarce, and these studies may eventually contribute to the objectives and actions of these social representations.

Keywords: Social Organization. Fishermen. Insular Region of Ananindeua. Colony of Fishermen. Artisanal Fishing. Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Porto do Surdo - Ananindeua

Figura 02 – Trilha de Igarapé Grande a João Pilatos

Figura 03 – Desembarque na Comunidade de Igarapé Grande

Figura 04 – Escola Municipal Domiciano de Farias

Figura 05 - Unidade de Saúde da Comunidade

Figura 06 – Igreja Nossa Senhora da Conceição e Atividade de Educação Ambiental

Figura 07 – Anexo da Escola João Pilatos

Figura 08 – Igreja Pentecostal “Jesus é o caminho”.

Figura 09 – Construção de embarcação pelos moradores da comunidade

Figura 10 – Construção de embarcação pelos moradores da comunidade

Figura 11 – Sede da AMPPRJP

Figura 12 – Feira de artesanato local organizada pela AMPPRJP

Figura 13 – Reunião da AMPPRJP

Figura 14 – Instalações da futura sede da Colônia Z-93

Figura 15 – Trilha de acesso a Colônia Z-93

LISTA DE QUADROS

Quadro1 - Demonstrativo das Associações existentes nas Ilhas de Ananindeua

Quadro 2 - População Total, por Gênero, Rural/Urbana –Ananindeua- PA

Quadro 3 - Projetos de Assentamento nas Ilhas de Ananindeua

Quadro 4 - Demonstrativos Colônia de Pescadores do Município de Ananindeua

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do Município de Ananindeua (Pa) – Ilha João Pilatos e Adjacentes

Mapa 2 – Município de Ananindeua (Pa) – Localização na Região Metropolitana de Belém – RMB.

Mapa 3 – Localização Município de Ananindeua (Pa) – Região das Ilhas João Pilatos e Santa Rosa

LISTA DE SIGLAS

AMPPRIG - Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais de Igarapé Grande

AMPPRIV - Associação de Moradores, Pescadores e Pequenos Produtores Rurais da Ilha Viçosa

AMPPRJP - Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais de João Pilatos

APAAPRIAN - Associação de Pescadores Artesanais, Aquicultores e Produtores Rurais das Ilhas de Ananindeua

APAMAPRIS - Associação dos Pescadores Artesanais, Aquicultores, Marisqueiros e Pequenos Produtores Rurais da Ilha Sororoca

APAMPRIG - Associação dos Pescadores Artesanais, Aquicultores, Marisqueiros e Pequenos Produtores Rurais da Ilha de Guajarina

APAMPRISA - Associação dos Pescadores Artesanais, Aquicultores, Marisqueiros e Pequenos Produtores Rurais da Ilha Sassunema

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNP - Confederação Nacional dos Pescadores

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CPP - Conselho Pastoral da Pesca

EMATER - Empresa e Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará

FEPA - Federação Estadual dos Pescadores do Pará

FJP – Fundação João Pinheiro

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITERPA - Instituto de Terras do Pará

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MONAPE – Movimento Nacional dos Pescadores

MOPEPA - Movimento de Pesca do Pará

MOPG - Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão

PAE - Projeto de Assentamento Extrativista

PAS – Plano Amazônia Sustentável

PEPRUCANESP - Associação de Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Agrícola de Nova Esperança

PNUD – Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento

RMB - Região Metropolitana de Belém

SEDES – Secretaria Municipal de Ananindeua

SEMUPA - Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura

SPU - Secretaria de Patrimônio da União

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	16
1.1 Considerações Iniciais.....	16
1.2 Nas Trilhas do Conhecimento e a Construção da Pesquisa.....	19
1.3 Aspectos Metodológicos Percorridos.....	26
1.4 Área de Estudo.....	28
1.5 Coleta, Análise de Dados e Seleção dos Informantes da Pesquisa.....	30
CAPÍTULO 2 – A VIDA EM COMUNIDADE E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL.....	33
2.1 Comunidade: um conceito em construção.....	33
2.2 Organização Social: característica e definições.....	38
2.3 O associativismo.....	42
2.4 Organizações Associativas na Amazônia.....	47
CAPÍTULO 3 – DELINEAMENTO HISTÓRICO E MOVIMENTOS SOCIAIS NA PESCA AMAZÔNICA.....	53
3.1 A Atividade Pesqueira na Amazônia e suas Características Gerais.....	53
3.2 Criação de Movimentos Sociais de Pescadores.....	62
3.3 O Surgimento do Movimento dos Pescadores na Amazônia Paraense.....	66
3.4 Organizações Coletivas e a Participação Social na Pesca.....	68
CAPÍTULO 4 – A ILHA JOÃO PILATOS E A ILHA SANTA ROSA.....	71
4.1 O município de Ananindeua e suas singularidades.....	71
4.2 A Ilha João Pilatos: ambiente e comunidades.....	77
4.2.1 Comunidade de Igarapé Grande.....	83
4.2.2 Comunidade João Pilatos.....	89
4.2.3 Ilha Santa Rosa: a comunidade do Cajueiro.....	93
CAPÍTULO 5 – ANÁLISE DOS RESULTADOS: O perfil das Organizações Associativas Vigentes.....	97
5.1 Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais da Ilha de Igarapé Grande – AMPPRIG.....	97
5.2 Associação de Pescadores Artesanais, Aquicultores, Marisqueiros e	

Produtores Rurais das Ilhas de Ananindeua – APAAPRIAN.....	100
5.3 Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais de João Pilatos – AMPPRJP.....	103
5.4 A Colônia de Pescadores Z-93.....	108
CAPÍTULO 6 – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	115
CAPÍTULO 7 – ALGUMAS RECOMENDAÇÕES, LIMITAÇÕES E PROPOSTAS DE PESQUISAS FUTURAS.....	120
7.1 Algumas Recomendações.....	120
7.2 Limitações.....	122
7.3 Propostas de Pesquisas Futuras.....	123
REFERÊNCIAS	124
ANEXOS.....	141
APÊNDICES.....	150

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

No intuito de auxiliar no conhecimento, este capítulo objetiva apresentar o caminho percorrido para alcançar os objetivos propostos, destacando inicialmente a Amazônia e suas singularidades, a fim de compreender o contexto da pesquisa, em seguida demonstram-se os aspectos metodológicos percorridos, bem como a área de estudo, coleta, análise de dados, informações e seleção de participantes de forma a subsidiar o referido estudo.

1.1 Considerações Iniciais

A Amazônia brasileira recolhe uma área equivalente a 6 milhões de km², correspondendo a 61% do país. Possui o maior banco genético do planeta, tem 1/5 de água do globo e 1/3 das florestas tropicais. O berço de grande biodiversidade e de ecossistemas naturais complexos encontra-se no estuário amazônico, aonde se localiza as maiores quantidades concentradas de água doce e extensões de terras com cobertura vegetal (BECKER, 1990). Considerando um mundo de água, o estuário corresponde a florestas parcialmente inundadas com alternância de períodos de enchentes e vazantes, formando ecossistemas de várzeas, manguezais e terra firme (CASTRO, 2003).

A biodiversidade do estuário amazônico é expressa não apenas na riqueza de espécies, mais também nas suas populações que em tal região habitam. Considerados por alguns, populações tradicionais nas práticas e formas de uso dos recursos naturais, tais grupos residem em áreas ribeirinhas localizadas nas variadas ilhas que acompanham o estuário, que se destacam e se integram ao tecido urbano pela cultura, música, ritos, símbolos, costumes e relações com a natureza (CASTRO, 2003).

Para Lira e Chaves (2016, p. 67):

A Amazônia não pode ser vista, somente, como ambiente físico, natural ou humano, pois se constitui em uma totalidade complexa que envolve as dimensões naturais, política, ideológica e sociocultural, sob o estabelecimento de relações sociais dos homens, entre si, e com a natureza.

O espaço econômico, social, político, territorial, cultural, natural amazônico não é homogêneo. Pode-se dizer que existem as Amazônias (ARAGÓN, 2013). E nesse aspecto é importante destacar o processo de colonização da Amazônia, que resultou em duas sub-regiões: uma consolidada, organizada hierarquicamente em cidades, povoados e vilas, com redes de transporte, comércio e comunicação, cuja a base da economia é a produção de mercadorias e a outra sub-região envolvendo a primeira, que é a floresta preservada ou que sofreu pouca intervenção, onde habita uma população constituída por caboclos, ribeirinhos e indígenas, em que prevalecem a atividade extrativista, agricultura familiar, a caça e a pesca de pequeno porte e diversas áreas de proteção ambiental delimitadas (ARAGÓN, 2013).

A população da Amazônia, enquanto resultado do seu processo histórico, caracteriza-se pela vulnerabilidade sociocultural, onde vivem: indígenas, afro descendentes, ribeirinhos e urbanos que habitam os mais diversos ambientes. Daí a importância de se conhecer, especificar e analisar a dinâmica da região como um todo e suas relações com o meio ambiente e o desenvolvimento.

O mosaico amazônico é constituído por uma diversidade de grupos étnicos dentre essas as chamadas populações tradicionais, que foram constituídas historicamente, a partir do processo de colonização e miscigenação ao qual a região passou. O sujeito amazônico se originou das trocas simbólicas entre diferentes povos e etnias. Esse intercâmbio proporcionou um legado que se propaga nas variadas manifestações socioculturais expressas pelo indivíduo amazônico na vida cotidiana, qualquer que sejam as relações estabelecidas: de trabalho, educação, família, religião, lendas e hábitos alimentares (LIRA; CHAVES, 2016).

O reconhecimento das populações tradicionais ganhou legitimidade a partir do Decreto nº 6040 de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, o qual em seu Art. 3 define:

Povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

As populações tradicionais amazônicas obtêm formas singulares de desenvolvimento local, que em princípio podem ser percebidas como possibilidades de contribuição para o desenvolvimento regional, contrapondo-se, assim, às mazelas do processo de globalização e dos modelos de desenvolvimento sustentável concebidos internacionalmente e muitos deles impostos à região, além de permitir reflexão sob os processos educativos no campo ambiental ribeirinho, inscritos nas formas de socialização e interação com a natureza. As relações estabelecidas com o meio físico regulam a vida, a formação da identidade e cultura de populações amazônicas (DINIZ, 2012).

No que tange os aspectos geoeconômicos e sociais da Amazônia e suas relações com o povoamento, os rios representam meios de circulação de mercadorias e pessoas. As atividades produtivas juntamente com o movimento pelos rios da região acarretaram o surgimento de núcleos urbanos importantes que proporcionaram relações com o interior amazônico, a exemplo de Belém e Manaus (SOUZA, 2009). Os rios da Amazônia proporcionam relações sociais significativas para os amazônidas, principalmente para as populações tradicionais, configurando-se como complemento de suas vidas ou representando até mesmo, suas próprias vidas (LIRA; CHAVES, 2016).

A ocupação da Amazônia se deu primordialmente ao longo de seus principais rios, e neste processo, se estreitou a relação das comunidades que ali surgiram com a natureza, seus recursos e o conhecimento aprofundado de seus ciclos (DIEGUES, 2000). Um dos principais recursos naturais explorados nestas comunidades foi e é o peixe, tanto para subsistência quanto para comercialização (FISCHER et al, 1992).

A atividade pesqueira se notabiliza na Amazônia pelo fato de ser a atividade mais difundida, sendo praticada por pessoas de todas as classes sociais, incluindo homens, mulheres e crianças. Além de se constituir numa prática cultural milenar, vinculada ao comércio, subsistência e lazer (SANTOS; FERREIRA; VAL, 2010; MORAES, 2011).

Nesta perspectiva, investigar a atividade pesqueira, como ela se estrutura e se desenvolve a partir da organização comunitária demonstra a necessidade de se compreender a diversidade econômica, política, sociocultural presente nas relações sociais e também perceber as modalidades de organização sociocultural existentes nas comunidades amazônicas, suas composições, singularidades, seus mecanismos e práticas que, em muitas vezes, objetivam a construção coletiva de

alternativas e soluções para atender suas necessidades básicas individuais e coletivas (CHAVES, 2001).

Neste caso, faz-se necessário intensificar estudos e pesquisas que busquem compreender as organizações sociais enquanto instituições que refletem os anseios e a realidade das categorias por elas representadas, principalmente as que correspondem ao contexto amazônico (MORAES *et al*, 1996).

1. 2 Nas Trilhas do Conhecimento e a Construção da Pesquisa

Na Amazônia paraense, são diversas as áreas que necessitam de pesquisas, como por exemplo, a região estuarina do município de Ananindeua. Este é um dos municípios que integram a Região Metropolitana de Belém, que possui em sua composição um estuário significativo, pouco conhecido e estudado no campo científico, constituído de nove ilhas identificadas, além da parte continental (ANANINDEUA, 2013). As ilhas de Ananindeua são denominadas de: João Pilatos, Viçosa, Sassunema, Mutá, Guajarina, São José da Sororoca, Sororoca, Arauari e Santa Rosa (DINIZ, 2010).

As organizações sociais se constituem em uma forma de envolver a sociedade civil nas decisões do Estado (OLIVO, 2005). Ao realizar suas ações, essas organizações incidem em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que estavam postos de lado passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo (GOHN, 2011).

Nessas ilhas, a organização territorial, política, econômica, social e ambiental se faz presente, pois as comunidades se estabelecem enquanto modelo particular de organização social, de construção de identidades sociais, de projetos comuns, e também de manifestação da diversidade. Os interesses individuais e coletivos são evidenciados pela presença das seguintes organizações sociais na região, assim constituídas:

Quadro1 - Demonstrativo das Associações existentes nas Ilhas de Ananindeua

Associação	Sigla	Ilha
Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais de Igarapé Grande	AMPPRIG	João Pilatos
Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais de João Pilatos	AMPPRJP	João Pilatos
Associação de Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Agrícola de Nova Esperança	PEPRUCANESP	João Pilatos
Associação de Pescadores Artesanais, Aquicultores e Produtores Rurais das Ilhas de Ananindeua	APAAPRIAN	Santa rosa
Associação de Moradores, Pescadores e Pequenos Produtores Rurais da Ilha Viçosa	AMPPRIV	Viçosa
Associação dos Pescadores Artesanais, Aquicultores, Marisqueiros e Pequenos Produtores Rurais da Ilha Sassunema	APAMPRISA	Sassunema
Associação dos Pescadores Artesanais, Aquicultores, Marisqueiros e Pequenos Produtores Rurais da Ilha Sororoca	APAMAPRIS	Sororoca
Associação dos Pescadores Artesanais, Aquicultores, Marisqueiros e Pequenos Produtores Rurais da Ilha de Guajarina	APAMPRIG	Guajarina
Colônia de pescadores Z-93	Colônia Z-93	João Pilatos

Fonte: Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura de Ananindeua, 2016.

Segundo Almeida (2008), a atuação desses movimentos sociais é importante para o incremento da organização política, resistência e reivindicação social, além de promoverem um redirecionamento, uma ruptura com as formas de pensamento

vigentes sobre a região amazônica, em sua maioria, tratada apenas como um quadro de paisagens nativas e exuberante e local de espécies de animais exóticos.

A Amazônia precisa ser tratada não mais como uma questão sem sujeitos, mais sim, como uma construção coletiva, vinculada ao advento dos vários movimentos sociais existentes, que expressam formas singulares de uso e manejo dos recursos naturais por povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, pescadores, entre outros, o que de certo modo, contribui para redefinir a sociedade civil amazônica e impor reconhecimento dos centros de poder (ALMEIDA, 2008).

No entanto, esta pesquisa se detém a 04 (quatro) organizações sociais existentes, as quais são: Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais de Igarapé Grande - AMPPRIG (Ilha João Pilatos); Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais de João Pilatos – AMPPRJP (Ilha João Pilatos); - Associação de Pescadores Artesanais, Aquicultores e Produtores Rurais das Ilhas de Ananindeua – APAAPRIAN (Ilha Santa Rosa) e a Colônia de Pescadores Z-93 (Ilha João Pilatos). Localizadas nas Ilhas João Pilatos e Santa Rosa.

A seleção das mesmas deve-se as seguintes razões: essas são as principais organizações sociais predominantes nas comunidades de João Pilatos e Igarapé Grande relacionadas a pesca, sendo que a opção pela APAAPRIAN, situada na Ilha Santa Rosa ocorreu devido ao fato da mesma representar a categoria de pescadores das ilhas do município e em decorrência também dos pescadores, em sua maioria, desenvolverem a pluriatividade¹, ou seja, o exercício de mais de uma atividade profissional, como por exemplo, a prática da agricultura paralela a atividade pesqueira, participando de associações de produtores rurais e associações relacionadas a pesca.

Assim, no intuito de responder à pergunta orientadora desta pesquisa: as organizações sociais relacionadas com a atividade pesqueira estão desenvolvendo seu papel social, político e econômico a partir da relação associado e sociedade? Foram elaborados objetivos específicos para balizar este estudo, como: a) caracterizar as comunidades de Igarapé Grande e João Pilatos, ambas localizadas na Ilha João Pilatos e a comunidade do Cajueiro na Ilha Santa Rosa; b) descrever

¹ A pluriatividade resulta-se em um processo de transformação que vem ocorrendo no meio rural, onde os indivíduos de uma propriedade rural diversificam suas atividades agrícolas e não agrícolas de maneira conjunta dentro e/ou fora da propriedade com o objetivo de melhorar o orçamento familiar, utilizando dos recursos disponíveis para acompanhar a dinâmica econômica e a reestruturação do modo de produção capitalista vigente (SACCO, 2003).

como a atividade pesqueira está composta e se estrutura nestas comunidades; c) identificar as organizações sociais existentes nas mesmas, como elas se constituem e qual relação com a pesca; d) compreender no pensar dos pescadores associados quais as limitações existentes para que as associações desenvolvam sua função positivamente, incentivando a atividade pesqueira na região.

Partindo desses questionamentos, a hipótese desta pesquisa é a de que atividade pesqueira contribui significativamente para a organização comunitária através da atuação participativa das organizações sociais existentes, promovendo o desenvolvimento de atividades sociais que envolvam os moradores da comunidade nas reivindicações, na busca por melhorias na qualidade de vida, na satisfação de necessidades voltadas para o bem coletivo-social e para o desenvolvimento local.

Certamente, alguns estudos já foram realizados com foco na região insular de Ananindeua, como por exemplo, Almeida (2008) que discute o diagnóstico turístico e o referido autor (2010) também faz uma análise etnoecológica das espécies arbóreas da região. A autora Sousa (2010) que realiza uma abordagem sobre educação, saber local e saber global por meio da etnomatemática. O pesquisador Possas (2011), por sua vez, apresenta a poesia oral da região. Diniz (2010 e 2012), que, por conseguinte, retrata o desenvolvimento sustentável, saberes e práticas educativas ambientais em Nova Esperança e Igarapé Grande, comunidades de João Pilatos e Hora (2014) que faz um estudo acerca das atividades produtivas e a conservação da biodiversidade local. Percebe-se, no entanto, que no respectivo estado da arte não há uma discussão sobre a relação organizações sociais e atividade produtiva, neste caso, a atividade pesqueira neste contexto, daí também a relevância do referido objeto de estudo.

Na construção das bases teóricas desta pesquisa, buscou-se os arcabouços teóricos que perpassam pelas seguintes categorias de análise: Comunidade e Organizações Sociais; a partir de Tönnies (1973), Gusfield (1975), Buber (1987), Goldwasser (1974), Weber (1973, 1991), Forachi e Martins (1997), Chaves (2001), Bauman (2003), Dewey (2004), Palácios (2006), Sodré (2007), Mota (2008) Gohn (2011), Schmidt (2011) e Peixoto (2016) que discutem as formas de existência coletiva, sobretudo a partir da expressão comunitária, analisam similaridade e diferenças entre comunidade e sociedade, assim como, realizam uma abordagem de objetos e métodos da Sociologia.

Uma abordagem também é feita sobre Associativismo, a partir de Poliany (1983), Brinkerhoff e White (1991), Rech (1994), Alencar (1997), Reed (1999), Andrade (2000), Casteleiro (2000), Lazarotto (2002), Coelho (2002), Tocqueville (2003), Fernandes (2003), Viegas (2004), Pinho (2007), Chanial (2009), Voltolini (2009), Hébette (2010), Maia (2011) e Pardal (2011).

As organizações sociais no contexto amazônico são referenciadas a partir de Maués (1999), Chaves (2001), Becker (2004), Maneschy (2003, 2007, 2008, 2014), Gonçalves (2008), Silva (2008), Huertas (2009), Cañete e Cañete (2010), Loureiro (2010), Souza (2010), Homma (2012, 2014), Castro e Nahum (2014) e Silva (2014),

Conhecimentos sobre pesca e a atividade na Amazônia são discutidos a partir de Meggers (1977), Smith (1979), Roosevelt (1991), Isaac e Barthem (1993), Moraes (2002, 2005), Amaral e Badocha (2004), Sena (2005), Diegues (1995, 2004), Maldonado (1986), Maneschy (2014), Furtado (1981, 1990, 2006), Meggers (1977), Silva (2011, 2015, 2016) que discutem saberes da tradição a partir da pesca, caracterização da atividade pesqueira como um conhecimento ordenado e construído ao longo dos anos, abordando ainda metodologias de estudo da sociedade de pescadores.

A região Amazônica também é estudada a luz de Aragón (2013), Becker (2008), Castro (2003, 2008, 2010), Homma (2012, 2014) que fazem uma abordagem acerca da caracterização, formação política, econômica, social, cultural e ambiental da região. Enfatiza-se também que a obra de Chizzotti, denominada: “Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais” (2011), auxiliou na definição do caráter qualitativo da pesquisa, na medida em que considera a significância da fala e a necessidade de vivência na cultura dos sujeitos da pesquisa:

Este estudo objetiva examinar como a atividade pesqueira está estruturada e se relaciona com os processos de organização social existentes em comunidades amazônicas, buscando compreender se essas organizações sociais desenvolvem suas atividades sociais e exercem influências sobre a atuação dos moradores das comunidades, no que tange as reivindicações comuns e interesse público. Trata-se da tentativa de responder a seguinte pergunta norteadora: de que forma as organizações sociais relacionadas a pesca estão desenvolvendo o atribuído papel social, político e econômico da relação entre associados e sociedade?

A escolha pela relação pesca e movimentos sociais deve-se ao fato de que a atividade pesqueira é considerada uma das mais antigas atividades desenvolvidas

pelo ser humano, fontes históricas retratam que as sociedades primitivas dependiam da pesca como uma das principais fontes de alimento (FURTADO, 1981, 1990, 2002). No Brasil, o processo de organização da atividade pesqueira remonta os tempos pré-coloniais, nesse período eram os grupos indígenas que se organizavam para captura de peixes (SIMONIAN, 2004). Esta dependência direta dos recursos pesqueiros impulsiona a busca pela compreensão de como essas comunidades estão organizadas coletivamente.

Para este estudo, escolheu – se as comunidades de Igarapé Grande e João Pilatos pertencentes a Ilha João Pilatos e a comunidade Cajueiro, na Ilha Santa Rosa e suas respectivas associações. Todas localizadas na região insular do município de Ananindeua (PA). Essas comunidades foram selecionadas pelos seguintes fatores: consideradas as mais antigas da região insular de Ananindeua, possuem o maior número de habitantes e abrigam múltiplas organizações sociais que atuam com trabalhadores da pesca.

No que tange as organizações sociais existentes nestas comunidades, o presente estudo está voltado para as seguintes associações: Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais da Ilha de Igarapé Grande – AMPPRIG, Associação de Pescadores Artesanais, Aquicultores, Marisqueiros e Produtores Rurais das Ilhas de Ananindeua – APAAPRIAN, Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais de João Pilatos – AMPPRJP e a Colônia de Pescadores do município a Z-93, uma vez que essas organizações estão relacionadas a estruturação e desenvolvimento da atividade pesqueira no município.

O arcabouço teórico que alicerça esta pesquisa está delineado sob literaturas que perpassam pelos conceitos de comunidade, organização social, associativismo, movimentos sociais e atividade pesqueira. No entanto, também são considerados estudos e debates sobre a Amazônia e as características da pesca artesanal.

Os princípios metodológicos da pesquisa estão subsidiados em um contexto multidisciplinar, utilizando-se como fonte os conhecimentos provenientes da Geografia, Sociologia, Antropologia, História, Educação, conhecimentos científicos que se entrecruzam num processo dialético e construtivo. Nessa interação, destaca-se não a supremacia de uma determinada concepção ou mesmo de uma área, ou de um campo de conhecimento, mas prevalece uma relação de interlocução, em que não se objetiva configurar como prioridade uma das partes envolvidas, mais sim a

interdisciplinaridade existente no processo (BOHM, 2005; FREIRE, 1987; MELO NETO, 2004).

Foi realizado um estudo de caso, de caráter exploratório, de natureza qualitativa, também se fez uso da Pesquisa Narrativa como ferramenta metodológica afim de compreender o fenômeno pesquisado. Os dados e informações levantados em campo por meio de entrevistas semiestruturadas, observações, análises documentais, anotações de campo, registros fotográficos e audiovisuais foram subsidiados pela revisão bibliográfica citada e a análise concretizada a seguir, possibilita repercussão tanto no campo teórico quanto no campo prático, uma vez que as pesquisas relacionadas as organizações sociais e a atividade pesqueira são escassas, e esses estudos podem, eventualmente, contribuir para os objetivos e atuações dessas representações sociais.

A pesquisa está estruturada da seguinte forma: o primeiro capítulo trata dos aspectos introdutórios aqui apresentados. O segundo capítulo faz uma abordagem das trilhas do conhecimento percorridas para construção da pesquisa, embasadas em um referencial teórico que propõem discussões a aprofundamentos sobre a conceituação de comunidade, organização social, associativismo e organização coletiva na Amazônia.

O terceiro capítulo, por sua vez, também representa uma espécie de alicerce teórico para organização e análise das informações obtidas com a pesquisa em campo, objetiva traçar um delineamento da pesca na Amazônia, abordando suas características, criação de movimentos sociais de trabalhadores da pesca e debates sobre organizações e participação social na atividade pesqueira.

No quarto capítulo é realizada uma descrição do município de Ananindeua, destacando-se sua região insular composta dentre outras, pela Ilha João Pilatos e a Ilha Santa Rosa, bem como as comunidades existentes nas mesmas, afim de compreender a importância dos lócus como base empírica, enfatizando - se suas singularidades, aspectos organizacionais e modos de vida.

Já no quinto capítulo, objetiva-se estabelecer um perfil e uma análise das organizações associativas que se relacionam com a pesca e são predominantes nas Ilhas João Pilatos e Santa Rosa, apresentando suas estruturas, aspectos positivos e dificuldades encontradas para alcance de metas e desenvolvimento de suas funções. No sexto capítulo são apresentadas algumas considerações. E por fim, são apresentadas algumas recomendações e limitações da pesquisa.

Em síntese, as discussões aqui realizadas servirão de suporte teórico acerca do ambiente insular amazônico, mais especificamente das organizações associativas predominantes nas comunidades existentes na região das ilhas de Ananindeua, com enfoque em associações que agrupam pescadores, destacando-se suas configurações sociais, políticas econômicas, culturais e ambientais.

1.3 Aspectos Metodológicos Percorridos

Ao fazer ciência, a definição dos métodos precisa estar clara e em coerência com o objeto de estudo priorizado. O problema dita a seleção do método (ou métodos), assim como as técnicas a serem utilizadas (SALOMON, 2001).

Nesse sentido, a perspectiva metodológica desta pesquisa caracteriza-se do tipo estudo de caso, uma vez que realiza abordagem de um fenômeno específico analisado (CHIZZOTI, 2014). É predominantemente de caráter exploratório, de natureza qualitativa, visando à compreensão do contexto em que os dados estão inseridos.

A essência de um estudo de caso está, pois, no fato de ser uma estratégia para pesquisa empírica empregada para a investigação de um fenômeno contemporâneo, em seu contexto real, possibilitando a explicação de ligações causais de situações singulares (YIN, 2001).

De acordo com Flick (2002), a pesquisa qualitativa volta-se ao material empírico no intuito de analisar suas características particulares, relacionando-as a aspectos locais e temporais tendo como ponto de partida as expressões e atividades das pessoas em seus contextos. O caráter qualitativo está relacionado com a relevância das informações fornecidas pelos sujeitos da pesquisa, sem a devida preocupação com a quantidade de informações coletadas e sem a ênfase da necessidade de abranger o maior número possível dos sujeitos pesquisados (FLICK, 2002).

Afirma-se também que como uma forma de compreender as experiências humanas vividas no contexto da pesquisa, fez-se uso da Pesquisa Narrativa, a qual trata-se de um estudo de histórias vividas e contadas, pois “uma verdadeira pesquisa narrativa é um processo dinâmico de viver e contar histórias, e reviver e recontar histórias, não somente aquelas que os participantes contam, mas aquelas também dos pesquisadores” (CLANDININ; CONNELLY, 2011, p.18).

A pesquisa narrativa é um método de estudo que se caracteriza pela interpretação dos textos e partir deles, o pesquisador tem a possibilidade de recriar o texto. Os dados e as informações obtidos na pesquisa podem ser coletados de forma oral e/ou escrita, cabendo ao pesquisador optar qual delas se adéqua mais ao perfil de seu estudo. Sendo assim a pesquisa Narrativa é uma possibilidade de estudo interessante, pois em consonância com Clandinin e Connelly (2011):

As pessoas vivem histórias e no contar dessas histórias se reafirmam. Modificam-se e criam novas histórias. As histórias vividas e contadas educam a nós mesmos e aos outros, incluindo os jovens e os recém-pesquisadores em suas comunidades. (CLANDININ; CONNELLY, 2011, p. 27).

É importante destacar que variados textos de campo podem ser usados na metodologia de Pesquisa Narrativa, tais como escrita autobiográfica, escrita de diários, notas de documento, fotografias, caixa de memórias, histórias de vida. Alguns desses recursos foram utilizados no presente estudo (ver anexo), principalmente nas informações levantadas como os moradores mais antigos da região (CLANDININ; CONNELLY, 2011).

Os autores Clandinin e Connelly (2011) atentam para o fato de não haver proposição de um conjunto fechado de tipos de texto de campo, pois, a complexidade das paisagens investigadas requisita do pesquisador a criatividade para, se houver necessidade, criar novas formas de composição de textos.

Nesse sentido, a perspectiva narrativa enquanto processo de aprendizagem se faz presente neste estudo, relacionando a histórias tratadas não somente como textos ouvidos ou contados, mais sim, como uma forma de viver, enquanto modo de vida (CLANDININ; CONNELLY, 2011).

Nessa perspectiva metodológica, algumas dificuldades são encontradas, como por exemplo: o processo de transição dos textos de campo em textos de pesquisa, pois as questões pensadas anterior a pesquisa, adormecidas durante o trabalho de campo, devem ser retomadas ao final da pesquisa de campo. Existem ainda, diferentes formas de representar o texto de pesquisa e nessa transição dos textos de campo para os textos de pesquisa, às conexões devem existir articulando memória, textos de campo e textos de pesquisa. Os textos de campo são uma espécie de sinalizadores da memória, elemento essencial para a composição dos textos de pesquisa. É o ir e vir durante todo o percurso da pesquisa.

Muitas vezes, também a relação entre o pesquisador e os sujeitos de pesquisa carece de negociação, as informações não podem simplesmente serem extraídas, os relacionamentos precisam ser trabalhados. Problemas como, sentir-se silenciado, sem voz, ao coletar informações acontecem, entretanto, ao redigir seu texto de pesquisa, a voz do pesquisador se faz presente e associada a voz dos participantes.

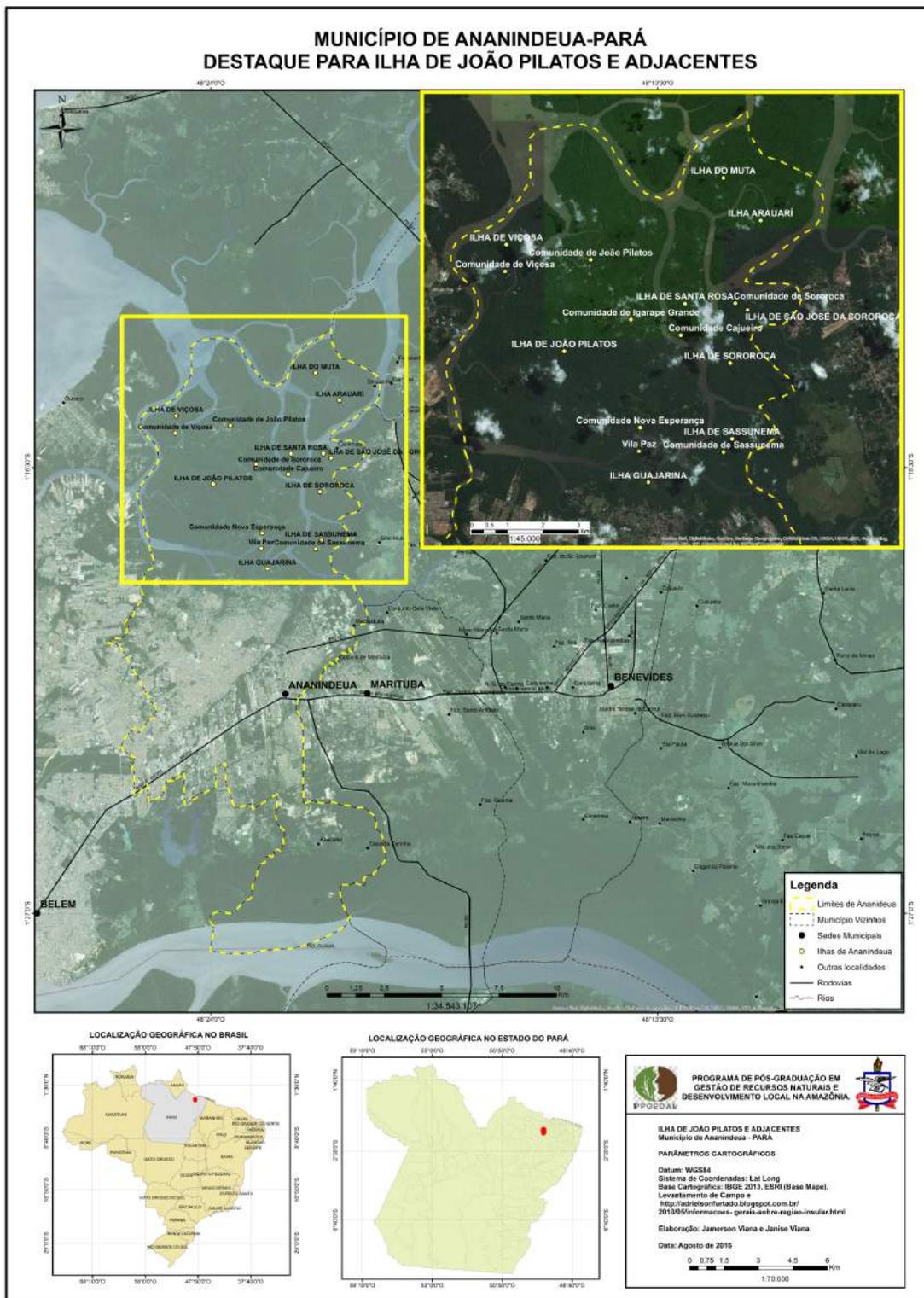
O processo de composição de significados acarreta reflexões profundas e contínuas, processo esse no qual o pesquisador compreende, interpreta o material da pesquisa e se questiona, levanta reflexões sobre sua vida, seu papel como pesquisador e sua forma de ver o mundo (MELLO, 2017).

1.4 Área de Estudo

A área de estudo corresponde as comunidades de Igarapé Grande e João Pilatos pertencentes a Ilha João Pilatos e a comunidade Cajueiro vinculada a Ilha Santa Rosa. Nas comunidades, assim como na região das Ilhas como um todo, existem diversas organizações sociais importantes. Dentre as áreas existentes, foram selecionados esses locais em virtude da presença das organizações associativas relacionadas à atividade pesqueira.

Vale destacar que na Ilha João Pilatos encontra-se localizada a Colônia de Pescadores Z-93, órgão de representação oficial dos pescadores de Ananindeua e na Ilha Santa Rosa encontra-se a associação que representa todos os pescadores artesanais das ilhas do município, fatos que se tornaram relevantes como critérios para a escolha desses territórios como lócus da pesquisa.

Mapa 1 – Localização do Município de Ananindeua (Pa) – Ilha João Pilatos e Adjacentes



Fonte: O Autor, 2017.

1.5 Coleta, Análise de Dados e Seleção dos Informantes da Pesquisa

Na condição deste estudo e para o levantamento das informações necessárias, inicialmente se realizou uma revisão bibliográfica e documental com instrumento de coleta de dados sobre os diversos tipos de organizações sociais, com destaque para as que correspondem aos trabalhadores da pesca, a fim de subsidiar teoricamente as discussões e análises a serem tratadas. A relevância de se utilizar tal técnica está em dispor ao pesquisador um contato direto com tudo o que foi escrito sobre determinado assunto, objetivando assim a construção de um estado da arte, um reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou a manipulação de suas informações (LAKATOS; MARCONI, 2011).

Utilizou-se também a observação direta do pesquisador, como uma das técnicas de coleta de dados, nos períodos de julho a outubro, nas comunidades deste estudo, com o objetivo de investigar e compreender o objeto pesquisado. A observação direta consiste em observar o ambiente, os comportamentos dos sujeitos durante o estudo, proporcionando o envolvimento do pesquisador com as pessoas, não ficando as margens das relações, entretanto, sem interferir no processo e conseqüentemente, na pesquisa (MOREIRA, 2008). Neste tipo de técnica objetiva-se registrar análises prévias, impressões observações de comportamento, registros de falas em conversas informais, desenhos esquemáticos, atividades diárias, seguindo uma lógica temporal.

As anotações no diário de campo e registro audiovisuais também foram instrumentos de coletas essenciais, para esta construção. Outra técnica bastante usada foi o uso de entrevistas semiestruturadas, que se constitui um diálogo com uma ou mais pessoas e segue um padrão baseado em um roteiro flexível que inclui os temas a serem debatidos com o entrevistado. A entrevista semiestruturada corresponde a técnica de coletar dados em que o pesquisador utiliza o roteiro como referência para conduzir a entrevista de forma mais livre, tal qual uma conversa entre entrevistador e entrevistado sobre temas relacionados a pesquisa (TOZI, 2007).

As entrevistas foram realizadas com representantes das organizações estudadas enfatizando-se que não são apresentados dados específicos, como sexo, idade, etnia, por não serem considerados relevantes para a compreensão dos

resultados já que os entrevistados foram inseridos como representantes e participantes das organizações sociais. O roteiro da entrevista encontra-se em apêndice.

Nas associações optou-se por entrevistar seus presidentes, exceto uma que a entrevista ocorreu com o tesoureiro da mesma, na Colônia de Pescadores selecionou-se o presidente e três associados, ainda ocorreram casos que um indivíduo representava uma ou mais organizações, reduzindo o número de entrevistados. Nas comunidades foram selecionados os moradores mais antigos para tratar da origem das mesmas.

Com objetivo de questionar sobre a articulação destas associações com o Estado e as políticas públicas foram levantadas informações junto as Secretarias de Pesca e de Desenvolvimento do município, assim como na Empresa de Assistência Técnica e Extensão rural, um técnico de cada instituição participou desse processo. Ressalta-se que esse levantamento se deu por análise de documentos e diálogos formais e informais. Ao todo foram entrevistados 15 informantes. Seus nomes não serão divulgados a pedido dos mesmos.

Ressalta-se que essas entrevistas também se constituem em entrevistas narrativas, ferramentas que visam o aprofundamento de aspectos específicos, a partir das quais emergem histórias de vida, tanto do entrevistado como as entrecruzadas no contexto situacional. A entrevista narrativa encorajou a pessoa entrevistada (informante) a contar algo sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social, no caso essa técnica foi utilizada com os moradores mais antigos da região, assim houve a interação, a troca, o diálogo entre entrevistador e participantes.

A entrevista narrativa seguiu as etapas estabelecidas por Jovchelovich e Bauer (2002): 1 – Preparação, neste momento aconteceu o primeiro contato com os informantes, houve uma exploração do campo, a partir daí foram pensadas questões pertinentes. 2 – Iniciação; foram formulados os tópicos iniciais para narração. 3 - Narração central, nessa fase buscou-se ouvir atentamente os informantes, sem interrupções, encorajando-os a narra os pontos principais do contexto da pesquisa. 4 - Fase de perguntas, nessa fase usou-se perguntas mais objetivas, sem expressar opinião, estimulando o participante a continuar falando. E por fim a 5 - Fala conclusiva; momento em que não há gravações e as informações mais pertinentes são anotadas.

No intuito de responder o problema de pesquisa, foi de fundamental importância a participação de informantes, sem os quais tal estudo seria inviável. É válido destacar que foi selecionado um informante principal que desenvolveu um trabalho de orientação nas caminhadas pela comunidade, indicação dos representantes das associações comunitárias e também indicação dos associados que desenvolvem a pesca.

Outro procedimento relevante para o desenvolvimento de tal pesquisa foi a utilização do recurso iconográfico para registro de dados, a fotografia. A técnica de registro fotográfico tem a função de superar a mera ilustração, permite interpretar a paisagem, construir saberes, perceber a produção de territórios, possibilita a compreensão da organização social e cultural dos sujeitos, que se desenvolvem a partir da interação com o meio físico (CIAVATTA; ALVES, 2004).

Para a análise dos dados foram utilizadas as seguintes estratégias: transcrição de dados e informações a serem evidenciados, descrição das informações e evidências coletadas afim de catalogar informações relevantes para a pesquisa, considerando com base no arcabouço teórico as convergências e divergências da literatura. Uma das fases mais árduas da pesquisa do tipo estudo de caso corresponde em investigar, categorizar, tabular e recombina os elementos da pesquisa, mantendo o padrão conceitual e as proposições referenciais iniciais da pesquisa (YIN, 2001).

Dessa forma, após levantamento das informações coletadas no diário de campo e falas dos informantes nas entrevistas, embasando-se no referencial teórico adotado foram estabelecidas unidades de contexto e unidades de análise (MORAES, 1999).

Os dados levantados em campo foram analisados à luz do referencial teórico utilizado, afim não de compor respostas prontas, mais sim propor um debate e aprofundamento sobre o tema, promovendo uma discussão científica e analítica, que propiciou pesquisas sobre organizações comunitárias e a atividade pesqueira, possibilitando a viabilização de alternativas para realidade que tais comunidades enfrentam, pois o município de Ananindeua possui um estuário considerável que, assim como Belém, a cidade deu as costas para o rio no sentido de que o crescimento urbano proporcionou um bloqueio ou corredor de concreto que impede a visualização das ilhas e da falta de visibilidades da dinâmica sociocultural dessas áreas.

CAPÍTULO 2 – A VIDA EM COMUNIDADE E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Este capítulo, de caráter teórico – conceitual, apresenta reflexões e debates sobre o conceito e as características dos termos: comunidade, organização social, associativismo e organizações associativas na Amazônia servindo como introdução a um segundo momento, em que se aborda a ilha João Pilatos e a Ilha Santa Rosa, e as organizações sociais existentes neste território.

2.1 Comunidade: um conceito em construção

No final do século XX e início deste século é notório os estudos e pesquisas sobre sociedade. Tal debate decorre-se, primordialmente, devido ao aparecimento dos diversos movimentos sociais que se intensificaram com o processo de globalização e da predominância do modo de produção capitalista, os quais têm ocasionado variações sociais, espaciais e ambientais.

Para compreender as dinâmicas sócio espaciais das populações que residem em comunidade, é fundamental assimilar como se constitui enquanto coletividade e estabelecem relações entre si e o meio. Nesse sentido, é necessária a compreensão de que algumas palavras, além de seu sentido etimológico, tem o poder de guardar sensações, “comunidade” é uma dessas. Este termo remete algo bom (BAUMAN, 2003).

O que quer que a comunidade signifique é importante ter ou estar em uma comunidade, pois a mesma representa um lugar seguro, confortável e aconchegante. Numa comunidade, todos procuram se entender, não há estranhamento nas relações, e quando há, as discussões buscam favorecer a vida em comum. Assim, comunidade significa entendimento compartilhado, do tipo natural e subjacente (BAUMAN, 2003).

Bauman (2003, p. 17) faz a seguinte observação:

Numa verdadeira comunidade não há motivação para a reflexão, a crítica ou a experimentação; mas apressar-se-ia a explicar que isso acontece porque a comunidade é fiel à sua natureza (ou a seu modelo ideal) apenas na medida em que ela é *distinta* de outros agrupamentos humanos (é visível “onde a comunidade começa e onde ela termina”), *pequena* (a ponto de estar à vista de todos seus membros) e *auto-suficiente* (de modo que, como insiste Redfield, “oferece todas as atividades e atende a todas as necessidades das pessoas que fazem parte dela. A pequena comunidade é um arranjo do berço ao túmulo”).

Desde a Grécia Antiga, a comunidade é vista como condição ontológica do ser humano. Aristóteles defendia a ideia de que o pensamento comunitarista é sustentado no pressuposto de que o ser humano é um ser social e político, que alcança a realização por meio do convívio social, da presença de outros. Assim, de acordo com o filósofo grego, o sujeito só pode ser concebido no espaço comunitário, social (SCHMIDT, 2011).

No século XIX e XX o conceito de comunidade era usado para caracterizar as formas de relacionamento embasadas em intimidade, profundidade emocional, engajamento moral e continuidade no tempo. O alicerce do conceito de comunidade reside no ser humano visto não nos múltiplos papéis que possa desempenhar mais sim, na sua totalidade (ALBUQUERQUE, 1999).

Redfield (1971, apud BAUMAN, 2003), por sua vez, atribuem ao conceito de comunidade, os seguintes elementos: 1 – fiel à sua natureza (ou ao seu modelo ideal); 2 – tem a finitude, é perceptível aonde começa e aonde termina; 3 – pequenez, a ponto de todos os seus membros a perceberem e 4 – auto-suficiência, ao oferecer várias atividades e atender as necessidades dos sujeitos que a compõe. A comunidade, no sentido sociológico resume-se a 3 elementos essenciais: autonomia, direito a auto-afirmação e a identidade.

Observa-se que o conceito de comunidade não está pronto e acabado. Permanece em constante elaboração como a própria realidade social. Para Arensberg (1970, apud GOLDWASSER, 1974) existem 4 importantes aspectos para definir comunidade, os quais são: 1– aspecto espacial; 2 – aspecto populacional; 3 – aspecto organizacional e 4 – aspecto temporal. O primeiro e o segundo aspectos referem-se a um conjunto de seres vivos explorando os recursos naturais de uma determinada extensão territorial. O terceiro e o quarto, por sua vez, atribuem um sentido humano, isto é, uma vez que a população ocupa um determinado espaço geográfico, desenvolve aspectos organizados de relações pessoais regidos por certo padrão cultural historicamente constituído.

Pode-se dizer que a comunidade tem um carácter unitário, de natureza singular, ou seja, é localizada, ocupa um espaço físico próprio que lhe fornece recursos naturais e compreende uma população como um dos seus constituintes fundamentais, dispendo de organização social, cujas relações são compostas de um sistema integrado com códigos culturais estabelecidos, por meio de um sistema de significados que perpassam a comunidade, desenvolvendo entre seus membros o

sentido da participação comum e assinalando a área de domínio específico da comunidade (GOLDWASSER, 1974).

Para Redfield (1955, apud GOLDWASSER, 1974), comunidade significa limites visíveis, representa compactação, ou seja, um objeto concentrado a apreensão de um único observador, delineado de homogeneidade no tempo histórico e espaço social, dispondo de auto-suficiência quanto ao provimento de quase todas as necessidades de seus membros. Weber (1973), no entanto, explica como uma relação social pode ser denominada relação comunitária:

Uma relação social denomina-se “relação comunitária” quando e na medida em que a atitude na ação social – no caso particular ou em média ou no tipo puro – repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo.

O que essencialmente caracteriza a comunidade é a “vida real e orgânica” que congrega os seres humanos fazendo-os se afirmarem reciprocamente. As relações que se estabelecem são pautadas pelos graus de parentesco, vizinhança e amizade. A vida em comunidade significa tudo o que é partilhado, íntimo, vivido exclusivamente em conjunto, conforme Tönnies (1973).

Tönnies (1973) cita ainda que viver em comunidade é o ato de viver em conjunto, de modo íntimo, exclusivo e privado. Os sujeitos relacionam-se como pessoas completas que satisfazem seus objetivos no grupo. Unem-se por um acordo de sentimentos ou emoções. É uma espécie de agrupamento humano em que se analisa um grau de intimidade e coesão entre seus membros e a predominância dos contatos sociais. O mesmo autor (1973) enfatiza que no universo das comunidades vivencia-se, reproduz e compartilha-se relações de parentesco e compadrio, o sentimento de pertencimento, os comportamentos de confiança, de solidariedade, de compromisso mútuo e do próprio modo de vida apreendido dos antepassados através de uma herança cultural homogênea.

Já Gusfield (1975) caracteriza uma comunidade, não pelo espaço geográfico, mas pelas relações sociais que se estabelecem no contexto comunitário, pois “é nas suas comunidades que os habitantes de uma região ganham a vida, educam seus filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, [...] e são movidos pelos valores e incentivos de suas determinadas culturas” (WAGLEY, 1977, p.40).

Comunidade é a interação viva de sujeitos, significa vida em sua totalidade, representando fim e fonte de vida. É nela que se intensifica o poder, o sentido e o valor da vida. Vida e comunidade representam os dois lados de um mesmo ser. Caracteriza-se por ser pós-social, já que ela transcende a sociedade e suas normas e se sustenta sobre bases diversas. A comunidade importa não reformar, mais sim, transformar, em viver (BUBER, 1987).

Enquanto construção social, comunidade representa concretude. A vida em comunidade não é mais o modo primitivo de viver um no outro, mais sim, viver ao lado do outro (BUBER, 1987). Para este autor, (1987) há uma diferenciação entre comunidade primitiva e nova comunidade. A primitiva era aquela do início do desenvolvimento da espécie humana, simbolizada pela vida comum de sujeitos em uma unidade, com traços tribais. Nela, o sujeito estava envolvido numa legalidade religiosa ímpar, em que o chefe desta unidade decidia quem iria viver ou morrer.

A nova comunidade, por sua vez, tem pôr fim a própria comunidade, visa a vida e está embasada não em laços de sangue, mas em laços de escolha e fundamenta-se entre os indivíduos, conforme Buber (1987).

Weber (1973) acrescenta que pertencer a um mesmo grupo não os define como comunidade, ou grupo homogêneo, pois o sentido de comunidade remota construção e não é feito sem que haja conflito. Ponderando que até as mais próximas relações comunitárias são marcadas por diferenças e pressões das pessoas. As comunidades não podem ser caracterizadas como homogêneas ou harmônicas.

Pelo contrário, conforme Weber (1973) o sentimento de comunidade nasce quando os sujeitos se conscientizam da existência do contraste entre eles e terceiros, ressaltando que para isso é necessário que os indivíduos tenham uma linguagem comum.

Chaves (2001) ressalta que comunidade se particulariza por estar organizada num espaço onde se estabelecem a construção de identidades sociais, de projetos comuns, mas também, de manifestação da diversidade.

John Dewey (2004) destaca que viver em comunidade é muito mais que viver junto ou associar-se a outros. A vida em comunidade implica moral e emoção. É conscientemente sustentada. Os seres humanos nascem orgânicos associados com os outros, porém não são membros natos de uma comunidade. Dewey cita ainda que a juventude precisa ser educada nas tradições, interesses e atitudes que

definem uma comunidade, tendo como embasamento uma instrução constante e uma aprendizagem que reserve conexão com os fenômenos da associação pública.

Palácios (2006) define comunidade a partir das seguintes características: o indivíduo é parte de um todo, a territorialidade é o lócus da comunidade, as relações sociais são estabelecidas, o caráter é corporativo e o objetivo é de um projeto comum, e por fim, existências de formas singulares de comunicação.

A comunidade representa a reprodução do ser social do indivíduo particular. É no grupo que se estabelecem os contatos do sujeito com a genericidade, ou seja, um contato mais próximo com o seu espaço de vivência. O indivíduo particular ao entrar em contato com a comunidade, se identifica, reconhece no outro anseios e objetivos comuns (MOTA, 2008).

O indivíduo se realiza no grupo. É no grupo que o particular interage com as normas, usos e valores sociais, o que acarreta a coexistência e o enriquecimento social do sujeito. A mediação entre o indivíduo particular e as determinações sociais ocorre por meio do grupo. Isso não implica a inexistência do ser fora do grupo, entretanto, é no grupo a partir dele que as mediações de convívio social se estruturam, além que é no grupo que se solidificam as condições de maturação social do indivíduo particular (MOTA, 2008).

Obviamente que a expressão comunidade permanece atuante e pulsante seja em qual contexto histórico for, e simboliza possibilidades singulares de análises e aplicações. Mais adiante, Dias (2011) classifica comunidade não pelo fato de estar junto num determinado território, mais sim pela partilha de ônus e bônus que provém das diversas relações sociais.

Para Schmidt (2011) comunidade tem como características os seguintes elementos: 1- condição ontológica do ser humano; 2-é oposição ao individualismo, preza pela coletividade; 3 - prioriza os valores pessoais sobre os valores do mercado, 4 - expressa subsidiariedade, poder local, associativismo e autogestão; 5 – remete a princípios como fraternidade, igualdade e liberdade.

Por meio dos autores Macedo e Gonçalves (2014) discute-se a ideia de que definir comunidade é envolver fatores como: base territorial comum, fortes laços afetivos, reciprocidade, autonomia política e econômica e subordinação do indivíduo a sociedade.

Peixoto (2016), por sua vez, defende que o conceito de comunidade é voltado para identificação de um grupo de pessoas que tem em comum um aspecto singular.

Ressalta ainda, que para as Ciências Sociais, o conceito não possui um único sentido, podendo ter um ora um significado amplo, ora um significado restrito.

Observa-se que há uma diversidade de conceitos no que tange a definição de comunidade. Tais conceitos enfatizam aspectos como: vínculos emocionais e afetivos, relação com determinados espaços geográficos, a existência de relações comunitárias. Existem ainda pontos ímpares nesta definição, como por exemplo, sua constituição em variados momentos históricos e em diversos tipos de sociedade e o atendimento as necessidades humanas através relações constituídas por meio de amizade, intimidade ou vida em comum. Por fim, a mesma é formada por grupos que tem um ideal comum, que está organizada num determinado espaço em que as relações sociais são construídas e estabelecidas.

Sendo assim, diversos tipos de comunidades, sejam elas situadas em áreas urbanas ou rurais tem sido objeto de estudos, pesquisas que em muitos casos, se concentram na análise de suas singularidades e nos processos de mudanças que as atingem.

2.2 Organização Social: característica e definições

A organização social e a vida em comunidade tem sido conceitualmente compreendidas em uma área territorial contígua que obtém um determinado segmento populacional que estabelece um certo tipo de relação social, a qual configura os aspectos positivos do processo de associação humana (GOLDWASSER, 1974).

Dentre os conceitos clássicos no que concerne à organização social, Cardoso e Ianni (1965) a definem como uma atividade concreta, em que as pessoas buscam a obtenção de algo, o alcance de objetivos através de uma ação planejada. Esse tipo de organização remete a fins sociais, tais fins devem possuir significados comuns para as pessoas envolvidas na ação. A organização social provoca a unificação, a conjunção de vários elementos numa relação comum.

Para Blau e Scott (1970) a organização social está intrinsecamente interligada as maneiras da conduta humana organizada socialmente. O caráter social existente nessas condutas é muito mais proveniente às regularidades observadas no comportamento dos indivíduos do que as características fisiológica ou psicológica

dos sujeitos. A formação de redes relações sociais entre os sujeitos e grupos é a questão central da organização para os autores.

No que tange o âmbito jurídico, as organizações sociais constituem-se em uma espécie de propriedade pública não-estatal, compostas pelas associações civis sem fins lucrativos que não pertencem a nenhum sujeito ou coletivo e visam atender a interesse público (BRASIL, 1988). Essas organizações representam um modelo de colaboração entre o Estado e a sociedade. O Estado permanece exercendo seu papel com intuito de atender as políticas públicas diversas e as organizações, por sua vez, visam o controle social das ações do Estado, controle que é feito através a participação nos conselhos dos variados segmentos que representam a sociedade.

Como características, essas organizações possuem autonomia administrativa e seus representantes são incumbidos de uma maior responsabilidade em conjunto com a sociedade, na gestão e no aprimoramento da eficiência e da qualidade dos serviços públicos (BRASIL, 1988). A instituição, ao ser classificada como organização social estará apta a receber recursos financeiros e a gerir bens e equipamentos do Estado. Esta relação com o Estado se concretiza por meio de um contrato de gestão, no qual são enfatizadas metas que ratifiquem os atributos dos serviços prestados a sociedade.

Caracterizadas enquanto instituições públicas que atuam fora da Administração Pública, as organizações sociais não representam um negócio privado, mais sim, objetivam se aproximar dos cidadãos, aprimorando seus serviços, com responsabilidade e economicidade dos recursos públicos (BRASIL, 1988). Para evitar que essas organizações pertençam a apenas a um grupo seletivo, os representantes têm um mandato submetido a regras que impõe limitações e obrigatoriedades, como a renovação periódica do conselho durante um prazo determinado (BRASIL, 1988).

Ao cumprirem com efetividade seu papel, as organizações sociais representam um avanço na gestão da prestação serviços na área social, uma vez que entre seus propósitos está a efetivação de políticas públicas com o objetivo de alcançar uma qualidade dos produtos ou serviços prestados aos cidadãos. Tais organizações têm por objetivo melhorar a qualidade de vida das pessoas através da organização e desenvolvimento de um trabalho social representativos, aonde os cidadãos se veem representados (BRASIL, 1998).

Conforme Di Pietro (2002, p.37):

As organizações sociais são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por iniciativa de particulares, para desempenhar serviços sociais não exclusivos do Estado, com incentivo e fiscalização pelo Poder Público, mediante vínculo jurídico instituído por meio de um contrato de gestão.

Rocha (2003) compreende que as organizações sociais surgiram com intuito de auferir do Estado serviços públicos por ele prestados, serviços como: saúde, educação, cultura, além destes, atividades de relevância social não exclusivas do Estado, e por ele impulsionadas.

Retornando a definição clássica, de acordo com Cardoso e Ianni (1965), a organização socialmente constituída, representa uma atividade concreta em que as pessoas buscam a obtenção de algo ou o alcance de objetivos através de uma ação planejada. Esse tipo de organização remete a fins sociais, os quais estes devem possuir significados comuns para as pessoas envolvidas na ação. A organização social provoca a unificação, a conjunção de vários elementos numa relação comum. Elementos como a representação e a responsabilidade estão intrínsecos a organização.

E para que as intenções de um grupo possam ser concretizadas, deve existir a representação dos seus interesses pelos componentes individuais. As decisões estruturadas como decisões grupais devem ser de fato, decisões individuais. Deve haver algum modo implícito, por meio do qual o coletivo permite aos indivíduos o direito de tomar decisões em nome da totalidade (CARDOSO; IANNI, 1965). Esta ideia de organização está ligada ao processo social de mudança que compõe o comportamento dos sujeitos na construção da vida social.

Lakatos (1990) vem afirmar que as organizações sociais possuem identidade própria e pertencem a um sistema social total. A existência dessas organizações está fundamentada em sua eficácia para concretização de coisas e objetivos, ou seja, visam atender a determinadas finalidades.

Já Giddens (2001) percebe a organização social como um grupo extenso de pessoas, composto de linhas impessoais e constituído por atingir objetivos específicos. O pensador também alerta para o fato da influência que essas organizações possam exercer na vida das pessoas. Tal influência, nem sempre é positiva, pois as organizações constantemente têm o poder de tirar as decisões das

peças, colocando-as sob o controle de autoridades e especialistas ou de uma minoria específica, sobre os quais se tem pouca influência, ou seja, as organizações enquanto representantes do poder social podem subjugar as pessoas e influenciá-las a fazer coisas que elas não têm poder suficiente para resistir.

As organizações são detectadas na experiência cotidiana. Caracterizam-se por compor um sistema de atividades coordenadas conscientemente entre duas ou mais pessoas. Radcliffe – Brown (1973, apud LAKATOS, 1990) parte do princípio de que a organização social consistiria no planejamento, numa espécie de combinação das atividades especializadas dos sujeitos, ou seja, numa organização cada pessoa teria um papel, uma espécie de sistema de papéis desempenhados.

As organizações sociais estão ligadas aos sistemas de relações de obrigação que há entre os grupos que compõem uma determinada sociedade, conforme analisa Brown e Barnett (1970, apud LAKATOS, 1990). Ainda em consonância com Lakatos (1990) as características de uma organização social podem ser percebidas sob dois aspectos: 1 – as partes da organização funcionam através de uma relação mútua e 2- a organização funciona como um todo para o desenvolvimento de determinada tarefa.

Para esta autora, todas as organizações sociais têm identidade própria e simultaneamente pertencem a um sistema social. A subsistência desse tipo de organizações tem por base a eficácia para a concretização de objetivos, no entanto, em determinado momento, numa dada sociedade, nem todas as organizações são eficientes, ressalta Lakatos (1990).

Segundo Cunha *et al* (2013), a organização social representa uma manifestação que legitima a cidadania e a participação social, pois atuam em prol da sociedade, principalmente nas comunidades mais necessitadas. Quanto à sua forma, podem organizar-se enquanto fundações públicas ou privadas, associações ou sociedades civis, cooperativas e cooperativas sociais. Entretanto, devem ter uma límpida atuação social e não visarem propósitos lucrativos.

Matos (2003), por sua vez, destaca que as formas institucionais de organização social que se encontram no Estado, sejam elas: empresas, partidos, sindicatos e associações em termos práticos, resultam da intermediação das contradições dialéticas que abrangem de um lado, o caráter instituído que se impõem pela força do direito, da tradição e da cultura e, do outro, o descontentamento com o *status quo* e a luta constante pelas mudanças sociais. Este

autor, também na mesma referência, cita que as organizações sociais realizam o exercício da democracia de forma indireta, pois as organizações hierarquizam a atuação por meio de representações que externam e decidem em nome das maiorias.

As organizações precisam ser compreendidas como um sistema dinâmico e para entender como elas se estruturam deve-se considerar o conhecimento de seus sujeitos, de sua cultura e as relações e interações estabelecidas. Com o intuito de alcançar objetivos comuns é que o associativismo se constrói (CARVALHO NETO, 2009).

2.3 O associativismo

As primeiras referências ao associativismo surgiram no mundo greco-romano, aonde as associações executaram um papel significativo na vida social (SERRÃO 1989 apud. FERNANDES, 2003). No entanto, é com Tocqueville, na obra “Da Democracia na América” (apud FERNANDES, 2003), que se iniciam os estudos mais detalhados sobre a sua natureza e funções.

Há ainda relatos que os estudos sobre as organizações associativas remontam o século XIX, período em que alguns estudiosos tentaram prever as transformações ideológicas e conjunturais oriundas do processo modernizatório. Para Reed (1999) essas organizações foram concebidas para solucionar questões de conflitos entre os anseios coletivos e individuais. Uma espécie de solução para as questões de ordem social no estabelecimento de controle, estruturação e uniformização da sociedade.

É fato que para o estudo das associações devem ser levados em consideração diferentes aspectos, como: os contextos diferenciados e o processo de formação das associações, já que o que distingue uma associação das outras relaciona-se principalmente, a história do contexto local e também os objetivos e finalidades de cada associação.

No que tange a definição de associações, muitos conceitos são estudados, Brinkerhoff e White (1991, apud FERNANDES, 2003), por exemplo, comparam as associações como organizações que não visam lucro, criadas para permitir que os indivíduos busquem os seus interesses compartilhados coletivamente. Esta definição reforça a origem da palavra, já que, etimologicamente, a palavra

“Associativismo” provém do latim “*associare*”, utilizada para definir o sistema daqueles que se encontram unidos por um objetivo comum, daqueles que pertencem a uma associação (CASTELEIRO, 2001). Este conceito de “ideal comum” quer dizer um objetivo com o qual o coletivo se identifica e que partilha entre todos os seus membros (PARDAL, 2011).

Para Andrade (2000 apud ALVES *et al*, 2010), por sua vez, o associativismo surgiu nos princípios da humanidade, quando o ser humano concebeu a necessidade de viver em coletividade para desenvolver atividades como a caça, o cultivo e a sua própria defesa. No período industrial foi compelido a se organizar para enfrentar as condições instáveis de trabalho, e nos dias de hoje, na era do conhecimento, é imprescindível obter o desenvolvimento socioeconômico por meio de grupos estruturados e preparados.

Em consonância com Lazarotto (2002), o entendimento do associativismo alude a atividade humana desempenhada em um grupo social que é formado por vários sujeitos ligados entre si por uma rede ou sistema de relações sociais. E entre os objetivos das associações, o autor destaca a representação dos anseios dos associados, como objetivo central, presente nos estatutos. Assim, o associativismo configura uma alternativa estratégica apta para alterar ou transformar a realidade, ou ainda, como um instrumento que ocasiona aos diferentes sujeitos sociais formas para se adaptarem a essa realidade.

É importante frisar que a ideia de Associativismo está relacionada à junção de pessoas que optaram por unir forças objetivando a superação de dificuldades ou a geração de benefícios comuns, por meio da criação de associações. Para Alencar (1997) o Associativismo relaciona-se à ação humana coletiva, ou seja, a ação estabelecida por um grupo de indivíduos ligados entre si por uma rede ou sistemas de relações sociais.

Numa abordagem sociológica, a associação pode ser compreendida como um espaço em que se realiza uma passagem, através do encontro entre pessoas, entre redes de associações e entre esferas públicas e privadas. Estas relações transpassam o contato entre indivíduos, com intuito de atingir fins comuns (CHANIAL; LAVILLE, 2009).

Viegas (2004) por sua vez, define a associação como um grupo de sujeitos que voluntariamente, optam pelo bem comum no que concernem os conhecimentos e atividades de forma contínua, por meio de regras definidas por eles mesmos,

objetivando com isso a partilha de benefícios e a defesa das causas e interesses comuns.

É inegável que, a palavra associação é composta de uma polissemia, que nos seus diversos usos, relaciona-se tanto a fatos concretos quanto a conceitos abstratos. Como realidade concreta, a palavra corresponde a formas de cooperação e de processos sociais marcados por certo grau de compromisso mútuo, como por exemplo, “associações de pessoas” que corresponde a uma reunião organizada por sujeitos que tem interesse prático comum (HÉBETTE, 2010).

As atividades das associações são inseparáveis das relações sociais nas quais elas ocorrem, essas atividades representam mudanças, são criadoras de sociedade ou simplesmente reproduzem a ordem social, conforme sua orientação própria, e também conforme a sua relação com o quadro institucional vigente (POLIANYI, 1983; GRANOVETTER, 2000). As ações associativas ressaltam a importância dos contextos sócio-político – locais, regionais e nacionais, buscam a formação de laços de confiança, de cooperação e de solidariedade entre os indivíduos e os grupos sociais (HÉBETTE; ALVES; QUINTELA, 2010).

Além de contribuírem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, as associações estimulam em seus membros práticas de cooperação, solidariedade, senso de responsabilidade comum para projetos coletivos e incentivam o espírito público (MAIA, 2011). As associações expressam a compreensão de que juntos é possível encontrar soluções, possibilidades para os conflitos da vida. Entre seus princípios estão: a adesão livre, assim como a liberdade para deixar de participar da associação, o funcionamento embasado na equidade entre os membros, além de que as associações se originam de uma congregação de esforços, em princípio dos idealizadores e, por conseguinte, de todos os sócios (PARDAL 2011).

Enquanto espaço participativo fundamental composto por diferentes formas de ver o mundo e concepções da realidade, as associações representam um dos acessos da comunidade aos fatos e conhecimentos políticos e econômicos, desenvolvendo um papel importante, à medida que preparam os participantes para as reuniões e tomada de decisões, muitas vezes, a partir das próprias vivências (ARAÚJO, *et al*, 2009).

As atividades associativas representam participação nos espaços sociais, políticos e econômicos, em outras palavras, simbolizam o poder local, significam a

força social organizada enquanto espaço de gestão política administrativa. As associações realizam suas atividades por meio de recursos advindos do sistema econômico e social, formado pelo mercado e pela sociedade. Devem ser geridas de maneira coerente, para isto, a contabilidade é peça fundamental para explicar a origem e o destino dos recursos aplicados, demonstrando assim, a transparência na sua administração. O planejamento pode contribuir consideravelmente com a instituição, considerando os objetivos, o ambiente, as alternativas, os recursos e ações desenvolvidas (VOLTOLINI, 2004).

De modo geral, as associações se fundamentam na autogestão. Desde a constituição da associação percebe-se a que os atos deliberativos são feitos pelos associados. Por meio de reuniões ou assembleias, os associados definem as políticas e estratégias de ação da organização, bem como se elege uma diretoria que será responsável pela gestão da associação. (COELHO, 2002, apud ARAÚJO, *et al*, 2009).

O associativismo pode ser interpretado como fator fundamental para a consolidação das relações de reciprocidade e cooperação, como alternativa na busca soluções de questões de ação coletiva e como instrumento de oposição as desigualdades sociais e políticas, promovendo, simultaneamente, a solidariedade social e a participação política (MAIA, 2011).

Toda associação tem um compromisso que exprime o bem coletivo ou os interesses comuns dos seus associados, sendo que a sua finalidade, o seu objetivo pode ser variado, resultando assim em associações diversificadas: Comunitárias, Culturais, Recreativa, Desportivo, Moradores, Pais, Estudantes, Rurais, Profissionais entre outras (PARDAL, 2011). Elas diferem uma das outras de acordo com as normas para agrupar os seus membros, reivindicando dos participantes as especificidades das metas a serem atingidas. Ressalta-se ainda que em muitos casos, os participantes de associações possuem consciência política desenvolvida, confiança social e participam ativamente da política.

Ao representar uma forma de expressão organizada da sociedade, o Associativismo invoca pela responsabilização e atuação dos cidadãos, assim como pelo exercício ativo da cidadania em todos os aspectos da vida em sociedade. O seu valor está, principalmente, no fato de ser um movimento proveniente do povo, oriundo da própria comunidade e que persiste devido a participação dos indivíduos (PARDAL 2011).

Enquanto instrumento para a prática do Associativismo, as associações conforme, Rech (2000) visam à promoção, implementação e a defesa dos interesses dos associados e buscam ainda, o incentivo ao aprimoramento técnico, profissional e cultural de seus integrantes.

Ao atuar como veículo promotor da cidadania, o Associativismo incide várias virtudes cívicas em seus participantes, como: o aprimoramento de competências e das capacidades sociais dos indivíduos, habilitando assim, os sujeitos para a prática da ação pública e política, desenvolvendo um importante papel ao interagir com o estado, no processo de execução da democracia nas sociedades (FERREIRA, 2008).

Kerstenetzky (2003) indica que uma sociedade rica em vida associativa, em que os indivíduos trocam bens e serviços, transpassa a imagem de uma comunidade que se autogoverna, ou seja, que faz democracia com “as próprias mãos”. Destaca-se que há uma relação intrínseca entre sociedade civil e associativismo, já que muitas vezes, as associações caracterizam-se por serem entidades especializadas em retratar culturas, contribuir para a formação de identidades coletivas e disseminação de práticas voltadas para a democracia e solidariedade (ARATO; COHEN, 1992 apud LÜCHMANN, 2014).

Em consonância com os efeitos democráticos das associações, Warren (2001; 2004 apud VIEGAS, 2004) ressalta três importantes efeitos: 1 – Efeitos a nível individual, como: a expansão da informação, o fortalecimento do empoderamento, do senso crítico, da tolerância social e política, 2 – Efeitos em nível da esfera pública: propensões de grupos específicos, contribuição para a comunicação pública e para deliberação política e 3 – Efeitos a nível Institucional: constituição de interesses, identidades e orientações normativas.

Nesse sentido, a principal função das associações é interagir com Estado, e ao conduzirem para a esfera pública informações, anseios, e orientações que proporcionem o enriquecimento do processo deliberativo, acarretam a nível individual, efeitos significativos como a transformação da consciência social e política (VIEGAS, 2004).

Assim, face a complexidade que está associada a expressão “associativismo”, atribuí-lhe uma definição não é tarefa simples, já que se nota que este conceito não se apresenta uniforme e linear nas diferentes abordagens que lhe são feitas, o que se deve, principalmente, as múltiplas formas que assume. No entanto, esta pesquisa

relaciona-se especificamente as associações comunitárias com ênfase nas relacionadas a pesca, estas por sua vez, são organizações formais que possuem finalidades próprias e que buscam atender as necessidades das comunidades aonde estão inseridas, nesse caso, a Amazônia.

2.4 Organizações Associativas na Amazônia

A imagem da região amazônica e seu potencial de sócio e biodiversidade que habita o imaginário de grande parte da produção científica nacional e internacional, assim como o entendimento do cidadão comum parecem pautar-se no estranhamento, na impossibilidade do entendimento de sua dinamicidade, o que em geral tem conduzido os sujeitos da modernidade técnico-científica a uma espécie de negação da região e de seus povos e florestas (SILVA, 2008).

Desde meados do século XX, devido à variedade de recursos naturais, a Amazônia é vista como uma região potencialmente significativa para a reprodução do capital. Os interesses direcionam-se para edificações de projeto minero-metalúrgicos, hidroelétricas, agrícolas, exploração madeireira, agroenergéticos, entre outros, que asseguram reduzir as desigualdades regionais e sociais, integralizar, progredir e modernizar a região (CASTRO; NAHUM, 2014).

O próprio governo brasileiro visando assegurar e ratificar a importância da Amazônia para o Brasil e para o mundo lança em 2008 o Plano Amazônia Sustentável (PAS), que tem como princípios: a valorização da diversidade social e ambiental e redução das desigualdades regionais, no intuito de valorizar os amazônidas e atender as demandas locais.

Uma parte significativa do território da Amazônia Brasileira está situado na região Norte. Nesta, existem grandes projetos que modificaram profundamente os locais onde aportaram, o que ocasionou importantes intervenções e relações entre o local e o global, alterando não somente a economia, mas todo o contexto espacial local, como cidades e comunidades (CASTRO; NAHUM, 2014).

Essas comunidades compõem os povos amazônidas marcados por uma heterogeneidade humana singular, já que o território amazônico é constituído por pessoas que vivem no espaço urbano e rural – caboclos, povos indígenas, pescadores, camponeses, ribeirinhos, trabalhadores sem terras, assentados, pequenos agricultores, colonos, imigrantes. Abriga diferentes sujeitos, integra um

espaço de encontro entre diferentes culturas, que compõem e enriquecem a cultura amazônica. Pode-se dizer que o território amazônico é simultaneamente múltiplo e singular (SILVA, 2014).

Historicamente, há indícios de que o processo de ocupação da Amazônia iniciou-se nos tempos de conquista e colonização do Brasil, no entanto, anterior a essa ocupação, a região já era habitada por indígenas, (SOUZA, 2010). Mesmo que, até início do século XX, a região ainda era vista como “imenso maciço natural até certo ponto intransponível, como se o peso de sua constituição física, forte calor e umidade, floresta densa e complexa trama fluvial, funcionasse como uma espécie de obstáculo à penetração e ocupação” (HUERTAS, 2009).

Para Silva (2004, p.50):

A Amazônia não nasce direta e limpidamente brasileira. Começa por ser, principalmente, indígena, nativa. Aos poucos revela-se portuguesa, colonial, em seguida, afirma-se cabana, revolucionária. Depois, é defendida como brasileira, nacional. Situa-se no mapa do Brasil como imensa geografia e surpreendente história. Mas continuará sendo simultaneamente indígena, portuguesa, cabana e brasileira; assim como um momento da sociedade mundial.

Nos dias de hoje, a Amazônia é estrategicamente valorizada como símbolo da vida e capital natural. Valorização essa associada as populações que nela vivem, por que são elas que detém os saberes locais, que convivem há séculos com esse território e que tem os conhecimentos adquiridos historicamente ao longo do seu convívio com a região (BECKER, 2004).

Becker (1998 apud CAÑETE; CAÑETE, 2010) chama atenção para as dimensões gigantescas da região, sempre vista como um vazio demográfico a ser habitado pelo resto do país, sem considerar as populações que nela vivem. Nesta perspectiva, para Ab'Saber (2004) a Amazônia representa uma espécie de mosaico, composta de uma enorme diversidade biológica, ambiental e social, em que por meio do *modus vivendi* de integração com a natureza que sua população se desenvolve.

A abundância e a diversidade que assinalam o meio ambiente, bem como o cenário social da Amazônia, solicitam um olhar mais aprofundado capaz de traduzir as especificidades existentes. É nesse sentido que suas populações residentes devem ser percebidas: abundantes em singularidades locais (CAÑETE; CAÑETE, 2010).

No entanto, a visão da região amazônica exclusivamente como natureza imaginária ainda persiste, e essa visão tem impedido de que suas populações, nas suas dimensões reais sejam consideradas, populações essas que desenvolveram todo um saber, que possuem um patrimônio de conhecimentos decorrentes da convivência com os ecossistemas amazônicos, detentores de um acervo cultural expressivo, espaço que, em grande parte, ainda representa um mistério para os de fora do que para os que nele vivem. Sendo assim, pensar a Amazônia significa considerar as pessoas que nela habitam enquanto protagonistas ativos de seu presente e futuro (GONÇALVES, 2008).

Para compreender o espaço amazônico, requer que se perceba que nele vivem sujeitos que possuem uma raiz cultural própria, onde suas práticas são entrelaçadas na relação direta com a natureza, seja com a mata, rios, igarapés e lagos, tecendo no seu próprio modo de viver, no vocabulário e nos termos que usam para traduzir suas vivências e adaptação ao meio ambiente e nesses processos, que produzem sua existência vão também se produzindo e se organizando enquanto seres humanos (LIRA; CHAVES, 2016).

Ao retratar uma variedade de linguagens, a multiplicidade de culturas e riqueza biológica e cultural diversas, a região amazônica constitui-se em uma diversidade multicultural importante e considerável quando se analisam as formas de ser, estar, fazer e conviver nessa região. E não pode ser compreendida de forma homogeneizada, uma vez que possui realidades sociais e culturais diversas, que compõem a complexa sociodiversidade amazônica, na qual a “pluralidade cultural convive com a exuberância natural e biológica da região, marcada por matas verdejantes e rios caudalosos” (LOUREIRO, 2010).

Estudar o espaço amazônico significa envolver não apenas o ambiente físico, natural ou humano, mais sim uma totalidade complexa que abrange um mosaico de dimensões naturais, política, ideológicas e sociocultural, por meio do estabelecimento de relações sociais dos indivíduos, entre si, e com a natureza (LIRA; CHAVES, 2016). Quando se pensa comunidades amazônicas pensa-se em um modelo ímpar de gestão dos recursos naturais e de organização social. Nesse sentido, no contexto amazônico, a comunidade se caracteriza por ser um espaço onde se constitui a construção de identidades sociais, de objetivos comuns e manifestação da diversidade (CHAVES, 2001 apud LIRA; CHAVES, 2016).

No que tange aos aspectos socioeconômico e político, desde os primórdios, a atividade extrativista tem contribuído com a formação dos povos da região amazônica, cujo processo excede o extrativismo vegetal convencional (SOUZA, 2010; HOMMA, 2012). Neste contexto, apontam-se as multiatividades extrativas e agrícolas que consistem em plantio de culturas anuais ou perenes, hortaliças, pecuária, caça, pesca (HOMMA *et al.*, 2014). Estas atividades, embora amplamente difundidas na região, apresentam-se numa base de desenvolvimento frágil, caracterizada principalmente pelo nível de pobreza dos povos envolvidos (SOUZA, 2010).

Em geral, as comunidades, na Amazônia predominantemente rurais, caracterizam-se por ínfimo poder político e econômico, vasta dependência de recursos naturais e de ciclos ambientais (OLIVEIRA; MANESCHY, 2014). Nesse cenário, as comunidades rurais destacam-se como força social, política e econômica e desde a última década, percebe-se um aumento significativo de organização social sob diferentes intitulações: associações de pescadores, pescadoras, moradores, produtores rurais, agricultores, quilombolas, indígenas, dentre outras, com intuito de consolidar os grupos na proteção dos seus meios e modos de vida e na consecução de diversificados recursos (MANESCHY; KLOVDAHL, 2007).

De acordo com Ferrinho (1978), as associações têm grande relevância no que tange o desenvolvimento rural, pois por meio dessas organizações é possível a participação social nas decisões e organização de mercados. Percebe-se assim, a necessidade do ser humano em se juntar em grupos, unindo-se, no esforço de buscar a transformação da realidade. Enquanto instrumentos de organização social, as associações podem funcionar como um elo entre comunidade rural e Estado, com o intuito de reivindicar políticas públicas efetivas que alcance os anseios dos cidadãos, já que historicamente, essas comunidades sempre estiveram a margem de assistência social que considerassem sua importância.

As associações rurais, que são em princípio organização de adesão voluntária objetivam vincular as demandas locais a ações e mobilizações mais amplas. Essas associações são regidas por leis gerais do direito, sem a interferência particular do Estado, cabendo aos associados definir seus objetivos e interesses comuns específicos (MANESCHY; KLOVDAHL, 2007). Essas associações surgem com a finalidade de consolidar o grupo na defesa de seus modos de vida promovendo o bem comum (HÉBETTE, 2002; MOREIRA, 2002). Tem como desafio,

reunir pessoas com vínculos significativos entre si, que retratem um associativismo, conceito que remete a ideia de cooperação espontânea e de confiança (PUTNAM, 2000; HÉBETTE, 2004).

Ao tratar de associações, é essencial avaliar o contexto social e as condições reais em que são criadas e como estas podem propiciar acesso a recursos e à participação política. Portanto, as associações rurais enquanto instrumento de ação coletiva devem modificar em seu favor as relações de poder no território amazônico, o associativismo deve embasar-se em relações de colaboração fundamentadas em confiança e vínculos significativos, com compromisso entre os membros associados (MANESCHY; MAIA; CONCEIÇÃO, 2008).

Desde 1990, que se expande o número de associações na região. Tais entidades podem ter denominações variadas, como associação de: agricultores, pescadores, ribeirinhos, extrativistas, produtores rurais, entre outras, o que se destaca é que o elemento diferenciador dessas associações é o instrumento de ação coletiva das categorias citadas, anteriormente, mais centrado nos sindicatos de trabalhadores rurais e, no caso dos pescadores, nas colônias de pescadores (CONCEIÇÃO; MANESCHY, 2003).

Acredita-se que essa disseminação de associações está ligada aos anseios desses sujeitos em obterem acesso aos recursos materiais e financeiros para projetos relacionados a seus modos de vida. Ao defenderem interesses comuns, esses atores sociais traçam um perfil organizativo próprio e uma inserção específica na estruturação social, além de promoverem uma articulação político-institucional (CONCEIÇÃO; MANESCHY, 2003).

É essa inserção que lhes torna fonte de incentivos fundamentais para a democracia, que transmite os desejos das camadas desfavorecidas de poder e voz para as instâncias do poder político. Nesse sentido para Sousa e Maneschy (2010, p. 18):

Sem dúvida, no contexto de precarização do trabalho e de escassez de renda entre grandes contingentes das populações amazônicas, que elas buscam diferentes mecanismos em resposta à situação. E certamente que as associações que se proliferam na região tornam-se importantes ferramentas no entendimento de como as populações se organizam e enfrentam seus reais problemas.

Tais associações ao serem criadas tendem a desenvolver a solidariedade e a gerar preocupações com os problemas da comunidade e da sociedade em geral. Promovem relações de igualdade, relações simétricas, onde não há subordinação e nem hierarquia. As regras são definidas pelo grupo e as informações e oportunidades são sempre difundidas (PUTNAM, 2000). Os interesses econômicos-sociais na satisfação das necessidades materiais e de associativismo, as aspirações que dizem respeito a satisfação dos interesses tanto dos indivíduos quanto dos grupos sociais das populações amazônicas, na sua sociodiversidade precisam ser considerados (MAUÉS, 1999).

Nesse sentido, as associações na Amazônia caracterizam-se por serem portadoras dos interesses das coletividades e constituem grupos sociais que visam a participação e a equidade social, mantendo e reafirmando suas especificidades socioculturais, buscando ter acesso, de alguma forma, a cidadania social. Representam manifestações coletivas organizadas que funcionam como instrumentos políticos importantes para expressar discordâncias e encaminhar demandas sociais.

O associativismo em sua interpretação ampla contempla diversas modalidades de organização da sociedade, tais como: o sindicalismo, o cooperativismo, as organizações não-governamentais, as associações de bairro, os movimentos sociais, dentre outros. Do mesmo modo, é importante destacar, que a ênfase deste estudo está consubstanciada na modalidade de associativismo vinculada à organização de pescadores por meio de associações que envolvem a atividade pesqueira.

CAPÍTULO 3 – DELINEAMENTO HISTÓRICO E MOVIMENTOS SOCIAIS NA PESCA AMAZÔNICA

O presente capítulo prioriza por uma revisão teórica acerca da atividade pesqueira, retratando suas singularidades evidenciadas a partir do contexto amazônico. Articulando também com os conceitos apresentados na seção anterior são relatadas abordagens sobre a organização social dos pescadores no Brasil e no Estado do Pará, no intuito de compreender a atuação do associativismo ribeirinho no que tange a pesca em comunidades da Amazônia.

3.1 A Atividade Pesqueira na Amazônia e suas Características Gerais

A atividade pesqueira é uma das atividades humanas mais essenciais na Amazônia, representando fonte de alimento, comércio, renda e lazer para grande parte de sua população, especialmente a que habita as margens dos rios da região. No ambiente amazônico, as condições físico-geográficas sempre contribuíram para o favorecimento de diversos tipos de atividade pesqueira. Os variados tipos de mananciais piscosos, como: rios, igarapés, furos, lagos, paranás, fozes de rios compõem determinados contextos que são manejados pela população do meio rural com intuito de obter sua subsistência e fins comerciais, ou seja, integram meios de produção de certos segmentos sociais amazônicos (FURTADO, 1981, 2002).

O processo de colonização da região, desencadeado a partir dos séculos XVII e XVIII e centrado ao longo de seus rios e de seus principais tributários é, indubitavelmente, o reflexo da relevância dos rios e dos recursos pesqueiros na vida dos amazônidas. Mesmo em períodos distantes, quando a região era habitada apenas pelos indígenas, os peixes já formavam um importante recurso natural para a manutenção das populações humanas (MEGGERS, 1977; ROOSEVELT *et al.*, 1991; SANTOS; SANTOS, 2005).

Ainda durante o período da colonização amazônica, o peixe compunha um recurso básico para alimentação dos colonizadores, devido a sua facilidade e abundância nos caminhos percorridos, servindo como uma espécie de suporte alimentar para a empreitada que eles realizaram na região (FURTADO, 1981). As técnicas, secularmente, utilizadas pelos indígenas, como arco e flecha, anzóis rudimentares e redes confeccionadas com fibras de vegetais serviram de base para

as pescarias na Amazônia (SMITH, 1979; SANTOS; SANTOS, 2005). A tartaruga, o peixe-boi, a tainha e o pirarucu eram as principais espécies pescadas neste período (SENA, 2006).

Enquanto atividade social produtiva, a pesca, é uma das mais antigas não só na região, mas no mundo. Praticada tradicionalmente por ribeirinhos e pequenos produtores, associada a outras atividades, na Amazônia, ocupa espaço distintos, explorando seus recursos naturais como instrumentos simples de trabalho e de modo sazonal; está presente entre muitas populações que habitam desde a orla marítima até as margens de rios e lagos do interior amazônico (FURTADO, 1990).

A história de longa duração da atividade pesqueira está intrinsecamente relacionada as origens sociais e culturais que se formaram na Amazônia. O legado dos primeiros contingentes formadores (índios, europeus e posteriormente, os negros) com seus saberes e tecnologias, estabeleceram relações com o meio ambiente, com o uso dos territórios, desenvolvendo concepções e formas de manejo dos recursos naturais (FURTADO, 2006), conforme destaque:

A tecnologia de pesca utilizada apresentou uma evolução desde o contato dos indígenas com os portugueses. Redes passivas já eram utilizadas pelos índios Carajás do rio Araguaia, Pará, durante os séculos XVII e XVIII, sendo confeccionadas com feixes de fibra de imbaúba (*cecropia spp.*), estes apetrechos eram utilizados como barreiras ao deslocamento dos peixes que eram capturados manualmente [...] assim outras redes eram confeccionadas com outros materiais. (BATISTA et al., 2004, p.64).

Dessas origens pluriétnicas, resultou a troca de experiências, saberes, valores e práticas em seus cotidianos, face aos recursos ambientais e simultaneamente, refletidos nas práticas dos grupos atuais, principalmente daqueles dotados de tecnologias simples que manejam ambientes e recursos naturais marcados pela presença da água, singular na Amazônia no que tange as outras regiões brasileiras (FURTADO, 2006).

Dado o seu delineamento histórico, a pesca alimentava, além de exploradores e indígenas, habitantes dos núcleos urbanos que começavam a compor a região. Quando o processo de ocupação da Amazônia se intensificou, a atividade pesqueira continuou em destaque enquanto atividade fornecedora de alimentos para a população local. Nessa época predominava a figura do pescador-lavrador, do sujeito que se dedicava a pesca em determinado período do ano, e no outro, desenvolvia a

agricultura. A caça também era praticada, mas apresentava maiores dificuldades de realização do que a pesca (SENA, 2006).

Com o surgimento de novas cidades na região, a pesca passou a ser vista não apenas como uma atividade de subsistência, principalmente para o pescador, mais sim, a constituir-se em uma atividade de caráter comercial, funcionando como fonte de abastecimento alimentar dos centros urbanos. Este aumento da comercialização propiciou o estabelecimento de pessoas nos locais de pesca, surgindo assim, as vilas pesqueiras e o pescador especializado. A pesca passou a acarretar ao pescador uma renda constante e superior as outras atividades desenvolvidas por ele, como a agricultura e a caça, por exemplo, (SENA, 2006).

Uma característica ímpar da atividade pesqueira amazônica, é que a mesma exerce uma relação íntima com a natureza, à medida que esta fornece os bens materiais necessários para sua execução. É da flora regional, por exemplo, que se extrai a madeira para a construção das embarcações, como as canoas e batelões, é dela também que advém as tintas vegetais para atingir malhadeiras, tarrafas, linhas de pesca, os animais, por conseguinte, como as caças e aves complementam a alimentação cárnea dos pescadores, as fibras vegetais são muito utilizadas para espantar os mosquitos nas noites de pescaria nos rios amazônicos, ou ainda nas suas próprias casas, as palhas de folhas de palmeira, por sua vez, são usadas para toldas das embarcações motorizadas, enfim, o espaço da pesca na região não se dá apenas pela relação com o meio aquático, mas se completa com o meio terrestre (FURTADO, 2006).

A pesca na Amazônia, como em qualquer outra região do mundo não retrata um domínio independente, na verdade, representa um aspecto da vida social, cultural e política dos grupos que dela dependem direta e/ ou indiretamente. E para atingir os fins desejados por seus atores sociais, como a obtenção de bens materiais indispensáveis a sua existência material e social, a pesca na região retratada requer, enquanto atividade produtiva, a combinação de 4 elementos essenciais para sua concretização, que são: 1 – recursos naturais, 2 – instrumentos, 3 – relações sociais e 4 – conhecimentos. Esses elementos vinculam à pesca as condições ambientais da região, às regras sociais que compõem o trabalho, as estruturas existentes nas relações sociais exteriores a organização do trabalho, que fazem com que seu produto tenha uma utilização social que vai além do âmbito local (FURTADO, 1993; FURTADO 2006).

Embora a oferta de recursos pesqueiros seja historicamente abundante na região amazônica e o peixe seja considerado a principal fonte de abastecimento alimentar, é válido enfatizar que alterações importantes relacionadas ao setor aconteceram nas últimas décadas (PARENTE *et al.* 2005). A partir dos anos 1960, com a decadência de algumas atividades econômicas, como a exploração da borracha e a decadência da juta, principal atividade econômica da várzea, incluindo uma junção de fatores, como crescimento no mercado de peixe, a introdução de novas tecnologias de pesca, realização de políticas de fomento do setor pesqueiro, levou a intensificação da pesca amazônica (AMARAL; BADOCHA, 2004).

No final do século XX, nota-se que a pesca comercial e sua capacidade de captura aumentaram consideravelmente na região com a introdução da tecnologia do tipo motores a diesel (que possibilitaram atingir áreas mais distantes em menor tempo), das fibras de náilon para redes (que acarretaram a disseminação das redes de fibra sintética e modificações no esforço de pesca) e do polietileno (isopor), que possibilitou o uso de caixas com aprimorado isolamento térmico e do gelo para conservar o pescado (BATISTA; FABRÉ, 2003; PETRERE JR. *et al.*, 2007; RUFFINO, 2005 apud LIMA, *et al.*, 2010).

O crescimento na eficiência da pesca, devido ao incentivo do governo às empresas de pesca, associado as inovações tecnológicas de captura (fio sintético), de transporte (barcos a motor), e de armazenamento do pescado (fábricas de gelo e caixas de isopor) proporcionaram com que a pesca comercial se tornasse a atividade econômica principal na várzea para os ribeirinhos e o pescador comercial visto como profissional (AMARAL; BADOCHA, 2004). O pescador profissional itinerante ou pescador monovalente, pratica a pesca de forma permanente, em lugares distantes da sua moradia e comercializa o seu peixe nos frigoríficos e mercados dos centros urbanos (ISAAC; BARTHEM, 1995).

Enquanto atividade de destaque no contexto econômico e social, vindo a tornar-se uma das atividades principais da região (SMITH, 1979; SANTOS; FERREIRA, 1999), abrange um contingente significativo de trabalhadores que exercem principalmente a pesca do tipo artesanal e de pequena escala. Como característica da atividade pesqueira, a mesma pode ser realizada durante o ano todo, no entanto, há períodos em que o retorno não é satisfatório, vindo a tornar-se entre os pescadores, uma atividade de ocupação parcial, complementada por outras atividades econômicas, principalmente a agricultura.

Essa dinâmica de trabalho entre os pescadores é percebida em várias regiões da Amazônia, por isso os pescadores são denominados polivalentes, devido à variedade de tarefas realizadas periodicamente, onde associam atividades que oportunizam a comercialização de vários produtos para garantir uma renda mínima para seu sustento (FURTADO, 1993).

Nos dias de hoje, falar de pesca na região significa falar de sociedade “agropesqueira”, já que os modos de vida são marcados por práticas direcionadas tanto para os meios aquáticos quanto para os terrestres, isto é, o modo de vida é marcado pela pesca e a coleta como atividades principais, em que os sujeitos vivem entre a água e a terra, entre o rio e a floresta em suas variadas dimensões (FURTADO, 2006). Na região amazônica, a pesca destaca-se em relação às demais regiões brasileiras pela variedade de espécies exploradas, pelo quantitativo de pescado capturado e pela relação de dependência de boa parte da população amazônica a esta atividade (RUFFINO, 2005).

Para Veríssimo (1985 apud BATISTA *et al*, 2004), a pesca amazônica define-se pela diversidade de modalidades, pela prática tradicional e pelo papel desempenhado de atividade complementar, integrada às demais atividades da economia familiar. E, segundo Ruffino (2005), a pesca, em complementaridade com a plantação de milho, arroz, feijão, mandioca e frutas, mantêm-se, ainda hoje, como prática complementar a caça e a criação de pequenos animais.

No que corresponde às embarcações que compõem a frota pesqueira na Amazônia, até meados da década de 40, a pesca era realizada por uma frota muito rudimentar, composta por embarcações de pequeno porte, exclusivamente de madeira e com propulsão a remo ou vela. Nos anos 60, com a liberação de incentivos fiscais para a região e a abertura da economia a grandes empresas, que vieram de outras regiões do Brasil, houve um favorecimento para o desenvolvimento tecnológico da pesca. As embarcações adquiriram motores e artes de pesca mais resistentes (redes de náilon), tornando-se mais eficientes na captura de peixes e crustáceos (BATISTA *et al*, 2004). As embarcações pesqueiras, no contexto amazônico devem possuir características que lhes permitam atuar em situações climáticas com ventos, ondas e correntes intensas e são, por isso, mais estreitas, possuindo maior calado (BATISTA *et al*, 2004).

A atividade pesqueira na Amazônia é regida por várias Leis, Decretos, Portarias, Licenças e outras normas legais, destacando-se entre essas, a Lei

7679/88 e o Decreto Federal 221/67, também denominado Código da Pesca, documento base para a legislação pesqueira brasileira. Para efeito dessas normas, o conceito de pesca está relacionado com toda prática de captura de peixes ou quaisquer outros organismos animais ou vegetais que tenham na água o seu meio normal de vida e que seja ou não submetido às vantagens econômicas (SANTOS; SANTOS, 2005).

Como os corpos d'água e os organismos que neles vivem são de domínio público, o exercício da atividade é garantido a todos os indivíduos que possuem registros nas diversas categorias de pesca, dependendo de normas hierarquicamente inferiores e que tratam de temas regionalizados ou mais específicos. Apesar da objetividade e abrangência dessas normas, muitas vezes elas são desconhecidas ou incompreendidas. Mais crítico ainda são os conflitos decorrentes do choque de interesses no próprio âmbito da pesca ou desta com outras atividades paralelas ou concorrentes (SANTOS; SANTOS, 2005).

Um outro aspecto relevante ao retratar a atividade pesqueira na Amazônia, é que a mesma apresenta para alguns pesquisadores classificações diferenciadas. Para Isaac e Barthem (1995), por exemplo, a pesca pode ser compreendida em 3 tipologias: 1 – **Pesca de Subsistência**: atividade comum e constante entre os ribeirinhos. Tem a funcionalidade de complementar outras atividades econômicas, sua produção visa o consumo próprio e, concretiza-se por meio de instrumentos simples de pesca;

Existe também a 2 - **Pesca Comercial de Caráter Artesanal**: é do tipo sazonal, praticada por pescadores de dedicação quase ou totalmente exclusiva, sua produção destina-se, em sua maioria, à comercialização nos mercados regionais. É comum para este tipo de atividade haver uma embarcação principal, conhecida como "geleira", que possuem grandes caixas para conservação do pescado, recurso este advindo de pescadores que realizam a pesca em pequenas embarcações. Visa com isso garantir uma alta produção e melhor comercialização do pescado nos centros urbanos.

E a 3 – **Pesca Industrial**: atividade que emprega barcos de alta potência, confeccionados com casco de ferro e redes de arrasto.

Há ainda estudos posteriores que classificam a pesca em cinco modalidades distintas, que vão variar de acordo com seus objetivos, magnitudes, dimensões, relevâncias econômicas e sociais: 1 - Pesca de Subsistência, 2 - Pesca Comercial, 3

- Pesca industrial, 4 - Pesca Ornamental e 5 - Pesca Esportiva (BARTHEM *et al.*, 1997 apud BATISTA *et al.*, 2004). A **Pesca de Subsistência** caracteriza-se por ser de natureza cotidiana, praticada de forma artesanal pelos residentes das moradias ribeirinhas, que se deslocam em canoas a remo, onde levam seus apetrechos de pesca. A captura de peixes é realizada com aparelhos simples, como linha de mão com anzol, arpão ou arco e flecha e uso de malhadeiras (BATISTA *et al.*, 2004).

A **Pesca Comercial**, por sua vez, é uma das principais atividades dos ribeirinhos desde o período colonial (FURTADO, 1981). Caracteriza-se pelo grande número de espécies capturadas e pela atuação de pescadores categorizados como profissionais, que operam a partir de barcos de pesca, e, por conseguinte, no estuário amazônico, atuam em pequenos barcos de madeira que levam seus próprios equipamentos de pesca. A prática desta pesca visa propósitos econômicos. É do tipo sazonal, e os pescadores que a realizam possuem dedicação quase ou totalmente exclusiva (BATISTA *et al.*, 2004).

No que se refere à **Pesca Industrial**, esta atividade emprega barcos com potência e tecnologias avançadas, sendo predominante na região do estuário amazônico (BATISTA *et al.*, 2004). Uma característica marcante deste tipo de pesca é que praticamente toda a produção é destinada à exportação. Nas décadas de 1970 e 1980 foi considerada importante atividade econômica na região do estuário, tendo sido responsável por mais de 80% da produção (SANTOS *et al.*, 2010).

Já a **Pesca Ornamental**, voltada para aquarificação, ocorre devido a captura de peixes ornamentais por pescadores artesanais de peixes vivos (SANTOS; SANTOS, 2005), denominados “piabeiros” ou “acarizeiros”, cujo destino final é à exportação. (SANTOS *et al.*, 2010). Há ocorrência de coletas pontuais, sobretudo no interior da Amazônia, mas estas normalmente são incorporadas às áreas mais produtivas. Ressalta-se ainda que, há carência de estudos e dados oficiais recentes sobre a importância econômica e níveis de produção de peixes ornamentais na Amazônia (SANTOS *et al.*, 2010).

Com uma implicação mais voltada a prática de esporte do que ao consumo e geralmente exercida por turistas que provêm dos centros urbanos de fora da região e de outros países, encontra-se a **Pesca Esportiva**, uma modalidade de pesca bastante procurada na região amazônica, baseada no sistema pesque-pague, pesque - solte e pesque - leve, concentra-se basicamente nos seguintes rios: Xingu, Tapajós, Araguaia-Tocantins, Negro e também nos corpos d'água naturais, estações

de piscicultura localizadas próximas a cidades e vilas (SANTOS; SANTOS, 2005). Representa uma atividade de caráter lúdico e estético e que vem se firmando como importante alternativa turística na região. É comum a venda de pacotes turísticos, principalmente pela internet e em hotéis, para executar esta atividade nos rios da região. Nesse caso, muitas vezes, a pesca acontece intercalada com passeios à floresta, praias, rios amazônicos (SANTOS *et al*, 2010).

No entanto, para Freitas e Rivas (2006), na Amazônia, existem seis diferenciados tipos de pesca: 1 - a pesca de subsistência: praticada principalmente por ribeirinhos; 2 - a pesca comercial: caracterizada por possuir várias especificidades e tem como fim o mercado local, 3 - a pesca industrial: voltada para exportação, 4 - a pesca em reservatórios; 5 - a pesca de peixes ornamentais e a 6 - pesca esportiva; que vem aumentando significativamente, sobretudo nos rios da Amazônia (BARTHEM; GOULDING, 2007; FREITAS; RIVAS, 2006).

Com relação a classificação dos pescadores da região Amazônica, Barthen e Goulding (2007) estabeleceram cinco categorias: a) pescador citadino, ou seja, aquele que habita nas cidades; b) interiorano, que vive no interior ou zona rural; c) indígena, que realiza a pesca apenas para subsistência; d) esportivo, que pesca somente para esporte e lazer) e) ornamental, relacionado ao aquarismo ou à pesca de peixes ornamentais, mais conhecido como piabeiro.

Ao retratar a pesca nos rios amazônicos, é importante destacar ainda, que os pescadores que a praticam fazem uso principalmente da pesca do tipo artesanal, que tem como principal característica a utilização de tecnologias acessíveis, ou seja, utilizam instrumentos denominados de apetrechos, alguns destes produzidos sem uma tecnologia complexa e de simples produção e manejo, como por exemplo: a linha de mão, o caniço, o matapi, o parim, entre outros. Mas há também aqueles pescadores que utilizam apetrechos feitos com uma técnica mais sofisticada, com um grau de tecnologia mais desenvolvido, confeccionados com materiais sintéticos, como por exemplo, malhadeiras e tarrafas (SILVA *et al*, 2011).

Sendo assim, pode-se presumir que a pesca artesanal que ocorre nos rios da Amazônia é praticada com materiais dos próprios moradores, equipamentos emprestados de outros pescadores artesanais ou apetrechos arrendados por “pescadores de fora” ou pescadores locais. Alguns desses instrumentos de pesca são produzidos, muitas vezes, pelos mesmos pescadores que utilizam linha de

náilon e anzóis para confeccionar equipamentos como a rede de malhadeira, o espinhel e a tarrafa (SILVA *et al*, 2016).

Compreende-se então que a pesca artesanal amazônica tem como característica essencial, ser uma atividade singular, exercida por produtores autônomos que em alguns casos, desenvolvem relações de trabalho com parcerias, utilizando técnicas próprias de captura e meios de produção simples.

Apesar da singularidade e da longa trajetória da pesca amazônica durante séculos, esta atividade só foi divulgada pelo intermédio de viajantes e de registros históricos isolados, como os de Veríssimo (1895) e Meschkat (1961). A partir daí, uma série de trabalhos foram e continuam sendo realizados por pesquisadores como Furtado (1981, 1987, 1990, 2006), Furtado e Nascimento (1982), Loureiro (1985), Maneschy (1993, 2007, 2008) Isaac (1994) e Ruffino (2005), que enfatizam as especificidades da atividade pesqueira existente em diferentes ambientes amazônicos, onde cada forma de produção define modos e norma de utilização da natureza, representações do trabalho, do meio aonde a pesca se realiza e de uma espécie de código de interações entre os indivíduos.

A dinâmica da atividade pesqueira produzida na Amazônia dispõe de destaques, não apenas em decorrência das características ambientais, sobretudo também devido as singularidades das pessoas que a desenvolvem, das espécies exploradas, dos instrumentos e embarcações utilizados, do destino final da produção, assim como da demanda e do mercado consumidor (DORIA *et al*, 2016).

Ao falar-se em sociedade pesqueira no contexto amazônico, remete-se a grupos sociais que fazem da pesca, coleta e extrativismo marinhos e fluviais seu sustento de vida material e social. Conforme a organização social, os modos de produção e tecnologia adotados, estes podem ser classificados como 'pescadores tradicionais' ou 'pescadores industriais', duas categorias de referência não-nativas. No entanto, ambos, compõem um contexto sociocultural, econômico e político mais amplo e mais complexo, com o qual relacionam-se e estão sujeitos às dinâmicas sociais e, conseqüentemente, a níveis de maior ou menor complexidade.

Para os pescadores amazônicos, há um elo entre os ambientes aquáticos e terrestres, aonde ambos representam espaços de subsistência, alcançada por meio do trabalho, pautado nos conhecimentos repassados de geração em geração acerca dos recursos ali existentes. Nesta relação indivíduo e natureza vão consolidando

uma corrente de significados que determinam a sua forma de agir e intervir nesses espaços, apropriando-se, organizando-se e usando-os em prol de seus objetivos.

Pode-se dizer que a atividade pesqueira enquanto modalidade de uso do espaço relaciona-se com demais formas que a sociedade produz e reproduz seu espaço. Nessa perspectiva, não está apartada dos processos de urbanização e industrialização frenéticos e nem aos processos de degradação ambiental resultantes do modo de produção capitalista vigente. E a região amazônica por sua vez, por ser considerada a maior detentora de riquezas naturais do planeta, vista como um grande laboratório epistemológico e de experimentos socioambientais, pode, através das pessoas que nela atuam, propor ações alternativas que contribuam para o desenvolvimento sustentável. Para isso, é imprescindível que aconteçam processos integrados de gestão de recursos naturais que minimizem os desgastes ambientais e incentivem a utilização dos recursos de maneira equilibrada e sustentável, dentre esses, os recursos pesqueiros da própria região.

3.2 Criação de Movimentos Sociais de Pescadores

Ao retratar a caracterização, composição e delineamento da pesca na região amazônica, é importante também desvelar como se originou o processo de participação e organização política dos pescadores em movimentos de caráter social, a nível nacional e local, entre esses, o Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE. Estudá-lo implica compreender que não se pode falar de organização social do setor pesqueiro na Amazônia, sem referenciar os movimentos sociais dos pescadores no Brasil.

Para isto, inicialmente se faz necessária uma abordagem acerca do conceito de “movimentos sociais” que para Touraine (1989) e Castells (2000) remete a mudanças universalizadas a todos os setores da sociedade, isto é, situam-se no âmbito da ação social coletiva. Para Gohn (2004), enquanto fenômenos históricos, os movimentos sociais são decorrentes de lutas sociais específicas. Esses movimentos se transformam juntamente com a política e com a sociedade civil. A mesma autora (2007) expressa ainda que os movimentos sociais representam ações sociopolíticas que são sistematizadas por atores sociais de diferentes classes, que se articulam em determinada conjuntura de um país, com o intuito de estabelecer um campo político de força social no contexto da sociedade civil.

Os movimentos sociais, ainda em consonância com Gohn (2011) representam redes de articulações que se estabelecem na prática cotidiana objetivando questionar sobre o contexto político, econômico e sociocultural do país. Por meio desses movimentos, a população pretende participar das políticas públicas e contribuir para a descentralização do poder e a transparência das decisões, idealizando uma distribuição mais igualitária de oportunidades.

No que tange mais especificamente a atuação dos pescadores com relação aos movimentos sociais, mesmo, estando a par nas histórias oficiais como parte das estratégias elitistas, foi fundamental para o processo de independência política do Brasil (CAMPOS, 1993). Mello (1995) ao propor um balanço bibliográfico sobre os Movimentos sociais na pesca retrata que a academia relegou a participação dos pescadores em alguns movimentos de caráter revolucionário. Dentre esses, a Cabanagem, movimento social que se configurou em uma revolução do povo e construiu o governo popular pioneiro da história da Amazônia (CAMPOS, 1993). Os cabanos, como eram denominadas as pessoas que compunham este movimento, eram sujeitos humildes que, muitas vezes, habitavam cabanas em áreas ribeirinhas da região, em sua maioria, pescadores (SOUZA, 1994).

É importante frisar que a Cabanagem não foi uma reação genuína dos trabalhadores da pesca, mas um processo cuja finalidade era um projeto maior de conquista social. Até o período da Cabanagem, os pescadores ainda não se encontravam organizados em associações e sindicatos, isto só ocorreu oficialmente no Brasil, em 1920 a partir da criação, pelo governo federal, da Confederação Nacional dos Pescadores (CNP), da Federação Estadual dos Pescadores (FEPA) e das Colônias de Pesca (CAMPOS, 1993; MELLO, 1995; FURTADO, 2002, POTIGUAR JÚNIOR, 2007).

Essas “organizações oficiais” foram concebidas com o fim de controlar e tutelar os pescadores. Isso ficava claro pela relação estabelecida entre governo central e os presidentes destas instituições, pois era o governo quem nomeava os presidentes das colônias e federações que, em sua maioria, eram administradores inscientes ao dia a dia do pescador, no entanto respondiam ao perfil administrativo imposto pelo governo federal (CAMPOS, 1993; MELLO, 1995; FURTADO, 2006; POTIGUAR JÚNIOR, 2007).

As relações estabelecidas entre o Estado e pescadores eram embasadas no paternalismo e no assistencialismo. Pode-se dizer que nos dias de hoje, o sistema

de colônias está estruturado da seguinte forma: a nível federal existe a Confederação Nacional de Pescadores (CNP), sediada em Brasília, a nível estadual existem as Federações dos Pescadores para “representar” a categoria e a nível municipal estão as Colônias, cujo processo histórico confirma uma subordinação ao Estado com o intuito de se beneficiar dos favores ofertados (POTIGUAR JÚNIOR, 2001).

Conforme Silva (1988) as colônias de pesca quando surgiram funcionavam como instrumentos de dominação social afim de controlar e segregar os pescadores, concebendo-os como sentinelas da Marinha brasileira, uma espécie de reserva naval, pois havia um interesse em defender a costa brasileira, principalmente, após a primeira guerra mundial, e nesse cenário, o pescador passou a ser visto como elemento principal desta missão, já que não havia ninguém melhor do que este para conhecer os mar (CARDOSO, 2001).

Nos anos 80, com a abertura política, a organização dos pescadores em associações e sindicatos ocorreu com mais evidencia, através de ações politicamente enfáticas, como por exemplo, a criação do Conselho Pastoral da Pesca (CPP), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), demonstrando indício da necessidade de organização dos pescadores no país (POTIGUAR JÚNIOR, 2007). O CPP incentivou o surgimento de outros tipos de movimentos sociais como o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) e no contexto amazônico, o Movimento de Pesca do Pará (MOPEPA).

Com a campanha em favor da Constituição Brasileira de 1988, alguns pescadores atuantes no processo de articulação política geraram um movimento paralelo neste período, conhecido “Constituinte da Pesca” que se configurou em um conjunto de reivindicações de vários estados do Brasil em relação ao setor pesqueiro, e teve como princípios: a livre associação, a não interferência do poder público, autonomia, a unidade sindical, entre outros. O objetivo principal deste movimento foi conquistar a autonomia política e sindical aos pescadores, esse fim foi atingido, posteriormente, com a criação do MONAPE que, de maneira estratégica, expandiu sua atuação às representações estaduais (CARDOSO, 2001).

Para Cardoso *et al* (2012) o MONAPE teve início entre os anos de 1985 e 1987, período em que os pescadores de diversos estados do Brasil se uniram para debater a atividade pesqueira no país e indicar que fossem incluídas as reivindicações dos pescadores artesanais na nova Constituição do Brasil. O nome

de Constituinte da Pesca foi dado a este movimento, e no ano de 1989 passou a chamar-se MONAPE.

A história aponta que 1988 representou um marco na organização dos movimentos sociais de pescadores no Brasil, pois através da mobilização e da participação da categoria de trabalhadores da pesca, houve a equiparação das colônias de pesca ao estatuto dos sindicatos (CARDOSO, 2001; DIEGUES, 2014) por meio da prorrogação do artigo 8, da Constituição Federal do Brasil, o qual estabelece que:

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:
I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;
II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;
III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;
IV - a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;
V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;
VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;
VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;
VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

Com essa legitimação jurídica, buscou-se garantir aos trabalhadores da pesca liberdade organizativa e autônoma, respaldando assim, a classe dos pescadores. Com a publicação na Constituição Federal, o propósito para o qual a “Constituinte de Pesca” foi criada se enfraqueceu. Entretanto, os trabalhadores da pesca tinham convicção de que necessitavam reivindicar seus direitos, assim, nesse contexto surgiu o MONAPE, cujo o objetivo principal era auxiliar as organizações dos pescadores e alcançar novas administrações das colônias de pesca (POTIGUAR JÚNIOR, 2008). Esse movimento passa a fomentar grupos de pescadores na reivindicação de seus direitos (CARDOSO, 2005).

Para Potiguar Júnior (2008) com a criação do MONAPE objetivou-se obter a confiança e o apoio dos pescadores, avançar nas conquistas das estruturas oficiais de suas representações, intensificando-as e assegurando a autonomia política e econômica por melhores condições de vida e trabalho. E para atingir esses objetivos realizam-se eventos, seminários e encontros para pescadores, crianças e jovens, estimulando a participação de lideranças locais no processo de capacitação; na produção de boletins e cartilhas destacando a relevância dos pescadores; na sindicalização da mulher; na necessidade de associação na colônia para futuros benefícios; e em fornecer conhecimentos gerais sobre a importância da relação sustentável com o meio ambiente (POTIGUAR JÚNIOR, 2007).

O MONAPE foi criado com o intuito de assegurar os direitos previstos em lei, assim como reivindicar pelos benefícios sociais de pescadores e pescadoras. Tem como compromisso, hoje, promover a política pesqueira considerando a relevância dos pescadores artesanais, o incentivo a defesa do meio ambiente e garantir políticas sociais e previdência social (MASSAMBA, 2016).

Compreende-se então, que o MONAPE desempenha um papel social, político-administrativo e de incentivo ao setor pesqueiro e das organizações na pesca. As demandas e propostas são avaliadas em seus congressos nacionais internos. Com a sua atuação, é possível perceber a importância do trabalho com a pesca e também da organização dos pescadores entorno da profissão (POTIGUAR JÚNIOR, 2007).

3.3 O Surgimento do Movimento dos Pescadores na Amazônia Paraense

É fato o reconhecimento de que a própria condição cabocla do amazônida trouxe-lhe uma relação particular com os elementos da natureza, considerando que a integração com o seu hábitat propicia os recursos necessários à sua sobrevivência e reprodução cultural. Este aspecto pode ser analisado através das várias atividades produtivas desenvolvidas como à agricultura, extrativismo vegetal ou caça além da pesca (BEZERRA, 2000).

Ainda que o ecossistema complemente suas existências, como fruto de uma cultura espontânea, não foi possível, entretanto, aos sujeitos do norte do Brasil, mais especificamente da Amazônia paraense se manterem eximidos às transformações

políticas, sociais e econômicas alcançadas no decorrer do tempo e que propiciaram a organização e legitimação dos pescadores na região (BEZERRA, 2000).

Considerando a atuação e organização político-social dos pescadores artesanais a nível nacional, do MONAPE surgiram ramificações regionais como o Movimento dos Pescadores do Pará (MOPEPA). Movimento este criado em abril de 1989 com anseios centrados a nível estadual. Foi idealizado devido à insatisfação com a estrutura tradicional da organização vigente no Estado, e tem como finalidade promover políticas que favoreçam a categoria em prol da cidadania (CAMPOS, 1993).

Mais precisamente a partir da Carta Estadual de 1989, o MOPEPA passou a atuar no campo do Poder Legislativo paraense em favor da consagração dos interesses da categoria considerando, inclusive, a competência concorrente conferida na Lei Maior aos Estados-Membros quanto à regulamentação da pesca em seus respectivos territórios (BEZERRA, 2000).

Com a atuação do MOPEPA foram obtidas importantes conquistas no campo de atividades dos atores sociais da pesca, como a formulação de uma política estatal própria para o setor, priorizando-se o ramo artesanal e assegurando sua participação nas definições, passando pela obrigatoriedade do poder público em promover programas, ações e mecanismos de desenvolvimento a esta atividade, garantindo ainda os recursos do meio ambiente mediante lei específica, estipulando, inclusive, períodos e áreas de pesca (BEZERRA, 2000).

Com o auxílio do MOPEPA foi elaborado ainda o ordenamento jurídico do Estado, em que fica estabelecida a proibição de se realizar a captura das espécies com a utilização de instrumentos de arrasto ou qualquer outra forma predatória nos rios, lagos, estuários e litoral do Pará, respeitando-se o limite conforme Constituição estadual (BEZERRA, 2000). Percebe-se então o MOPEPA como uma manifestação coletiva em prol dos pescadores artesanais paraenses que reivindicam sua própria sobrevivência e reprodução cultural, e visam trabalhar politicamente na busca da preservação do hábitat amazônico e da conquista dos seus direitos sociais.

Nos dias atuais, pode-se afirmar que o Movimento de Pescadores do Pará para o Estado, representa a voz dos trabalhadores da pesca que apesar de possuírem uma função significativa na produção de alimentos, não são valorizados como tal, principalmente quando se trata da elaboração de programas e projetos de desenvolvimento para região. Logo, por meio de um movimento independente e

coeso, a categoria busca ressaltar a importância econômica e social dos pescadores da região (MASSAMBA, 2016).

3.4 Organizações Coletivas e a Participação Social na Pesca

As transformações causadas na produção de vida material provocam modificações na organização política. As demandas, nos dias de hoje, requerem um ator social comprometido no processo político, dotado de percepção e conhecimento para atuar de forma positiva na promoção de ações que possam determinar seu bem-estar e socioeconômico (MORAES *et al*, 2011).

As transformações sociais estão relacionadas a interesses comuns, e a participação é o elemento primordial para consolidação de direitos. Muitas questões enfrentadas atualmente por muitas sociedades, principalmente, pelas mais necessitadas financeiramente, exigem a compreensão de que as forças locais se encontram desunidas, distanciadas, extenuadas, e isso tem contribuído para a continuação de práticas reprodutivas que favorecem anulação de direitos adquiridos ao longo do processo histórico (MORAES *et al*, 2011).

De outro modo, é necessário o empenho, a participação, não no sentido exíguo de participar, mais sim no sentido da participação social que envolve uma intervenção organizada e ponderada dos variados setores da sociedade na busca de alternativas para os problemas coletivos e na viabilização do bem comum (CARDOSO, 1996; ROCHA, 2011).

Em se tratando da pesca, um dos desafios da categoria pesqueira está em participar ativamente, em inserir-se de forma significativa nas organizações e movimentos sociais como estratégia de superação das dificuldades, pois através das organizações coletivas é possível a inserção política dos pescadores no âmbito local e nacional e, favorecimento para a melhoria na qualidade de vida de muitas comunidades pesqueiras, processo esse que ocorre de forma coletiva, numa união de objetivos e ideais, onde as diferenças comumente produzidas no cenário social são ignoradas (ROCHA, 2011).

Atualmente, a organização coletiva tem a necessidade de superar desafios antes entregues a responsabilidade do Estado. Essas organizações sistematizam objetivos e metas comuns, unidos por um anseio de promover a colaboração entre os seus pares, onde são definidos metas e projetos para alcançar o

desenvolvimento, tendo como foco a economia e as potencialidades locais, que compõem todos os elementos dentro do processo de gestão. Ocasionalmente no associativismo e demais movimentos sociais, a síntese de ideais (TAVARES, 2003).

As organizações coletivas originam-se de uma junção de necessidades ou interesses comuns, de pessoas que buscam unidas, alternativas para os problemas na comunidade onde habitam ou para modificações de alguma perspectiva maior da sociedade, como a formulação políticas públicas, por exemplo. Representam uma manifestação legítima de cidadania e participação social uma vez que atuam em favor da sociedade, principalmente nos contextos aonde se encontram inseridas.

Enquanto entidades formais, essas organizações apresentam as seguintes características: - não estão relacionadas com Estado (ainda que possa receber recursos oriundos da esfera pública); - visam produzir bens ou serviços voltados para seus próprios membros e/ou o público externo; - não tem por objetivo distribuir excedentes financeiros porventura obtidos em decorrência de atividades realizadas pela entidade (esse recurso, quando existente, é reinvestido na própria entidade) e são autogovernadas (TAVARES, 2003).

No cenário Amazônico, aonde as comunidades rurais recebem interferências econômicas que prejudicam os recursos naturais, modificando suas rotinas e reprodução social, a intensificação de práticas organizativas auxilia no rompimento com o silêncio a que se submetem muitas comunidades incapacitadas de emancipar-se pelo desconhecimento de sua força enquanto coletividade, grupo ou associação. Nesse contexto estão incluídas diferentes categorias, como a dos pescadores (MORAES *et al*, 2011).

Ao organizarem-se coletivamente por meio de associações e colônias de pescadores, são construídos importantes instrumentos de dissolução ou de minimização de riscos e incertezas, já que o caráter coletivo presente tende a fortalecer as parcerias e a solidariedade entre os profissionais que tem propósitos comuns, além de dar visibilidade a categoria enquanto atores sociais e sujeitos políticos na busca dos seus direitos sociais (MORAES *et al*, 2011).

É necessária a compreensão de que as representações sociais são essenciais para qualquer processo de realização de um trabalho coletivo que tenha como objetivo, de algum modo, transformar as condições de vida das pessoas. Logo, as tentativas de participação social ou mesmo de elaboração de políticas que busque transformar as condições de vida dos pescadores, devem passar pelo

conhecimento e diálogo das variadas representações existentes da categoria em um determinado contexto (TOMANIK *et al*, 2008).

Nesse sentido, a participação social se concretiza quando permite que os sujeitos façam parte das decisões que lhes dizem respeito, seja nos aspectos políticos, sociais, culturais ou econômicos (ALVES, 2013). Portanto, as organizações coletivas desenvolvidas por meio de movimentos sociais de pescadores constituem-se em processos político-sociais consolidados como expressões coletivas de luta, resistência e poder dos pescadores os quais a partir de seus anseios, conflitos e disputas desenvolvem uma identidade coletiva, que luta pela manutenção de seus territórios, valorizando o extrativismo e os sistemas de produção alternativos (FOX; CALLOU, 2014).

CAPÍTULO 4 – A ILHA JOÃO PILATOS E A ILHA SANTA ROSA

Neste capítulo objetiva-se apresentar a caracterização do município de Ananindeua, procurando destacar as Ilhas João Pilatos e Santa Rosa, bem como as comunidades nelas existentes, de forma a compreender sua importância como base empírica, ressaltando-se suas singularidades, aspectos organizacionais e modos de vida.

É válido registrar a escassez de material científico sobre este município. O que se tem de fato são informações institucionais e de governo, que juntamente com o conhecimento desenvolvido em campo serviram para fundamentar o diagnóstico existente.

4.1 O município de Ananindeua e suas singularidades

A fundação do município de Ananindeua perpassa o século XIX, e está relacionada à estação da antiga Estrada de Ferro de Bragança. O nome Ananindeua de origem tupi foi atribuído devido a existência em abundância de árvores conhecidas como Ananin (*Symphonia globulifera*), árvores que produzem a resina de cerol utilizada para lacrar as fendas das embarcações. Essas árvores eram muito presentes nas margens do igarapé chamado Ananindeua (ANANINDEUA, 2013).

Ananindeua pertencia à circunscrição de Belém, caracterizava-se por ser um povoado que vivia principalmente em função do grande Curtume Maguari. Esse Curtume era uma fábrica de beneficiamento de couro, cujo destino final da produção era o mercado de Belém e outras regiões do Brasil. Tornou-se município em 1943, pelo Decreto-lei nº 4.505, promulgado pelo interventor Magalhães Barata. Sua sede municipal foi reconhecida como cidade em 1947. Nos anos de 1947 a 1956 o município de Ananindeua era composto pelos seguintes distritos: Ananindeua, Benevides, Benfica e Engenho do Arará. Atualmente, o município de Ananindeua compreende apenas o seu distrito – sede: Ananindeua (ANANINDEUA, 2013).

Em meados de 1950, Ananindeua obtinha um importante papel no que correspondem as atividades econômicas. Na produção extrativa, sobressaiam-se a madeira, argila e pedra. Na agricultura destacavam-se: o milho, a cana de açúcar,

arroz, amendoim e a pimenta do reino, esta última, servia de base para a economia do município (DINIZ, 1990).

Em 1960, de acordo com Lima *et al* (2001), o Estado do Pará sofreu interferências advindas da rodovia Belém-Brasília, construída no governo Juscelino Kubitschek, pois essa rodovia possibilitou a aproximação das economias do Sul e Sudeste do Brasil com a economia paraense, favoreceu os laços econômicos, no entanto, contribuiu para o aumento das diferenças regionais já que fragmentou as frágeis indústrias de Belém com a entrada na Amazônia de produtos de outras regiões (DINIZ, 1990).

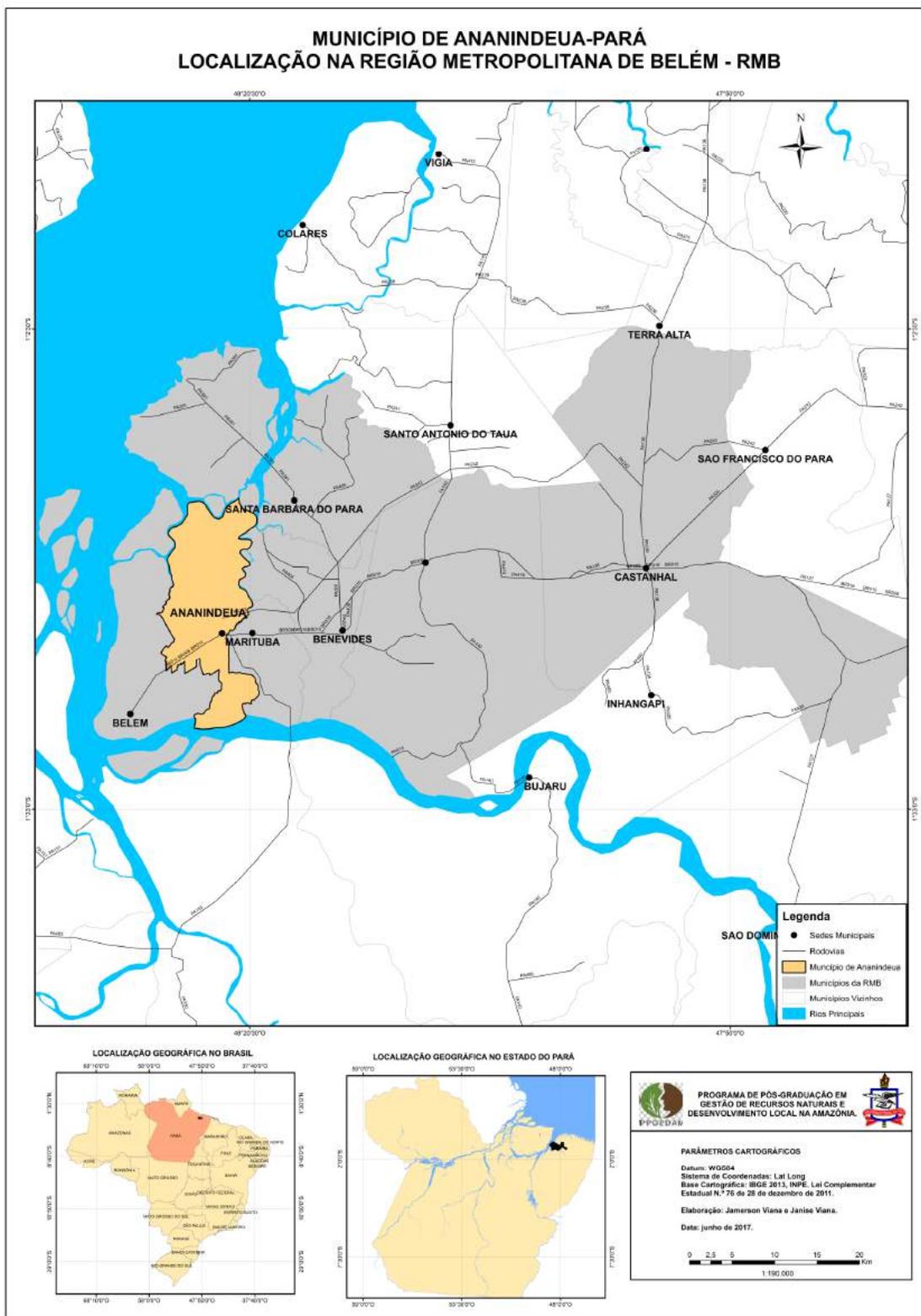
Com a instauração do governo militar em 1964, se incentivou ainda mais a política de abertura da Amazônia para o capital nacional e internacional. Nesse mesmo período, o então governador do Estado do Pará, Jarbas Passarinho, encerrou as atividades da Estrada de Ferro Belém-Bragança. Em 1970, em favor do desenvolvimento, constrói-se a Rodovia Transamazônica. Com um novo modelo de desenvolvimento estabelecido na Amazônia várias consequências foram geradas para a população (DINIZ, 1990).

A nova configuração do meio rural que teve início nos anos 60, foi se condensando nos anos 70 e 80, acarretando a migração do indivíduo do campo para a cidade. Assim, o rápido crescimento de cidades como Barcarena, Marabá, Altamira, Belém e Ananindeua é decorrente do modelo implantado na região, viabilizado com políticas de incentivos fiscais estabelecidas na Amazônia (DINIZ, 1990).

A partir da década de 1970, foi significativa a expansão urbana da Região Metropolitana de Belém. O município, hoje está localizado na Região Metropolitana de Belém/RMB, constituída pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel do Pará, Santa Bárbara do Pará e Castanhal², mais precisamente no nordeste paraense, formada por uma parte continental ao sul, aonde se localiza a sede municipal e a parte insular ao norte, formada por igarapés e ilhas. Limita-se com o município de Belém, ao norte, a oeste e ao sul; e com o de Benevides, a leste, tendo o Rio Guamá como divisor natural.

² Lei Complementar Estadual Nº 76 de 28 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará (DOE/PA) nº 32066, de 29 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.ioe.pa.gov.br/diarios/2011/12/29.12.caderno.02.08.pdf>> Acesso em 25 de junho de 2016.

Mapa 2 – Município de Ananindeua (Pa) – Localização na Região Metropolitana de Belém – RMB.



Fonte: O Autor, 2017.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE³, a população do município é de aproximadamente meio milhão de habitantes, o que faz de Ananindeua o segundo maior município do Estado do Pará, e o terceiro da Amazônia. A concentração populacional é maior na zona urbana do que na zona rural.

Conforme dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (2017) entre os anos de 2000 a 2010 (Quadro 2), percebe-se que a população do município expandiu a uma taxa média anual de 1,83%, enquanto no país foi de 1,17% no mesmo período. Nesta mesma década, a taxa de urbanização de Ananindeua passou de 99,76% para 99,75%. No ano de 2010 habitavam o município 471.980 pessoas. Entre o período de 1991 e 2000, a população aumentou a uma taxa média anual de 5,43%, enquanto que no Brasil foi de 1,63% no mesmo período. Nas décadas de 1991 a 2010, o município obteve um aumento na taxa de urbanização, passando de 28,16% para 99,76%, esses números representam o crescimento da população e concentração urbana na cidade.

Quadro 2 – População Total, por Gênero, Rural/Urbana – Município – Ananindeua- PA

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População Total	244.442	100,00	393.569	100,00	471.980	100,00
População residente masculina	118.473	48,47	190.307	48,35	48,35	48,02
População residente feminina	125.970	51,53	203.262	51,65	245.345	51,98
População urbana	68.846	28,16	392.627	99,76	470.819	99,75
População Rural	175.597	71,84	942	0,24	1.161	0,25

Fonte: PNUD, Ipea e FJP apud <http://www.atlasbrasil.org.br>, 2017.

³IBGECidades@ Disponível em <<http://perfil.php?lang=&codmun=150080&search=para|ananindeua>> Acesso em 01 de julho de 2016.

A caracterização preliminar de sua população aponta que esse município originalmente foi considerado “cidade dormitório”, devido ao seu caráter “residencial”, no qual a maioria de seus moradores exerce atividade profissional em uma cidade próxima, nesse caso, Belém, a capital, no intuito de um maior desenvolvimento econômico (FREITAS; ALMEIDA; PEREIRA, 2014).

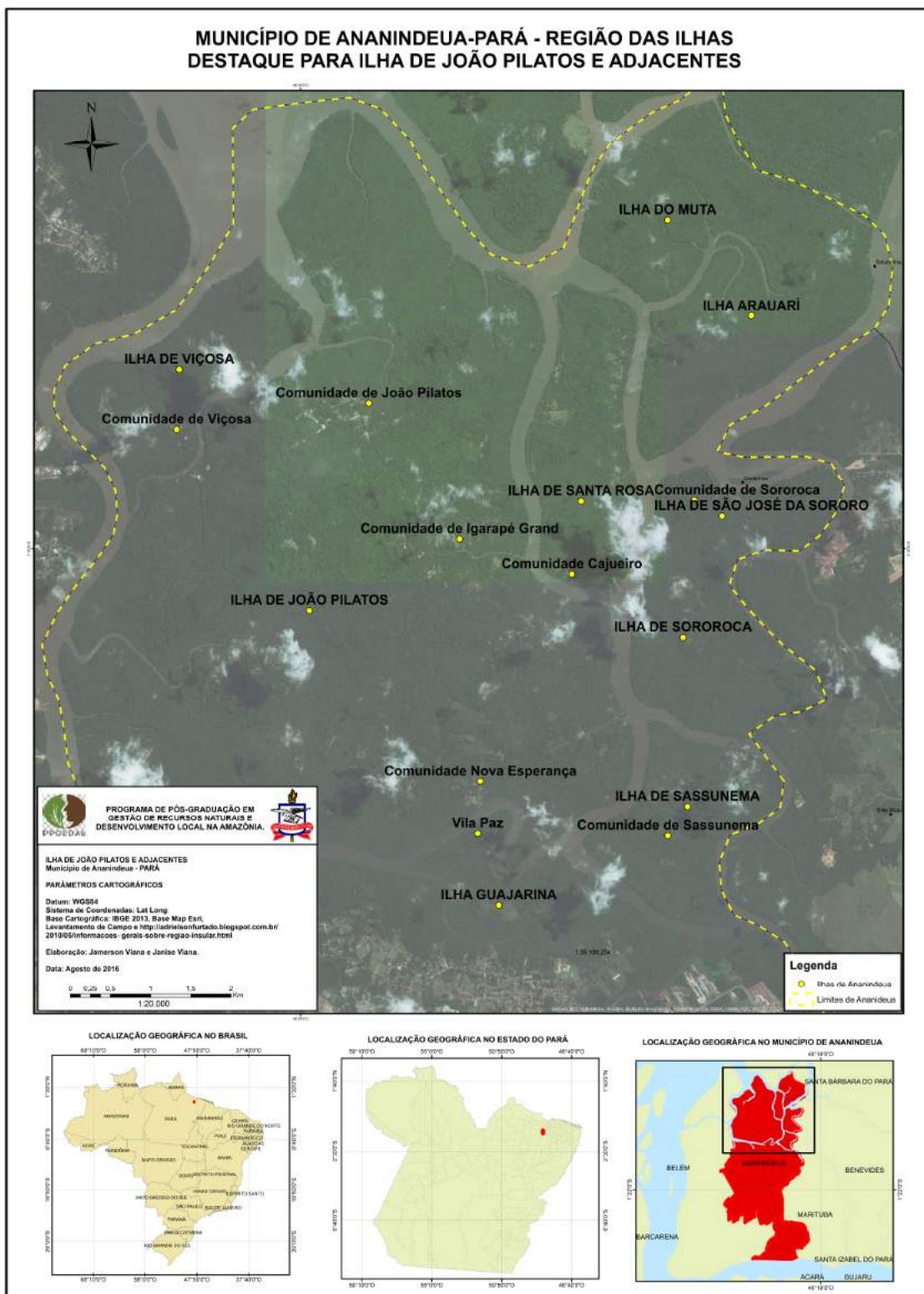
Nos últimos anos tem apresentado um considerável desenvolvimento, uma vez que vem crescendo de forma espontânea, embora sem planejamento e/ou diretrizes urbanísticas adequadas, criando situações de confronto entre o suporte natural e os objetos construídos (FREITAS; ALMEIDA; PEREIRA, 2014).

No que tange as atividades econômicas, são desenvolvidas atividades no Setor Primário: agricultura, extrativismo vegetal e mineral, pesca artesanal, e com pouca expressão, a pecuária. O Setor Secundário é o que mais se destaca enquanto fonte de renda; predominando atividades industriais voltadas para beneficiamento de madeira, minerais não metálicos, metalurgia e produtos alimentícios. E, o Setor Terciário, caracterizado como um dos que mais cresce no comércio de mercadorias e na prestação de serviços (ANANINDEUA, 2013).

A região insular de Ananindeua é constituída por várias ilhas, que por importância socioeconômica destacam-se: João Pilatos, Viçosa, Sassunema, Mutá, Guajarina, São José da Sororoca, Sororoca, Arauari e Santa Rosa (DINIZ, 2010). Essas ilhas, em consonância com o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (ANANINDEUA, 2013), enquadram-se na zona rural do município e segundo dados do Censo Demográfico do IBGE (2010), tem uma população residente em número 1.161 pessoas.

Dentre as atividades econômicas predominantes nas ilhas, destacam-se as do Setor Primário, tais como: a agricultura temporária (mandioca e olericultura), a agricultura permanente (fruticultura), o extrativismo vegetal (açai, bacuri e lenha), a pesca artesanal (peixe, siri e camarão) e o extrativismo mineral. A população rural que contribui ativamente para a economia do município é composta, em sua maioria, por micro-produtores, que usam principalmente a mão-de-obra familiar (ANANINDEUA, 2013).

Mapa 3 – Localização Município de Ananindeua (Pa) – Região das Ilhas João Pilatos e Santa Rosa



Fonte: O Autor, 2017

4.2 A Ilha João Pilatos: ambiente e comunidades

Compreender os grupos sociais da Amazônia significa desvendar seu dia a dia, considerar seu contexto e suas contrariedades, na qual estão imersas suas manifestações e práticas culturais. Entender o modo de vida desses grupos, não se reduz apenas conhecer e descrever a riqueza dos recursos naturais existentes, mais, sobretudo, perceber que para além da paisagem natural e harmônica, há paisagens socialmente construídas repletas de contradições e contrastes (FRAXE, WITKOSKI e MIGUEZ, 2009).

Dada a importância da historicidade, e que está registrada na memória de um dos moradores mais antigos de João Pilatos, “seu Nazareno”⁴, conforme relato do mesmo, a primeira ilha de Ananindeua habitada denominava-se São Pedro, este fato pode ser confirmado pelo achado de algumas louças de porcelana no local, que são resquícios de expedições de franceses, espanhóis e alemães, que antes dos portugueses estiveram presentes no Norte do Brasil, de acordo relatos do informante Nazareno:

Ananindeua começou por São Pedro. Foi a primeira ilha habitada. Em 1700 chegaram os cabanos para ali morarem, mesmo existindo os índios. Depois vieram os franceses, depois os alemães, e então os portugueses. Os portugueses vieram através de Manoel Coimbra, que junto com ele trouxe “Antônio dente de ouro”, que era o ferreiro, veio também o espanhol que era o “gerente” e o Manoel Coimbra era o dono da barca, daí começaram a trabalhar com açúcar na ilha. “Dente de ouro” ficou na ilha Santa Rosa, seu Julio Faustino também pegou outro pedaço da Santa rosa, Domiciano de Farias em Igarapé Grande, que era meu avô, Francisco Cunha Tavares ficou em Igarapé Grande, Inácio Pinheiro ficou na cabeceira de Igarapé Grande, Antônio da Luz da Silva do Navegantes ficou na Santa Rosa, em 1982, em Nova Esperança ficou José Antônio da Silva da luz. Hoje, a ilha São Pedro é a Ilha João Pilatos [...] (informação verbal).⁵

A ilha João Pilatos é uma das que integra o estuário ananindeuense. A origem do nome da ilha, conforme relatos do informante Nazareno é proveniente de:

Vieram habitar a ilha João Pilatos João Gogó, que veio de Bragança, João Palha, Joãozinho, João do monte, ainda tem a homenagem a São João, mas não foram esses que trouxe o nome João Pilatos, eles chegaram lá e

⁴ Manoel Nazareno Farias. Entrevista concedida à Janise Viana. Belém, jan. de 2017.

quando foi liberado por D. João VI ele começaram a fazer o roçado, a plantar abacaxi, já tinham documento da terra, então por causa da guerra que tinha naquele tempo, plantavam acará, abacaxi, essas batatas por que podia passar mais de um ano de guerra que o alimento ficava reservado lá, então naquele roçado começou a minar, que tomava conta da ilha um mato chamado João Caá, um mato que tem lá e é cheiroso, a gente tira pra fazer banho também, e como tinha uma má impressão desse mato, por que tomou conta, por causa disso tirou da bíblia o nome Pilatos. Então o nome João Pilatos a origem é do matinho João Caá. [...] (informação verbal).⁶

O acesso à mesma ocorre pelo Porto do Surdo, localizado no bairro do Curuçambá. Ressalta-se que este permite a compreensão sociogeográfica entre o rural e o urbano, característica da diversidade existente no espaço amazônico, ou ainda pelo Porto do Fidélis, em Outeiro (ANANINDEUA, 2013). No decorrer da viagem, partindo do Porto do Surdo, percebe-se a riqueza do ecossistema e biodiversidade amazônico, e também é possível sentir uma quietude que chega a ser desconcertante para os que estão acostumados com o barulho e agitação das grandes cidades. A Figura 1 permite identificar o referido Porto localizado no bairro do Curuçambá.

Figura 1 – Porto do Surdo - Ananindeua



Fonte: O Autor, 2016.

⁶Manoel Nazareno Farias. Entrevista concedida à Janise Viana. Belém, jan. de 2017.

No que tange as populações habitantes deste estuário, avista-se primeiramente a Ilha Guajarina, pouco povoada, possuindo aproximadamente 50 residências. Todo o trajeto é feito pelo rio Maguari-Açú. Durante o percurso até João Pilatos é possível observar uma área que hoje é considerada bairro, denominada de Distrito Industrial. Resume-se em um complexo industrial que foi concebido para receber e estimular o desenvolvimento da indústria paraense localizado também no município de Ananindeua (ARAÚJO, 2009). Posteriormente, observa-se a Ilha Sassunema, que possui aproximadamente 25 famílias habitando a mesma. Logo em seguida, nota-se a Ilha Sororoça e a Ilha Santa Rosa até chegar a Ilha João Pilatos.

Da região insular do município de Ananindeua, João Pilatos caracteriza-se por ser a maior ilha em extensão territorial e habitação. Possui uma área que mede 3.854,7138 ha (três mil oitocentos e cinquenta e quatro hectares, setenta e um ares, trinta e oito centiares) (INCRA, 2011) formada pelas comunidades de Nova Esperança, originária da década de 1990, devido a ocupação de terras por parte de um grupo de pessoas advindas da zona urbana, Igarapé Grande e João Pilatos, essas duas tem origem das famílias Farias e Souza, respectivamente. As comunidades de João Pilatos e Igarapé Grande remontam uma formação mais antiga, entre 100 e 150 anos (ANANINDEUA, 2013).

Para o informante Nazareno, as comunidades foram habitadas primeiramente por algumas famílias, as quais de acordo com ele foram:

A comunidade que “nós considera’ é as famílias. Chegou a família lá na Bela Vista é a comunidade da Bela Vista, família “dos pessoal’ da Luz. Quando chega no Cajueiro, a Comunidade do Cajueiro, porque é a família dos Navegantes. Então, a ilha geral é João Pilatos com as várias famílias que são as comunidades, então as famílias formaram as comunidades em cada local.[...] (informação verbal).⁷

Então, conclui-se que a formação humana da ilha é decorrente dos primeiros moradores da mesma, que com suas famílias foram povoando e se estruturando socialmente no território.

Ao longo da ilha, as populações humanas são acometidas por fatores de transformações socioeconômica e cultural, oriundas da dinâmica social e interna e dos contextos socioeconômicos e políticos envolventes, que trazem consequências observadas na morfologia social e interna, como abandono de técnicas tradicionais,

⁷Manoel Nazareno Farias. Entrevista concedida à Janise Viana. Belém, jan. de 2017.

escassez de meio de subsistência, existência de espaços de moradia desorganizados, precarização das condições básicas de vida, como saúde e educação e migração campo e cidade.

No que concerne à fauna existente, esta, apresenta sinais de desaparecimento de algumas espécies de peixes, mamíferos e aves, decorrentes principalmente da ação de alguns indivíduos e expansão dos núcleos populacionais, no entanto, ainda é possível afirmar que os habitantes de João Pilatos utilizam a biodiversidade contida no ecossistema amazônico com o meio de sobrevivência. O extrativismo e a atividade pesqueira nessa região representam o principal sustentáculo das famílias residentes, cujos produtos, em alguns casos, são alocados no centro urbano de Ananindeua.

Com relação a níveis de sociabilidade e organização social, é válido destacar que as comunidades humanas amazônicas se organizam segundo sua lógica própria, construída e influenciada por vários fatores (sócios, étnicos, culturais, ambientais) que lhes concedem feições e modos de vida singulares, sem deixar, no entanto, de ser parte do todo mais amplo (FURTADO; NASCIMENTO, 2002).

A vida social interna que permeia as comunidades existentes na ilha constitui-se de aparente simplicidade. As relações estabelecidas com o ambiente local e regional, assim como as relações com o ambiente exterior pressupõe conhecimentos e saberes herdados de gerações anteriores de seus habitantes, que legaram hábitos similares aos dos antigos formadores da cultura amazônica, sem que isso seja visto como primitivo ou obsoleto.

Mesmo estando em um cenário geograficamente rural, desenvolvem atividades e relações sociais que os mantêm interligados ao mundo exterior; estabelecem e intensificam perspectivas de desenvolvimento à medida que se relacionam com a modernidade. Estas perspectivas se criam e também se desenvolvem no interior das próprias comunidades.

Outro ponto de destaque no que se refere aos aspectos organizacionais da ilha, é que os moradores vêm cada vez mais buscando na migração, a alternativa para sobrevivência. O número de habitantes das comunidades que a compõe vem reduzindo significativamente. O fator migratório está relacionado principalmente, conforme relatos dos moradores, ao quadro de condições de vida da população habitante. É uma forma de responder a falta de investimento público para a subsistência, para o viver local.

Observou-se que as pessoas que migram, principalmente, para a zona urbana de Ananindeua e a capital Belém, continuam contribuindo para o orçamento doméstico de seus familiares, enviando recursos financeiros e outros bens, como auxílio para o sustento das famílias. No discurso de alguns moradores da ilha João Pilatos atesta-se a deterioração do nível da qualidade de vida da população e registram-se suas reivindicações quanto a inoperância dos poderes públicos.

Quanto ao sistema de comunicação na ilha, percebeu-se que o mesmo pode ser classificado em dois tipos: a comunicação dentro da comunidade e a comunicação para fora da comunidade. Internamente, as comunidades se comunicam principalmente através do rio, por onde os moradores trafegam de rabetas e canoas de uma comunidade para outra, e também para deslocamento fazem uso de bicicletas através das trilhas existentes na ilha. Na Figura 2, percebe-se a trilha que liga a comunidade de Igarapé Grande a Comunidade de João Pilatos.

Figura 2 – Trilha de Igarapé Grande a João Pilatos



Fonte: O Autor, 2017.

A comunicação também existe por meio de caminhadas, quando um morador se desloca de uma casa para outra para falar sobre algum acontecimento ou

comentar algum fato que aconteceu no âmbito daquela realidade. Destaca-se ainda que a comunicação por aparelhos móveis é possível em determinados pontos da ilha.

No que concerne a ação dos governos, é imprescindível mencionar que João Pilatos, no ano de 2005 foi caracterizada como Patrimônio da União, atendendo à solicitação dos seus moradores, já que os mesmos temiam perder suas terras devido as constantes invasões de terras ocorridas na área. Sendo assim, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) propiciaram a criação do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) João Pilatos através do processo INCRA/SR - 01/Nº 54100.001818/2005 - 63, integrado na categoria de assentamento agroextrativista federal, contendo 200 unidades agrícolas familiares regularizadas (INCRA, 2011).

A estratégia de inserção das moradias ribeirinhas ao Programa de Reforma Agrária foi traçada pela integração institucional do Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão (MOPG) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Propiciaram-se os Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE) e o termo de autorização para utilização dos territórios ocupados pelas populações ribeirinhas, já que estas moradias se localizam em terrenos de Marinha e de Patrimônio Imóveis da União.

O PAE foi estabelecido nas ilhas do Pará como assentamentos especiais, ou seja, apropriados ao contexto ribeirinho, uma vez que tem como proposta a gestão coletiva dos recursos naturais e a sustentabilidade ambiental (INCRA, 1996). Para a inserção no Programa, as populações tiveram que se organizar e constituírem suas associações de moradores afim de solicitar os assentamentos ao INCRA e estavam encarregadas da coordenação do projeto.

A organização social e coletiva das comunidades ribeirinhas é embasada na gestão coletiva dos recursos de uso comum. Sua maioria sustenta-se dos recursos advindos de florestas e rios. As representações sociais dos moradores das ilhas, por meio de associações, funcionariam como alternativas de ação conjunta para melhor gerir esses recursos e assegurar a competitividade dos ribeirinhos frente aos demais sujeitos sociais, assim como também funcionariam como instrumento político de reivindicação com os agentes públicos, afim de certificar aos seus representados a sustentabilidade dos projetos vigentes.

Durante a vigência deste Programa foram instituídos 4 PAE's no município de Ananindeua, conforme Quadro 3, abaixo:

Quadro 3 – Projetos de Assentamento nas Ilhas de Ananindeua

Nome	Município	Área	Capacidade Assentamento	Superintendência
PAE Ilha Santa Rosa	Ananindeua	405.9934	25	Superintendência Regional do Estado do Pará
PAE Ilha Sassunema	Ananindeua	377.4941	25	Superintendência Regional do Estado do Pará
PAE Ilha Viçosa	Ananindeua	380.2488	20	Superintendência Regional do Estado do Pará
PAE Ilha João Pilatos	Ananindeua	3854.7138	200	Superintendência Regional do Estado do Pará

Fonte: <http://www.iterpa.pa.gov.br>, 2017.

Conforme “seu Nazareno”, um dos informantes deste estudo, os projetos do INCRA chegaram a João Pilatos como um instrumento para controlar a ocupação desordenada do espaço por pessoas advindas da zona urbana e para a maioria dos moradores da mesma significou uma boa ação do poder público, por que ajudou na organização fundiária do território.

Nas próximas seções é realizada uma descrição das comunidades existentes na ilha, com ênfase nos aspectos, sociais, econômicos e ambientais das mesmas.

4.2.1 Comunidade de Igarapé Grande

A comunidade de Igarapé Grande situa-se na ilha João Pilatos, (010 16' 22.3" S e 480 22' 50.4" W), possui uma extensão territorial significativa (3.854,7138 ha¹¹). Grande parte dos moradores são descendentes de Domiciano Farias de Ramos, fundador da comunidade Igarapé Grande.

Igarapé Grande, considerada por seus moradores como o “berço das ilhas”, pois é o ponto de encontro e de reuniões de vários moradores locais e vizinhos, recebendo também visitas de representantes de órgãos públicos. Concentra os principais eventos culturais destas áreas, tais como o Círio Fluvial, o Festival do

Camarão e Açaí, o Festival do Peixe que acontecem entre meses de agosto a dezembro. Na Figura 3, nota-se a primeira imagem do desembarque na Comunidade de Igarapé Grande.

Figura 3 – Desembarque na Comunidade de Igarapé Grande



Fonte: O Autor, 2016.

Essa comunidade fica distante da área urbana de Ananindeua mais ou menos uma hora, se o deslocamento for de barco do Porto do Surdo. É sede dos principais acontecimentos socioculturais que ocorrem nas ilhas do município, agrupa os descendentes dos primeiros moradores dessas áreas,

É composta por quatro localidades: Cabeceira, Bela Vista, Paraíso e Maritubinha, denominação atribuída pelos próprios moradores locais: Nas localidades da Cabeceira e Bela Vista vivem 10 famílias, no Paraíso residem 36 famílias e em Maritubinha, 15, totalizando 61 famílias em Igarapé Grande.

Com relação a dados socioeconômicos, os moradores de Igarapé Grande vivem das seguintes atividades produtivas: pesca, agricultura e extrativismo vegetal, (destaque para a extração do açaí), em menor escala, do artesanato (utilitário e decorativo), avicultura (criação de galinhas, patos e perus), pecuária e caça. No entanto, há moradores que possuem outras fontes de renda, como aposentadoria, pensão e funcionalismo público.

Desta forma, identifica-se que há um exercício múltiplo de atividades entre os moradores das comunidades e acrescenta - se que esta pluralidade de atividades

para as comunidades ribeirinhas da Amazônia, está relacionada a valores culturais e sociais (FRAXE *et al*, 2009).

Os moradores da comunidade desenvolvem uma intensa relação com a terra, com as águas e vivem uma combinação entre os valores tradicionais e os determinados pela influência da mídia mundial. Parte desse processo foi identificado no decorrer da realização da pesquisa, onde foi possível observar que algumas pessoas da comunidade reproduziam modos de vidas urbanos como a utilização de aparelhos celulares, computadores e outras tecnologias e, por outro lado, também desenvolviam o hábito da realização das rodas de conversas, das narrativas de lendas e estórias de assombrações.

É importante destacar também que mesmo com os investimentos feitos em Igarapé Grande por parte do poder público, os moradores ainda são carentes de assistência de alguns serviços básicos essenciais, como educação, por exemplo, a escola existente na comunidade denominada Escola Municipal Domiciano de Farias abrange apenas o Ensino Fundamental menor (Educação Infantil ao 5º Ano).

No entanto, os alunos que objetivam prosseguir nos estudos necessitam se deslocar para regiões mais distantes, e isso nem sempre acontece, dada a insuficiência de recursos financeiros, conforme relatos de alguns moradores. Esta realidade demonstra que ainda é necessário o fortalecimento das políticas/ações públicas voltadas para os moradores das áreas ribeirinhas da Amazônia.

Na Figura 4, é possível observar a Escola Municipal Domiciano de Farias, existente na Comunidade. A mesma é contextualizada com a realidade ribeirinha vivenciada, pois notou-se que as salas de aula da Educação Infantil possuem nomenclaturas como: Pré Ribeirinho I, Pré Ribeirinho II e assim por diante.

Figura 4 – Escola Municipal Domiciano de Farias



Fonte: O Autor, 2016.

Faz-se necessária a formulação de políticas públicas que compreendam e alcancem as demandas dessas populações ribeirinhas, seu modo de vida e os meios que utilizam para sua reprodução física, econômica, cultural, social e ambiental.

O fator segurança requer cuidados, visto que constantemente são relatados roubos e furtos provenientes de piratas, meliantes que vem pelas águas dos rios. Não existe na comunidade uma delegacia ou agente de segurança do Estado. As ocorrências são encaminhadas para o centro urbano de Ananindeua. Não há postos de policiamento militar e nem da guarda do município. Há ainda a ausência de transporte público, já que não há qualquer embarcação coletiva que garanta o deslocamento dos moradores, dificultando o acesso a outras ilhas e à faixa continental de Ananindeua.

Com relação à política pública de saúde, esta é materializada através da existência de uma unidade de saúde na comunidade, que pode ser visualizada na Figura 5. Esta atende aos moradores de toda a região insular do município. Também foi relatado a existência e importância do trabalho dos agentes de saúde nas residências. Este trabalho dos agentes se iniciou nas ilhas no ano de 2000, ao todo são 3 agentes atuando, e esse é o mínimo de acesso que, muitas vezes, as pessoas têm às políticas de saúde nas comunidades.

Figura 5 - Unidade de Saúde da Comunidade



Fonte: O Autor, 2016.

A população considera a precariedade do serviço público na saúde como um fator relevante de desigualdade social anseia por melhorias neste serviço essencial para os moradores residentes nas ilhas. O sistema de distribuição de energia elétrica atingiu a comunidade de Igarapé Grande, assim como as outras existentes na região insular de Ananindeua em 2010, com o Programa do Governo Federal denominado de “Luz para Todos”.

Com relação ao sistema de abastecimento e tratamento de água potável, o mesmo é inexistente. Grande parte dos moradores utilizam poços artesianos e poços rasos escavados em seus quintais. A água extraída não recebe nenhum tipo de tratamento adicional que garanta sua potabilidade.

Não existe saneamento básico na comunidade. Os dejetos são lançados em fossas rudimentares ou mesmo sobre o solo, próximos aos cursos de água ou fontes de captação de água para consumo humano. A coleta e tratamento dos resíduos sólidos gerados inexistem, os moradores são quem realizam a queima dos resíduos, enterrando nos quintais, jogando nos rios e igarapés ou deslocando para o perímetro urbano.

A comunidade não dispõe de locais públicos voltados para o desenvolvimento de atividades culturais como danças regionais, peças de teatros, música e entre

outras atividades culturais, assim como há escassez de espaços voltados para o lazer. Os espaços designados a prática de esportes estão resumidos a campos de futebol, que na maioria dos casos, pertence a particulares, o que impõe a esta população certa limitação a prática de esportes e lazer.

No que se refere aos problemas ambientais existentes na comunidade, um dos moradores mais antigos da comunidade fez a seguinte fala:

Desde 1950 nós já plantava, fazia muda pra ir pras estradas. Hoje nós estamos comprando muda de lá de fora, mas nós já vendemos daqui, como a seringa, marupá, café, tudo daqui. Naquele tempo, os meus tios pagavam 5 tostão pra nós plantar e vendia a 10 tostão pra Belém, levava 30 milheiro de marupá e vendia nas estradas de Belém. A gente derrubava mas plantava, hoje não tem mais respeito. Por exemplo, seringueira, nós não derrubava, a andiroba nós não derrubava [...] (informação verbal).⁸

Significa para os moradores, o conceito de desenvolvimento sustentável. Retratam a relação com o meio, à importância deste para sua sobrevivência, não como algo a parte, mais sim como elemento fundamental no seu dia a dia, numa relação embasada no cuidado, no respeito na utilização dos recursos naturais. No que se refere a questão dos resíduos existentes nos rios, o mesmo morador continua:

Quando nós nascemos já encontramos nossa benfeitoria aqui, nossa propriedade. Hoje algumas pessoas, alguns visitantes, barões, vem nas suas lanchas grandes, cada uma voadeira danada aí, comem e bebem e jogam na água, são eles quem jogam nos rios.[...] (informação verbal).⁹

Atribuem a existência de resíduos nos rios, em virtude de turistas e visitantes. Os informantes têm demonstrado em suas falas que em âmbito local, o rio é fundamental para eles, principalmente como fonte de sobrevivência e eles têm consciência da ação maléfica dos seres humanos e os prejuízos acarretados ao meio com suas ações predatórias e impensadas.

Na Figura 6 observa-se a tradicional Igreja Católica existente na Comunidade e prática de ações de Educação Ambiental desenvolvida pelos alunos da Escola Domiciano de Farias.

⁸ João Santos (nome fictício). Entrevista concedida à Janise Viana. Belém, fev. de 2017.

⁹ João Santos (nome fictício). Entrevista concedida à Janise Viana. Belém, fev. de 2017.

Figura 6—Igreja Nossa Senhora da Conceição e Atividade de Educação Ambiental



Fonte: O Autor, 2016.

4.2.2 Comunidade João Pilatos

No seu surgimento, essa comunidade foi habitada primeiramente pelos seguintes moradores: “João Pongó de Sousa”, que veio de Bragança, “Tiofó Calar”, “Joãozinho Ponte”, “João Bernardes”, “João palha”, “João do Monte”, “João Reseno”, conforme relatos de “seu Nazareno”¹⁰. Foram esses, os habitantes que deram origem a comunidade entre os anos de 1800 a 1905. Boa parte dos moradores atuais descende desses primeiros habitantes.

Quatro localidades compõe a comunidade, as quais são: Alcântara, Apuá, Socorro e Furo do Tapari, denominação dada pelos próprios moradores locais. Na comunidade de João Pilatos, hoje, vivem aproximadamente 93 famílias, distribuídas em 68 casas. Observável que há mais de uma família habitando uma mesma casa.

A realidade desta não difere muito das outras comunidades existentes nas ilhas do município. Quanto a sua infraestrutura pública, João Pilatos dispõe de uma escola, uma espécie de anexo da Prefeitura Municipal de Ananindeua, denominada

¹⁰ Informação Verbal fornecida por Manoel Nazareno Farias à Janise Viana. Belém, mar. de 2017.

“Anexo do Fidélis”, conforme Figura 7, que atende apenas o Ensino Fundamental menor (1º ao 5º ano). Assim como as outras comunidades, se o indivíduo desejar dar continuidade aos estudos deverá direcionar-se a zona urbana do município ou a outra cidade mais próxima.

Figura 7 – Anexo da Escola João Pilatos



Fonte: O Autor, 2017.

A energia elétrica alcançou a comunidade de João Pilatos, assim como as outras existentes na região insular de Ananindeua, no ano de 2010, através do Programa do Governo Federal denominado de “Luz para Todos”.

Com relação ao sistema de abastecimento e tratamento de água potável, observou-se que inexistente. A maioria dos moradores utilizam poços artesianos, poços rasos escavados em seus terrenos e alguns fazem uso das nascentes ou fontes de água ou como são chamados pelos moradores: “olhos d’água”. A água utilizada não recebe nenhum tipo de tratamento por parte da Companhia de Saneamento do Estado.

Não há Posto de Saúde na comunidade. Caso necessitem de atendimento, precisam se deslocar para a Comunidade de Igarapé Grande, pois apenas nessa comunidade existe uma unidade de saúde. E esse trajeto pode ser realizado através de moto táxi (existem 3 pessoas que trabalham com esse serviço na comunidade) ou andando. Se for de veículo, o percurso é de aproximadamente 10 minutos e se

for através de caminhada, à duração é de mais ou menos 45 minutos. Esse deslocamento é possível por meio das trilhas que existem na comunidade. É importante destacar que na comunidade existe transporte público fluvial, pois do Porto do Fidélis em Outeiro, há um barco que realiza esse transporte diariamente até a localidade de Alcântara em João Pilatos.

No que se refere a questão socioeconômica, os moradores da comunidade desenvolvem as seguintes atividades produtivas: pesca (principalmente, do Bagre, Bacú, Tucunaré, Acará, Pescada, Mapará, Filhote, Dourada, Piramutaba, Carataí, Xaréu). Tem a comercialização do Siri, Camarão e Turú. Os moradores também utilizam a agricultura e extrativismo vegetal como fonte de renda, destaque para a extração do açaí, comercialização do bacuri, uxi, muruci, abacaxi, acerola e mandioca.

Existe a produção e comercialização de farinha de mandioca na comunidade. O artesanato do tipo decorativo e utilitário também se faz presente, só que em menor escala. Existe a predominância da avicultura (criação de galinhas, patos e perus) e a prática de comercialização de caças como tatu, paca, veado, cutia, quati entre outros. Existem ainda moradores que possuem outras fontes de renda, como aposentadoria, pensão e funcionalismo público. Alguns ajudam na sobrevivência com a carpintaria, em especial na construção de barco e canoas.

Para a prática de esporte e lazer, os moradores de João Pilatos possuem apenas um campo de futebol denominado “estangiário” e um espaço denominado “barracão”, local em que acontece as reuniões da comunidade e principais eventos, como a Festividade de São João no mês de junho, Festival do Cupuaçu também em junho, Festival do Açaí em setembro e o aniversário da igreja evangélica da comunidade, em maio.

Na comunidade existem duas igrejas: uma de princípios e fundamentos baseados no catolicismo, denominada São João Batista e outra de origem e princípios baseados no protestantismo, denominada Igreja Pentecostal “Jesus é o Caminho”. A população está dividida em adeptos do catolicismo e protestantismo. Na Figura 8, é possível visualizar a Igreja Evangélica existente na Comunidade, a qual muitos moradores a frequentam.

Figura 8 – Igreja Pentecostal “Jesus é o caminho”.



Fonte: O Autor, 2017.

A questão ambiental é discutida e fator de preocupação também da comunidade, principalmente com relação aos resíduos sólidos. Na mesma, não há coleta de resíduos, alguns moradores recolhem seus resíduos gerados e conduzem a área urbana do município e também conduzem até Belém, esta última através do Porto do Fidélis, localizado em Outeiro.

Todavia, ainda existem moradores que jogam nos rios. De acordo com relatos de uma moradora que prefere não ser identificada, a mesma mencionou o seguinte: “já saí agora para pescar, puxei a rede e só veio lixo, muito plástico, garrafa pet, nada de peixe...” Esses resíduos, de acordo com relato dos próprios moradores, são depositados em sua maioria no Rio Maguari, e quando se busca realizar a atividade pesqueira, essa, muitas vezes é prejudicada, em decorrência do excesso de resíduos encontrados, o que dificulta e compromete a subsistência dos moradores da região.

Essa situação remete ao pensamento de Leff (2010) que alerta para o fato de que o planeta só se sustentará ambientalmente, se o ser humano tomar consciência de que a mudança de postura é a única forma de torná-lo justo, saudável e sustentável. A comunidade busca combater este tipo de problemática e outras, principalmente através da participação coletiva e representação social por meio da existência da Associação dos Moradores e Pequenos produtores Rurais de João

Pilatos – AMPPRJP, que organiza reuniões e discussões constantes na sede da Associação.

4.2.3 Ilha Santa Rosa: a comunidade do Cajueiro

Os fundadores da ilha Santa Rosa foram: Antônio “dente de ouro”, Júlio Faustino, Antônio da Silva dos Navegantes e uma senhora chamada “Satu”. Neste período a ilha obtinha várias denominações, como “Rodão”, “Livramento”, “Remanso”, “Bela Vista”, vindo a tornar-se Santa Rosa em 1978, devido ao rio que existe na mesma, o qual possui a mesma nomenclatura e também a festividade que acontece no local em homenagem a Santa Rosa, informações advindas de “seu Nazareno”.

A ilha é formada por várias localidades, como: “Santa Ana”, “Rodão”, “Remanso”, “Livramento”, “Cajueiro” e “Linda Vista”. Nela, habitam atualmente, aproximadamente 35 famílias. Compôs o Projeto de Assentamento Agroextrativista em 2005, juntamente com a Ilha João Pilatos. Na Figura 09 é possível observar a placa que sinaliza a Ilha Santa Rosa.

Figura 09 – Sinalização da Ilha Santa Rosa



Fonte: O Autor, 2016.

A educação é intensificadora do desenvolvimento, ela fornece as bases do conhecimento à medida em que incentiva a compreensão e análise da realidade e das informações (DOWBOR, 2007). Em Santa Rosa, mais precisamente no Cajueiro não há instituições escolares e nem unidades de saúde. Os moradores da mesma, precisam se deslocar para a Comunidade de Igarapé Grande ou João Pilatos, assim como para área urbana de Ananindeua se almejarem concretizar os estudos ou necessitarem de atendimento de saúde.

No que tange mais especificamente a saúde, existe apenas o trabalho do agente de saúde nas residências. A população, especialmente os mais idosos, utilizam constantemente a fitoterapia para tratamento de saúde, uma vez que não apenas nessa comunidade, mas como em toda a região das ilhas, as farmácias inexistem.

Na comunidade que pertence a ilha Santa Rosa, assim como nas comunidades da Ilha João Pilatos e nas demais do município, no que se refere a segurança pública, não há Postos de Polícia, Bases de Corpo de Bombeiros, ou Posto da Guarda Municipal, entretanto, conforme relato dos moradores, existe o serviço da Polícia Marítima do Estado que realiza serviços preventivos na área do Rio Maguari.

A prestação dos serviços de saneamento básico para a população é essencial para o desenvolvimento de um ambiente favorável à promoção da saúde do indivíduo. O abastecimento de água potável e o esgoto sanitário, tal qual nas outras comunidades, inexistem. Em consonância com a Lei nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais de saneamento básico, o abastecimento de água potável aparece como um dos serviços abrangidos pela política.

Entretanto durante a pesquisa em campo, notou-se que o fornecimento de água própria para consumo ainda é um problema para os ribeirinhos. Na medida em que algumas comunidades visitadas possuem água encanada através de um sistema de bombeamento da água do rio ou de poços, outras ainda retiram a água diretamente do rio para consumo imediato. É válido também destacar que inexistem coleta de resíduos.

A principal fonte de renda dos moradores é a atividade pesqueira (principalmente, do Tucunaré, Acará, Pescada, Mapará, Filhote, Dourada, Piramutaba, Carataí), o extrativismo, através, principalmente da extração do açaí e

plântio de mandioca, a criação de animais como galinhas, patos e suínos também se faz presente e a produção de hortaliças.

Em decorrência da atividade extrativista acentuada, os indivíduos promovem alguns festivais para auxiliar na subsistência, como a Festividade de Santa Ana, que acontece em maio, o Festival do Açaí, que ocorre no mês de novembro, período em que a exploração do açaí tem seu ápice e existe ainda os festivais esportivos, que auxiliam no lazer e na geração de renda.

Em se tratando de espaços de lazer e esporte, os moradores de Cajueiro utilizam dois campos de futebol existentes na mesma, um na localidade “Remanso” e outro em “Santa Ana”, e também fazem uso do rio para recreação constante.

Não existe transporte público na comunidade nem na própria ilha. Para se deslocarem os moradores utilizam e fabricam embarcações próprias, (ver Figura 10 abaixo) como canoas e rabetas, que têm utilização para pesca, transporte e também podem ser emprestadas para outros fins comunitários. O rio Maguari, além de fazer parte da cultura local como fonte de sustento, alimentação e lazer; como meio de acesso, permite não só o afluxo de bens, pessoas e informações, como também o acesso à saúde.

Figura 10 – Construção de embarcação pelos moradores da comunidade



Fonte: O Autor, 2016.

Há uma preocupação ambiental por parte dos moradores da comunidade, principalmente no que se refere a gestão dos recursos naturais e atitudes os indivíduos que ali habitam junto a esses recursos, pois sua fonte de alimento advém das terras e das águas. Alguns informantes acreditam que é preciso viver com cuidado, responsabilidade e consciência afim de que não venham a sofrer consequências maléficas num futuro próximo.

CAPÍTULO 5 – ANÁLISE DOS RESULTADOS: O perfil das Organizações Associativas Vigentes

O objetivo deste capítulo é apresentar o perfil e as características das organizações associativas relacionadas à atividade pesqueira que incidem nas ilhas e suas comunidades em estudo. Este resultado foi possível através de entrevistas, relatos orais e diálogos formais e informais realizados com moradores, associados, presidentes das associações, pescadores, produtores rurais e técnicos de órgãos públicos.

5.1 Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais da Ilha de Igarapé Grande – AMPPRIG

O ser da Amazônia é resultante da mistura de sujeitos sociais diversos, como; negros, índios e europeus e retratam formas singulares de organização social nos trópicos amazônicos. Marcada por matrizes geracionais híbridas, as comunidades amazônicas são singulares e abordá-las pressupões (re) conhecer e (re) valorizar a diversidade social e ambiental da região (FRAXE, WITKOSKI E MIGUEZ, 2009).

Esta associação foi criada em 30 de setembro de 1990 por Raimundo Nonato Ferreira Pantoja, e surgiu assim como as outras existentes na região insular de Ananindeua, com intuito de buscar melhorias através de projetos para a comunidade. Hoje ela possui sede própria, localizada em Igarapé Grande, no sítio paraíso. Possui o registro de 149 sócios; esses desenvolvem atividade profissional com a pesca e com o extrativismo simultaneamente. Ressalta-se que a mesma teve seu surgimento antes da Colônia de Pescadores do município.

Conforme informações obtidas junto à tesouraria da mesma, através da AMPPRIG possibilitou-se a conquista de algumas benfeitorias para Igarapé Grande, como por exemplo: curso de biojóias, incentivo ao cultivo de plantas medicinais, orientações para o manejo do açaí, orientações para atividade pesqueira sustentável, estímulo à criação de animais para os moradores da região, realização de cursos de reaproveitamento dos recursos naturais existentes, como fibra vegetal, sementes e madeira, realização de festivais para geração de renda e promoção da economia local, tais como: o festival do açaí e o festival do produtor rural

O festival do açaí tradicional na região das ilhas de Ananindeua teve início, primeiramente, em Igarapé Grande em outubro de 1995, e aconteceu através das ações da AMPPRIG juntamente com o apoio dos moradores e de algumas instituições públicas, como a Prefeitura Municipal e em decorrência do êxito desse evento, conseqüentemente as outras comunidades passaram a desenvolver seus festivais para promover o desenvolvimento local e a geração de renda.

Com a instituição do Projeto de Assentamento Extrativista, via INCRA, a entidade buscou organização para que a as casas oriundas com advento desse projeto atendesse a comunidade, uma vez que a associação já existia antes dessa ação do Governo Federal. Com relação à criação do PAE, os associados compreendem que foi muito positivo para a melhoria das condições de vida no local, pois a partir da implantação deste projeto, as habitações foram aprimoradas e a energia elétrica atingiu as residências. E nesse período, cada associação existente nas ilhas ficou responsável pela legalização das terras junto ao Instituto de Terras do Pará (ITERPA).

A sede da AMPPRIG é na própria comunidade e os beneficiados através das ações da associação também são da própria comunidade. Foi relatado ainda que para o planejamento e elaboração de determinado projeto para a comunidade, os associados se reúnem juntamente com a presidência e debatem quanto as propostas e organização.

Nesta perspectiva, foi relatado que o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do município de Ananindeua, do período de 2013 foi elaborado com a participação dos membros das associações existentes na região insular do município e tinha como objetivo viabilizar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural e ser um instrumento de gestão ambiental local, na promoção do desenvolvimento da Agricultura Familiar local.

Quanto aos problemas em relação à organização associativa, foram enfatizados os seguintes: - a escassa contribuição financeira para as mensalidades por parte dos sócios; - o índice de inadimplência é extenso; - o desconhecimento por parte de alguns moradores da importância do papel de uma associação; - a falta de participação nas reuniões é extensa e muitos moradores ainda não aderiram a representatividade; - a incredibilidade na instituição enquanto organização social; - a falta de parceria com outras instituições;- é realizada apenas uma reunião por ano,

um número pouco expressivo no que tange a organização e os anseios da comunidade e estas reuniões acontecem na própria sede da associação.

Com relação aos assuntos mais discutidos pelos associados estão: a busca de alternativas para geração de emprego e renda através de práticas de aprimoramento para agricultura, por meio do plantio do açaí, pupunha, banana, mandioca e coco, incentivo a apicultura, realização de cursos para os moradores locais afim de capacitá-los profissionalmente, cultivo de árvores frutíferas, intensificação da atividade pesqueira e captura de camarões através do fomento a essas atividades, necessidade de incentivos a crédito, urgência de organização coletiva para reivindicar a implantação de políticas públicas efetivas na área, como saúde, educação, segurança, transporte público, pois conforme relatos dos associados, as autoridades só visitam e procuram fazer um levantamento dos problemas sociais existentes durante o período eleitoral, passada esta época a comunidade volta para o abandono e esquecimento.

Ficou evidenciado por meio da entrevista realizada com o presidente da mesma que esta associação desenvolve um trabalho conjunto com a Colônia de Pescadores de Ananindeua, a Z- 93, já que a AMPPRIG é formada por trabalhadores que desenvolvem a pluriatividade, atuam com a agricultura e com a pesca simultaneamente, além disso, foi ressaltado que na Colônia Z-93 há participação de um indivíduo de cada associação existente nas ilhas, como forma de intensificar as parcerias, entretanto quanto as ações apresentadas por essas parcerias, não foram citada especificamente execução de nenhuma. Também não há menções claras sobre o fomento e a organização da atividade pesqueira na região.

No que tange a gestão dos recursos naturais e a preocupação ambiental, os informantes relataram que a associação promove mutirões para a limpeza dos rios e da comunidade. Essa iniciativa acontece uma vez por semestre e só possível de se concretizar por meio do auxílio dos próprios moradores que se preocupam com o meio ambiente.

5.2–Associação de Pescadores Artesanais, Aquicultores, Marisqueiros e Produtores Rurais das Ilhas de Ananindeua - APAAPRIAN

Esta associação está localizada na Ilha Santa Rosa e foi fundada em 06 de março de 2004. A relevância da mesma está no fato de ser a associação que representa todos os trabalhadores da pesca, aquicultores, marisqueiros e produtores rurais das 9 ilhas povoadas de Ananindeua. A criação da APAAPRIAN se deu devido a busca por melhorias na qualidade de vida, através de projetos que dinamizassem a região, conforme informações do presidente da associação:

A associação foi criada devido o descaso do poder público com a ilha Santa Rosa. Toda comunidade que tem uma entidade é respeitada, por isso a importância de se criar uma, também foi criada para buscar projetos para a comunidade por meio da Prefeitura [...] (informação verbal)¹¹.

Desde a sua existência, a associação realiza suas assembleias em uma sede provisória, mais precisamente em uma residência cedida na comunidade do Cajueiro, na própria ilha. Atualmente, a APAAPRIAN é composta por um número de 32 famílias de associados, sendo que desses, 60% correspondem a pescadores.

Esses dados refletem a realidade da atividade produtiva e dos meios de subsistência dos moradores dessa área, pois, em consonância com a fala do presidente da mesma que informou o seguinte: “A nossa principal fonte de renda é a pesca de peixes e do camarão e a venda do açai”.

De acordo com informações obtidas junto ao presidente da APAAPRIAN, por meio desta já foram proporcionados alguns benefícios para os moradores da comunidade, tais como: a existência de um projeto de criação de frango em parceria com a Empresa e Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER) que fez a doação de cerca 200 filhotes de galinha para as famílias executarem o projeto, também em parceria com a EMATER foram doadas mudas de cupuaçu, banana, bacuri para incentivo à prática da agricultura, houve também ações de incentivo ao cultivo de plantas medicinais e orientações para o manejo do açai.

¹¹Raimundo Vieira (nome fictício). Entrevista concedida à Janise Viana. Belém, fev. de 2017.

As pessoas que formam a APAAPRIAN são da própria ilha, e os beneficiados com as conquistas advindas das ações da mesma também são os moradores de lá. Os associados se reúnem a cada dois meses ou quando há necessidade (reuniões extraordinárias) para debaterem, realizarem propostas de alternativas e projetos para a comunidade. A interação social é entendida como muito importante para seus membros.

Os principais pontos discutidos pelos seus integrantes são: - a busca de alternativas para gestão dos recursos naturais sem agredir o meio ambiente intensamente; fomento a geração de renda através da prática de agricultura, apicultura e extrativismo, expansão da atividade pesqueira e captura de camarões; - acesso a políticas públicas efetivas na área, como saúde, educação, transporte público e segurança e a necessidade de firmar parcerias com outras instituições para alcançar melhorias para os moradores.

Ao tratar da importância de se estabelecer parcerias, foi informado pelo presidente da APAAPRIAN que em determinado período, esta associação, juntamente com a AMPPRIG e a AMPPRJP, desenvolveram um trabalho conjunto, denominado de “cinturão de trabalho”, que colaborou para conquistas importantes no que tange o desenvolvimento rural e qualidade de vida das comunidades ribeirinhas, situação retratada na seguinte fala:

“Nós criamos esse cinturão de trabalho que foi justamente para unir forças, só que ao longo do tempo, as presidências vão perdendo seu mandato, e os outros que vão substituindo já não tem mais aquele mesmo jeito, aquela preocupação para juntar. Nós tivemos de 2004 a 2008 um grande volume de trabalho, por que nós “se” juntamos, criamos esse meio de trabalho, através do fortalecimento, o que um falava, o outro falava também, e nós se juntava e impressava, tanto prova que foi o tempo que mais acontecia as coisas nas ilhas, foi nesse período [...] (informação verbal)¹²

Os feitos adquiridos no período de 2004 a 2008 descritos fazem referência principalmente a criação de um conselho formado por membros da APAAPRIAN, AMPPRIG e AMPPRJP o qual objetivava gerenciar o trabalho rural, adquirir conhecimentos e fiscalizar o repasse de verbas públicas destinadas a Prefeitura Municipal de Ananindeua para a área rural.

¹²Raimundo Vieira (nome fictício). Entrevista concedida à Janise Viana. Belém, fev. de 2017.

É importante frisar que este conselho não se solidificou porque para que o mesmo fosse estruturado deveria ter como condição que um membro principal fosse um representante da gestão municipal, o que não foi aceito pelos demais componentes. Foi desenvolvido nesta época um trabalho de regularização das associações juntos aos órgãos responsáveis e também, neste momento, as comunidades foram inseridas no PAE.

A APAAPRIAN mesmo sendo uma instituição que representa entre outras classes de trabalhadores rurais, a dos pescadores artesanais das ilhas do município, não existe nenhum trabalho conjunto com a Colônia de Pescadores de Ananindeua, a Z- 93, no momento e não há registro de implantação de projetos ou ações específicas para o desenvolvimento da atividade pesqueira e organização da classe dos pescadores na região.

As principais dificuldades da associação apresentadas são: a desassociação de muitos moradores devido ao desinteresse, desconhecimento ou por não obterem benefícios particulares; a inadimplência é outro obstáculo retratado, pois hoje, todos os associados encontram-se descumprindo as suas obrigações financeiras com a instituição.; a necessidade de fortalecer o relacionamento comunitários com as outras associações existentes na região e parcerias com outras instituições é um ponto a ser superado.

Quanto a gestão dos recursos naturais existentes na comunidade, alguns informantes demonstraram em suas falas, certa preocupação com a conservação desses recursos, principalmente com a fauna e flora existente. Essa situação ficou explícita na fala de um associado que fez a seguinte afirmação:

“Graças a Deus, conseguimos frear um crime ambiental que existia que era cortar o açazeiro todinho para vender o palmito, hoje, acabou isso, temos bastante açazeiros, temos uma plantação muito boa de açai porque freou a questão da extração do palmito [...] (informação verbal).¹³

Alguns membros da APAAPRIAN relataram a preocupação em conservar sua biodiversidade para isso realizam ações de limpeza nos Rio Maguari e na comunidade do Cajueiro.

¹³Marcos Silva (nome fictício). Entrevista concedida à Janise Viana. Belém, mar. de 2017.

Ressalta-se que devido à violência predominante na região ribeirinha da Ananindeua, o registro fotográfico mais detalhado da comunidade, bem como da associação existente na mesma ficou impossibilitado de ser concretizado.

5.3 Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais de João Pilatos - AMPPRJP

A AMPPRJP foi a pioneira entre as associações existentes na região insular de Ananindeua. Criada em 1978, por uma moradora do distrito de Icoaraci denominada Cecília Marques de Lima, a qual mantinha fortes relações com a comunidade. Foi concebida com o intuito de alcançar benfeitorias para os moradores de João Pilatos. A Figura 11 retrata a sede da referida Associação.

Figura 11 – Sede da AMPPRJP



Fonte: O Autor, 2017.

Sua sede localiza-se na comunidade de João Pilatos e atualmente, possui 92 sócios participantes, que apesar de aderirem a esta associação de produtores rurais, muitos também desenvolvem atividades relacionadas à pesca como meio de sobrevivência, assim como os demais das outras comunidades, acabam

desenvolvendo mais de uma atividade profissional, dada as circunstâncias sazonais amazônicas.

Em entrevista com o presidente da mesma, obteve-se o conhecimento de que a associação já proporcionou importantes benfeitorias para os habitantes locais, como: 1 - a construção de um anexo de uma escola estadual que atende os alunos da região no acesso aos estudos do 1º ao 5º ano; 2 - o próprio prédio da associação é visto como uma conquista importante por ser lócus de reuniões, assembleias e eventos dos moradores; 3 - outro ponto de destaque é que a AMPPRJP foi a instituição responsável pela parceria com INCRA para implantação dos Projetos de Assentamento na região insular; possibilitando a regularização das outras associações existentes; 4 – através da entidade promove-se cursos, capacitações voltadas para área rural e que tem como público alvo os moradores locais, essas formações são desenvolvidas em parceria com a EMATER; 5 – geração de renda, advindas do estímulo a agricultura familiar e das capacitações promovidas pela instituição; 7 – Incentivo ao manejo do camarão; 8 – fomento à produção e comércio do artesanato local, confeccionado principalmente com os recursos naturais existentes na comunidade, como folhas do açazeiro, miriti, os caroços da palmeira, e aproveitamento de resíduos gerados, como papeis e descartáveis; 8 – realização de curso de biojóias. Na Figura 12, observa-se uma Feira de Artesanato local produzida e organizada através da parceria Associação e moradores da comunidade.

Figura 12 – Feira de artesanato local organizada pela AMPPRJ



Fonte: O Autor, 2017.

É importante frisar que quanto à atividade pesqueira, nada foi declarado por parte do representante da associação enquanto melhoria para a execução da mesma.

A AMPPRJ é composta por moradores da comunidade de João Pilatos, no entanto existe um fato que requer atenção, foi constatado através de entrevistas que alguns moradores no período de segunda a sexta habitam a zona urbana de Ananindeua, como o bairro do Curuçambá, por exemplo, devido a necessidade de geração de renda e nos finais de semana se deslocam para a ilha.

Quanto a sua organização, a associação procura estabelecer um calendário de reuniões que acontecem a cada dois meses e quando há necessidade. Nestas, são levantadas questões locais e proposições acerca de ações e projetos para a comunidade. A Figura 13 demonstra uma das reuniões ocorridas da sede da associação.

Figura 13 – Reunião da AMPPRJP

Fonte: O Autor, 2017.

Com relação à atividade pesqueira, foi enfatizado pelo presidente da AMPPRJP que existe uma relação, um trabalho colaborativo entre esta associação e a Colônia de pescadores do município, contudo, as ações oriundas deste trabalho conjunto não foram descritas. Para alguns informantes, a Colônia é percebida como uma instituição recente e que pouco tem sido realizado por seus representantes para que a mesma desenvolva seu trabalho eficientemente, inclusive, as parcerias.

Entre as dificuldades citadas acerca da gestão de uma associação ribeirinha enumera-se: - a falta de contribuição financeira dos sócios. As contribuições só acontecem se os participantes adquirirem determinados benefícios, conforme relatos de um informante:

Quando o camarada diz assim: tal mês vai chegar um benefício, todo mundo contribui, mas quando não tem nada, ninguém contribui. A associação, ela tem que andar, não pode parar, não pode passar semanas paradas e se não tiver interagindo com os associados eles vão se desvanecendo, eles querem ver algo acontecer, querem sentir algo [...] (informação verbal).¹⁴

E esta ausência de recursos financeiros é um impedimento até mesmo para os presidentes das associações se deslocarem para fora das ilhas, das

¹⁴ José Martins (nome fictício). Entrevista concedida à Janise Viana. Belém, mar.de 2017.

comunidades afim de buscar apoio de outros órgãos, segundo o representante da AMPPRJP. Se houvesse mais contribuições, participações financeiras, outras melhorias poderiam ter sido atingidas. Para superar esse obstáculo, procura-se captar recursos através da realização de eventos, festivais, organização de chamados “domingos alegres” afim de angariar recursos para o desenvolvimento de algumas atividades da associação.

Outro ponto apresentado como dificuldade foi o desconhecimento por parte dos moradores da importância de uma associação. Muitos confundem associação até mesmo com comunidade e para sanar isto, o presidente da AMPPRJP fez uma reunião com os moradores associados e não associados e apresentou elementos que ressaltam a relevância da associação para uma comunidade. Com relação a esta questão, o mesmo fez a seguinte fala:

Hoje, a maioria das pessoas de dentro da ilha não tem noção do valor, do peso que tem uma associação. Para fazê-los compreender, precisei comparar a associação a um sindicato. Falei para eles o seguinte: você com sua família não tem esse peso para ir lá fora buscar um recurso para você, mas se você se associar aqui você tem essa força. Você sozinho não consegue, mas com esse órgão aqui todo legalizado, todo registrado, ele é uma espécie de sindicato para você, você vai ter essa força, vai ter esse peso lá fora [...] (informação verbal).¹⁵

Com esse ponto de vista relaciona-se o associativismo à busca pelo crescimento e desenvolvimento do associado ou do coletivo, de maneira mais rápida e efetiva, demonstrando que sozinho, atuando de forma isolada, os objetivos são difíceis de serem conquistados. No entanto, com a associação ocorre uma junção de forças tornando o interesse comum, algo alcançável (OLIVEIRA; MEZOMO, 2015).

Através dessa estratégia de esclarecimento para as pessoas, o presidente informou que dos 78 sócios que havia no início da sua gestão, com o trabalho de informação e orientação sobre o que vem a se constituir uma entidade associativa, esse número aumentou para atualmente, 92 sócios ativos.

A comunidade apesar de ser grande territorialmente e em número de habitantes, poucos fazem adesão a AMPPRJP, pois os moradores ainda encontram-se desacreditados com relação a atuação das entidades associativas. E por fim, foi citado que a falta de participação nas reuniões, é uma outra problemática que precisa ser superada. Apesar das dificuldades apresentadas, os membros da

¹⁵Pedro Silva (nome fictício). Entrevista concedida à Janise Viana. Belém, mar. de 2017.

AMPPRJP procuram desenvolver suas atividades visando aquisição de uma melhor qualidade de vida para os moradores.

A gestão dos recursos naturais também é debatida pela associação. Os membros têm clareza da riqueza natural, da complexa biodiversidade amazônica existente no seu território e anseiam conservá-la. Acreditam que tanto os recursos naturais existentes quando os resíduos gerados podem ser reaproveitados para geração de emprego e renda para os jovens da comunidade. Um exemplo é o artesanato já confeccionado com folhas da árvore açazeiro, a utilização do miriti, os caroços do açaí, entre outros. Também a AMPPRJP objetiva fazer um trabalho de educação ambiental com os moradores voltado para a questão da pesca, com intuito de criar territórios de pesca esportiva do tucunaré, uma espécie de “pescue e pague”, mas sem agredir o recurso e o meio, almejando principalmente a sustentabilidade local.

5.4 A Colônia de Pescadores Z-93

As organizações sociais foram criadas no intuito de garantir os direitos das minorias em subsistir em um ambiente cada vez mais depredado pelos grandes empreendimentos. Nesse cenário encontram-se as Colônias de Pescadores, cujo principal objetivo está em representar a categoria haliêutica (FURTADO, 1990; 2002), assim como os Sindicatos e as Cooperativas representam seus trabalhadores (MORAES, 2002; SILVA, 2006; 2012).

Enquanto representatividade, os movimentos sociais são fundamentais para o alcance da melhoria na qualidade de vida para os associados. Visam a satisfação de necessidades básicas: como habitação, saúde, vestuário, emprego, alimentação, ou seja, necessidades que compõem o que se conhece como direitos inerentes da cidadania, e no caso dos pescadores artesanais o movimento social que os define são as Colônias de Pescadores, que funcionam como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e apresentam o mesmo poder de representatividade que este último (SILVA, 2012).

A Colônia de Pescadores Z - 93 foi idealizada pelos senhores “Nazareno” e “Ari Modesto”, no ano de 2005. A ideia de criá-la surgiu da necessidade de organizar a atividade pesqueira no município, uma vez que o mesmo não obtinha um órgão específico voltado para a pesca. Conforme relatos de um dos seus precursores, no

princípio participaram desta criação entorno de 90 pescadores advindos da Comunidade Quilombola de Abacatal, do bairro do Aurá, Curuçambá e das ilhas do município, sua sede funcionava na Comunidade Nova Esperança, na Ilha João Pilatos. Atualmente, encontra-se na mesma ilha, porém na Comunidade de Igarapé Grande.

Em termos de planejamento, o primeiro nome da Colônia proposto foi “Colônia Marisqueira das Ilhas de Ananindeua” devido não só a existência de peixes na área, mais também de espécies como caramujo, turu, siri e camarão. Um fato relevante a ser exposto é que os criadores da Colônia a planejaram da seguinte forma: primeiramente seria criada a associação denominada APAAPRIAN para elaborar projetos para atividade pesqueira, a Colônia surgiria em seguida, para regularizar a atividade e garantir direitos e benefícios aos trabalhadores da pesca.

Posteriormente, com a Colônia estruturada seria criada a cooperativa de pescadores de Ananindeua que atuaria também nas comunidades incentivando a construção de tanques e berçários para criação das variadas espécies de peixe afim de fomentar a atividade e atender a subsistência dos moradores locais, haveria ainda a construção de um porto para auxiliar no embarque e desembarque dos pescados. Com a criação das cooperativas objetivava-se adquirir equipamentos, computadores para controle e registro das atividades, barcos de pesca, carros para comercialização do pescado, gerando conseqüentemente a organização da atividade e emprego e renda para as comunidades.

No entanto, a realidade é que nos dias de hoje este projeto ainda continua no plano das ideias e mesmo com a instituição da Colônia (criada oficialmente em 16 de agosto de 2009, conforme estatuto da mesma), os pescadores ainda não conseguiram se organizar profissionalmente e coletivamente. A atual presidência está a cargo de Francisco Elcio de Alencar, conhecido como “Ceará”. Mediante informações obtidas junto a EMATER, escritório do município de Ananindeua, a Colônia encontra-se regularizada, com CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica ativo e no ano de 2015, obtinha o número de 53 (cinquenta e três) associados (EMATER, 2016).

A instituição foi criada para representar os pescadores artesanais de Ananindeua junto aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais. Não obtém fins lucrativos e tem como compromisso requerer benfeitorias para o setor pesqueiro, principalmente no que se refere a previdência social, saúde, segurança,

incentivo a créditos objetivando a qualidade de vida dos membros participantes. O estatuto social é o documento que rege seus trabalhos e são realizadas ações a nível de federação e confederação.

É importante destacar que a letra “Z” atribuída a todas as Colônias de Pescadores do local em que se encontram estruturadas possuem a significação de “Zona de Jurisdição de Pesca”, a qual é acrescida de um número correspondente a ordem cronológica de fundação (MORAES, 2002; SILVA, 2012; FURTADO, 2014). No caso do município de Ananindeua existe apenas uma Colônia, é a Z-93 que credencia seus trabalhadores da pesca em termo de registro.

A atividade pesqueira na região insular de Ananindeua categoriza-se do tipo artesanal, voltada principalmente para subsistência, características marcantes dessa atividade na Amazônia. Conforme as informações obtidas mediante a Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura - SEMUPA, a exploração pesqueira é tradicional e em pequena escala, envolvendo homens e mulheres das comunidades.

As embarcações predominantes são: canoas, as rabetas e os barcos de pequeno porte, muitas vezes fabricados pelos próprios moradores da comunidade. Esse tipo de pesca (artesanal) é realizado pelo próprio pescador, ou seja, é uma atividade produtiva em que ele é o patrão, empregado e sócio e muitas vezes possui o auxílio da família.

Segundo Moraes (2007), as populações pesqueiras desenvolvem relações estreitas entre ser humano e natureza, permeadas por saberes não científicos relacionados as populações tradicionais interpostos por relações pontuais e míticas, isto é, são conhecimentos transpassados as gerações mais jovens pelos mais experientes, através, primordialmente da oralidade e também pelas práticas habituais. Assim como nas comunidades de João Pilatos, quanto na de Santa Rosa, foi observado que tanto na pesca como em outras atividades produtivas, a transmissão de saberes pelos seus moradores ao longo das gerações se dá principalmente através da oralidade.

Em se tratando mais precisamente da atividade pesqueira, os métodos e aparelhos utilizados são bastante diversificados e dependentes das condições locais e dos hábitos dos peixes. Esses aparelhos podem ser agrupados nas categorias de: anzol (espinhel, linha de mão), redes de arrasto (rede - malhadeira), puçá, matapí e tarrafa (SEMUPA, 2016). No conjunto, estes aparelhos são denominados de “utensílios” ou “arreios” de pesca (SANTOS; FERREIRA; VAL, 2010).

Grande parte das técnicas utilizadas na pesca do tipo artesanal são heranças principalmente dos povos indígenas e africanos escravizados. Das ferramentas utilizadas e produzidas pelos índios estão, por exemplo: as jangadas, as redes de fibras vegetais, essas últimas denominadas de puçás, flechas, anzol ligado a uma linha vegetal, anzóis produzidos com ossos de animais e arpões e quanto aos apetrechos de origem africana, estão: rede de fibra, jeruré e tarrafa (DIEGUES, 1983; 2004; FURTADO, 1981; MORAES, 2007).

Por ser uma atividade artesanal, a produção é difusa, isto é, sem quantificação e local específico para desembarque. As principais, espécies de pescado, embarcações e utensílios utilizados conforme a SEMUPA (2016) são:

Quadro – 4 Demonstrativos Colônia de Pescadores do Município de Ananindeua

Gênero		Modo de Pescar		Espécies de Pescado	Embarcação Utilizada	Embarcação Registrada
Homens	16	Anzol-Linha	Quant. 04	Filhote	Canoa	Nenhuma
Mulheres	10	Espinhel	02	Dourada	Rabeta	-
Total	26	Tarrafa	02	Pescada	Barcos de pequeno porte	-
		Rede Malhadeira	10	Arraia	-	
		Puçá	02	Tucunaré	-	-
		Matapí	02	Bagre	-	-
		Anzol Caniço	02	Tainha	-	-
		-	-	Jacundá	-	-
		-	-	Camarão	-	-
		-	-	Piaba	-	-
		-	-	Sarda	-	-
		-	-	Mandubé	-	-

Fonte: SEMUPA, 2016.

A Colônia envolve pescadores de dentro e fora da ilha, e quanto ao seu trabalho social, foram constatadas as seguintes ações desenvolvidas: apoio a pesca

esportiva do tucunaré na região das ilhas e a criação da Festividade de São Pedro em Igarapé Grande para auxiliar na captação de recursos financeiros para despesas da Colônia. Quanto aos serviços de orientações profissionais aos pescadores, emissão de carteiras, encaminhamentos de aposentadorias e orientações jurídicas, nada foi constatado.

Com relação ao controle da produção do pescado e dos seus destinos, não há na Colônia Z-93 registro desses dados estatísticos no que tange a pesca no município. Esta situação de escassez de dados não faz parte somente do cotidiano da Colônia, mas na própria Secretária de Pesca do município predomina a ausência de dados estatísticos. Tal fato, também se deve em decorrência de que os pescadores artesanais desenvolvem um trabalho autônomo, que não está embasado no registro ou prestação de contas a nenhuma instituição, no que tange a sua produção.

Como principais dificuldades existentes atualmente na Colônia, foram apresentadas as seguintes: - a falta de interesse em fomentar as atividades da Colônia por parte de sua presidência, o mesmo encontra-se, conforme relatos de alguns associados, muito ausente e com poucas ações efetivas na instituição; - não há organização da produção pesqueira e nem dos trabalhadores da pesca no município; - a falta de incentivo a feiras de pescado e apoio a atividade; - a inadimplência das cotas mensais por parte dos associados; - a ausência de parcerias para auxiliar no fomento a atividade pesqueira; - ausência de capacitações aos pescadores de Ananindeua; - ausência de projetos voltados para a pesca que contribuam para o desenvolvimento local; - a falta de articulação entre a Secretaria Municipal de Pesca e os pescadores artesanais;- - há incredulidade na importância da Colônia enquanto órgão representativo da categoria; - ausência de trabalho coletivo com as associações existentes nas ilhas do município; - a Colônia foi criada para dinamizar a pesca na região insular de Ananindeua, no entanto, hoje, o trabalho está limitado apenas as ilhas e João Pilatos, Sororoca, Sassunema e Igarapé Grande.

A área da Colônia existe, mas encontra-se em processo de obras, necessitando da participação ativa de seus associados nessa construção. Uma alternativa proposta, inclusive por alguns pescadores para estimular essa atuação e diminuir o índice de inadimplência seria, a colaboração dos membros na construção da sede da Colônia, no qual cada associado que contribuísse nessa obra, teria sua

dívida abatida. Através da Figura 14, nota-se a construção da futura sede que abrigará a Colônia Z-93.

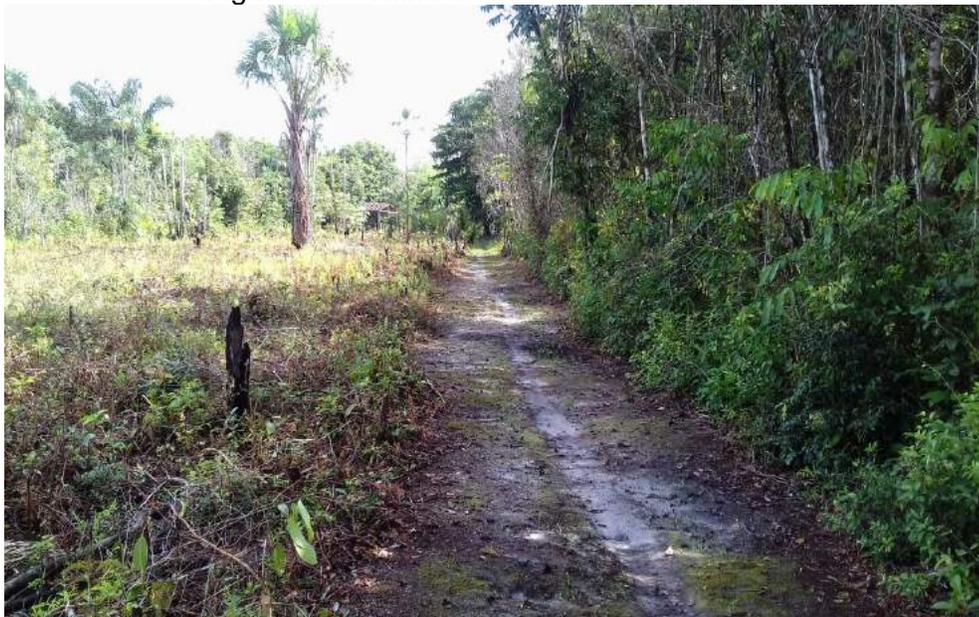
Figura 14 – Instalações da futura sede da Colônia Z-93



Fonte: O Autor, 2017.

Dessa forma, nota-se que os membros da Colônia sentem necessidade de interagir, não somente contribuindo onerosamente, mas também em nível de gestão, auxiliando e participando nas tomadas de decisões e superação de dificuldades. Trabalhar em conjunto em prol da Colônia, é imprescindível para os associados, uma vez que visam objetivos comuns e os resultados tendem a beneficiar a todos que participam. Na Figura 15 abaixo se observa a trilha que permite o acesso à futura sede da Colônia Z- 93.

Figura 15 – Trilha de acesso a Colônia Z-93



Fonte: O Autor, 2017.

Um fato que chama atenção na fala de alguns informantes, é que grande parte dos indivíduos se inscreveram na Colônia Z-93 apenas para adquirir o seguro-defeso, benefício que ampara os pescadores artesanais durante o período de defeso da atividade pesqueira para a preservação da espécie, assim disposto na Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003. Contudo, os pescadores participantes desta Colônia não recebem este benefício em virtude do não cadastramento no extinto Ministério da Pesca e Aquicultura, hoje, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o que de certa forma, contribui para a não adesão a mesma e o seu enfraquecimento.

No que diz respeito à gestão dos recursos naturais, alguns pescadores demonstraram preocupação com a preservação do recurso pesqueiro. Na necessidade de se promover ações que intensifiquem a multiplicação das espécies para que não venham a faltar no futuro, conforme a fala do seguinte pescador que não quis identificar-se: “Nós temos que ter a visão não de hoje, mas de amanhã, para nossos bisnetos, os peixes precisam continuar existindo”. Também foi dito que: “A atividade que mais temos como meio de sustentabilidade das comunidades é a pesca, porque nós temos as áreas e o peixe com 6 meses você já pode comercializá-lo, então é nossa fonte de sobrevivência e renda.

CAPÍTULO 6 – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Em face da pesquisa realizada e tendo em vista o objetivo de compreender como as organizações sociais relacionadas com a atividade pesqueira estão desenvolvendo seu papel social, político e econômico nas comunidades pertencentes a Ilha João Pilatos e na Ilha Santa Rosa, cumpre reforçar algumas constatações já apresentadas no corpo deste estudo.

Os resultados apresentados originam-se da dinâmica da organização coletiva dos trabalhadores da pesca do município de Ananindeua e foram construídos embasados em análise de documentos, levantamento de dados estáticos, entrevistas, conversas formais com os informantes como: pescadores, produtores rurais, presidentes de associações, associados, moradores das comunidades, técnicos de instituições públicas como EMATER, SEMUPA, SEDES e INCRA.

Todas as etapas deste estudo tiveram como denominador comum o fato de que as organizações sociais se constituem em força estratégica capaz de proporcionar melhores condições locais de vida das pessoas seja na zona rural ou nos centros urbanos, possibilitando uma maior participação social e estreitamento dos laços entre a sociedade e o poder público, sob todas as suas dimensões, podendo estes tipos de organizações serem inseridas como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social.

As articulações entre o arcabouço teórico e a realidade cotidiana demonstraram que as diferentes organizações foram pensadas como espaços institucionais de interação social para atuarem e colaborarem na construção de estratégias e planos para o desenvolvimento rural e exercício da participação social, pois ao atuarem nos processos e contribuírem para tomada de decisões é proporcionado aos indivíduos o acesso a informação e o poder de decisão quanto as necessidades das comunidades.

Este estudo também sinalizou para o fato de que uma associação quando tem por base metas e objetivos comuns, tem a possibilidade de colher resultados positivos, pois por meio de ações coletivas é permitido a comunidade sair do anonimato e obter expressão social, política e econômica. Também, ressalta a importância de se analisar o contexto social ou as condições concretas em que as associações são criadas e como elas podem produzir os efeitos esperados, principalmente no que tange o acesso aos recursos e a participação política.

Com este estudo percebe-se uma multiplicidade de organizações que procuram atuar com a atividade pesqueira na região das ilhas em Ananindeua, nas quais verificou-se que muito dos participantes são os mesmos. A maioria dos membros das associações citadas nesta pesquisa fazem parte da Colônia de pescadores Z-93, isso se deve a 3 fatores principais: a necessidade pela busca de melhorias, a legitimidade de direitos e a influência das políticas governamentais. O trecho a seguir de um informante pescador é claro nesse sentido:

A gente participa de mais de uma associação porque a gente realiza mais de uma atividade produtiva e a gente “objetivamos” o direito a aposentadoria e os benefícios do governo. A participação na associação é porque garante que o pescador desenvolva também a produção rural e na Colônia garante a pesca não só nos rios daqui, mais nos rios nacional, a abrangência da colônia é maior.

Quanto a esta questão, é importante compreender que os indivíduos são levados a múltiplas inserções em processos organizacionais distintos que acabam acarretando conflitos negativos, notabilizando-se então a tendência a se discutir os objetivos para o asseguramento de políticas públicas que levem em conta as múltiplas redes de relações advindas de pressões e negociações com vistas ao associativismo e mecanismos de combinações entre atores externos e internos as organizações (BURITY, 2001). Atenta-se ainda com este fato, como é árdua a manutenção dessas organizações, não apenas em termos de recursos financeiros, mais também em participação social, no que se refere ao tempo e empenho dos participantes.

A fragilidade das organizações fica evidenciada no percurso deste estudo, principalmente da Colônia, esta encontra-se em dormência, devido principalmente aos desestímulos e ausência de mecanismos de apoio. As associações e a Colônia de Pescadores são regularizadas e consolidadas, no entanto, há pouca efetividade no que tange a conquista de benfeitorias para os associados. Para alguns, o número de organizações acaba por prejudicar o trabalho conjunto entre as mesmas, enfraquecendo as possíveis reivindicações sociais, uma vez que cada uma procurar atuar isoladamente.

Como forma de superar este isolamento, se faz necessário a construção e manutenção de uma parceria, já que a ausência desta foi uma das dificuldades apresentadas por todas as instituições. A parceria precisa ser encorajada como mecanismo de participação coletiva, de atuação social no que se refere ao

planejamento rural e de junção entre agentes do Estado e organizações sociais para o desenvolvimento local. A parceria representa um dos pilares essenciais para efetividade de políticas públicas e de modelos de desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008).

Fica evidente ainda que as relações intra-associações precisam ser fortalecidas. Se em ilhas como João Pilatos e Santa Rosa a base da atividade produtiva está na pesca, e os moradores a desenvolvem com constância, a necessidade troca de informações entre as instituições representativas é essencial. As lacunas de comunicação precisam ser superadas, para que a organização coletiva aconteça e o individualismo enfraqueça, e nesse processo, as articulações são primordiais, assim como as trocas de experiências locais, projetos e preocupações dos grupos precisam ser socializados. No associativismo a autogestão é caracterizada pela gestão compartilhada de todos os membros e representa um fator fundamental para que os objetivos sejam alcançados e a parceria seja contínua (OLIVEIRA; MEZOMO, 2015).

Outro ponto a ser destacado é que os sujeitos das comunidades estudadas desconhecem a importância das entidades associativas enquanto instrumentos de poder, poder no sentido da capacidade dos indivíduos em fazer escolhas, no sentido de terem acesso e acompanhamento do processo pelo qual as decisões são realizadas, decisões essas que afetam suas próprias vidas. Necessitam compreender que é possível por meio dessas instituições contribuir com seus conhecimentos, informações e habilidades para elaboração de projetos e ações que os afetam.

Verificou-se também que a falta de clareza acerca do papel das associações locais deu margem para desconfianças e descréditos em relação às mesmas. Os informantes assinalaram problemas de desconfiança interna entre os sócios, destes em relação a atuação dos presidentes e também quanto a função das instituições no processo. Assim, entende-se que para construção de um ambiente de democracia participativa no associativismo, o conflito é salutar desde que exista respeito entre as partes envolvidas. Reconhecer as divergências é uma maneira virtuosa de perceber as diferenças que se apresentam nesse processo. Uma associação precisa ser compreendida como uma instituição representativa que prioriza pela valorização e

concepção dos sujeitos nele envolvidos, com suas subjetividades e modos de vida (PUTNAM, 2000).

É importante frisar também que grande parte dos informantes das instituições pesquisadas citaram a urgência de promoção de políticas públicas para as comunidades ribeirinhas de Ananindeua. As associações têm como princípio básico autonomia, através desta é possível que as comunidades desempenhem o papel de fiscalizar e reivindicar perante as instâncias governamentais. Essas instituições se configuram num tipo ideal de organização para reivindicar políticas públicas concretas, pois combinam participação democrática, coletividade organizada e uma maior capacidade de pressão por benefícios para o grupo (PINHEIRO, 2001).

Deve ser registrado também dificuldades específicas para que o trabalho da associação aconteça, como a de um presidente de uma determinada organização que se encontrava no momento da pesquisa exercendo o papel de presidente da mesma, agente administrativo de uma unidade de saúde municipal, pastor da comunidade, pescador e produtor rural, ou seja, desenvolvendo múltiplos papéis que, não só ele, mas alguns dos dirigentes também vivem tal realidade, e para os mesmos, estar à frente de uma organização social representa um desafio para concretização de seus trabalhos. Atuar na associação requer, muitas vezes, força de vontade e persistência de seus representantes e membros afim de haver colaboração, participação e resultados.

Como observado no decorrer da pesquisa, no caso da Colônia de pescadores Z-93, a mesma foi criada com intuito de aproveitar o potencial pesqueiro e dinamizar a atividade produtiva, entretanto, muitos dos seus associados não compreenderam sua função, não a veem como um instrumento de ação coletiva eficaz. É fato que muitos associados aderiram a Colônia na expectativa de obtenção de adquirir o seguro-defeso, e esse processo levou pessoas sem laços significativos com a atividade e entre si a se associarem, deixando de se assegurar a confiança mútua que está presente na base do associativismo.

A o longo deste estudo notou-se que estar associado significa para alguns trabalhadores da pesca apenas meio de garantir benefícios particulares, como aposentadoria e participação em projetos governamentais e o associativismo, na essência, na forma conceitual e do modo como vem aqui sendo compreendido, fica em segundo plano. Os pescadores não recebem ou pouco recebem orientações sobre seus direitos e deveres e isso favorece a um imediatismo existente entre os

mesmos quando se trata de organização associativa. Muitos dos que participam desse tipo de organização, pouca clareza tem do que sejam as associações e colônia e a função, objetivos de cada entidade.

Dificuldades de estrutura política, econômica e social interna nessas organizações persistem, no entanto, vários estudos (MANESCHY; MAIA; CONCEIÇÃO, 2008, MANESCHY; KLOVDAHL, 2007; SOUSA; MANESCHY, 2010) vem demonstrando que o sujeito mais interessado no sucesso de processo de concretização de políticas públicas são os pescadores, e estes não tem dado a devida importância e atenção a seus movimentos sociais e associações em suas localidades.

Então, este estudo tem como base servir de reflexão e posicionamento por parte das comunidades, principalmente das pesqueiras, para que se conscientizem da sua realidade afim de promover a mudança almejada. Desse modo, a atuação das associações e da Colônia Z-93 necessita passar por uma autocrítica tanto por parte de seus filiados como de seus dirigentes e nesse processo, o Estado também deve se fazer presente nas comunidades, através de concretizações de políticas e ações pertinentes, uma vez que a atividade pesqueira é questão central no que se refere o abastecimento alimentar, geração de renda e práticas de preservação dos recursos na região insular de Ananindeua.

CAPÍTULO 7 – ALGUMAS RECOMENDAÇÕES, LIMITAÇÕES E PROPOSTAS DE PESQUISAS FUTURAS

7.1 - Algumas Recomendações

✓ Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais da Ilha de Igarapé Grande – AMPPRIG

- Que incentivem a comunidade a aderirem a associação e realizem eventos, palestras ou até mesmo rodas de conversa que possam ser ressaltadas a importância das entidade associativas para os moradores.

- É importante a construção de projetos voltados para o fomento e organização da pesca na comunidade, uma vez que a mesma é uma das atividades produtivas importantes para a região.

- Que a parceria se consolide tanto com o governo local quanto com as outras associações afim de que os objetivos sejam alcançados.

- Que haja incentivos aos associados nas contribuições financeiras com as cotas da associação, exemplificando a importância dessa contribuição e simultaneamente, prestando contas com os associados.

✓ Associação de Pescadores Artesanais, Aquicultores, Marisqueiros e Produtores Rurais das Ilhas de Ananindeua – APAAPRIAN

- Promover a organização da atividade pesqueira na comunidade, bem como dos trabalhadores da pesca.

- Intensificar os trabalhos conjuntos com órgãos públicos e associações do município.

- Elaborar projetos que contribuam na formação do trabalhador da pesca

- Incentivar os indivíduos a trabalhar na produção e comercialização do pescado afim de garantir a segurança alimentar da comunidade local e por conseguinte, contribuindo para o desenvolvimento local.

✓ **Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais de João Pilatos – AMPPRJP**

- Que haja uma organização e estruturação dos pescadores que compõe a associação, a fim de contribuir com a viabilização da atividade na região.

- Elaboração de projetos e programas que dinamizem as atividades produtivas na comunidade.

- Ações de orientação acerca do papel de uma associação, destacando a importância da mesma.

- Promoção de práticas de educação ambiental por meio de incentivo ao reaproveitamento dos recursos naturais e não naturais existentes na comunidade.

✓ **A Colônia de Pescadores Z-93**

- Necessita estruturar e fomentar a atividade pesqueira na região, principalmente através da implementação de projetos e ações que dinamizem a atividade produtiva.

- Promover a organização da produção do pescado, por meio do registro e controle da atividade pesqueira.

- Incentivo a práticas de feiras do pescado no município.

- Implementação de parcerias com órgãos municipais como SEMUPA, SEDES, SEMA, EMATER, órgão estaduais, assim como com outras associações que possuem pescadores como membros participantes.

- Construção de planos e/ ou alternativas de apoio direcionados ao governo local para criação de infraestrutura de apoio aos pescadores.

- Expansão e divulgação do trabalho da Colônia para todas as ilhas habitadas no município.

✓ **Secretária de Pesca e Aquicultura do Município de Ananindeua**

- Promoção de planos, projetos e iniciativas que promovam a rentabilidade dos trabalhadores da pesca, valorizando, por conseguinte, a categoria.
- Incentivo ao apoio do setor privado para com a atividade pesqueira na região.
- Estabelecimento de estratégias que promovam o desenvolvimento local a partir da pesca.
- Criação de mecanismo e meios para acesso aos créditos.
- Realização de diagnósticos e estudos acerca da sustentabilidade da atividade pesqueira na região.
- Implementação de trabalho conjuntos com as associações existentes nas comunidades ribeirinhas do município.

7.2 – Limitações

No decorrer desta pesquisa foram constatadas algumas limitações de ordem técnica e de ordem institucional que dificultaram os estudos, tais como:

- A escassa referência bibliográfica sobre o município de Ananindeua.
- A escassez de dados e informações teóricas sobre a região insular do município.
- A inexistência de dados estatísticos relativos a pesca no município.
- A escassez de dados estatísticos sobre a Colônia e as associações.
- A ausência de informações sobre os dados econômicos.
- Alguns agentes públicos municipais assim como presidentes de associações se recusaram a colaborar com a pesquisa
- A dificuldade de visitação mais aprofundada a ilha Santa Rosa em virtude da violência.

7.3 - Propostas de Pesquisas Futuras

- Que se intensifiquem as pesquisas no que tange a pesca na região ribeirinha de Ananindeua.
- Promoção de estudos sobre a violência que atinge as comunidades ribeirinhas da Amazônia.
- Sugere-se que se faça mais pesquisas dessa natureza com um enfoque nas organizações sociais.
- Realização de pesquisas que façam abordagens sobre desenvolvimento sustentável na região.
- Estudos voltados para análise da água e saneamento básico dos moradores ribeirinhos.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. Problemas Geomorfológicos da Amazônia Brasileira. In: **Amazônia: do discurso à práxis**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- ALBUQUERQUE, L. M. B. de. **Comunidade e Sociedade**: conceito e utopia. **Revista Raízes**. Ano XVIII, nº 20, nov.1999, p. 50-53.
- ALENCAR, E. **Associativismo rural e participação**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1997.
- ALMEIDA, Alfredo W. B. (Org.). **Conhecimento Tradicional e Biodiversidade: Normas Vigentes e Propostas**. Manaus: Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Amazonas – UEA; Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia, Fundação Ford; Fundação Universidade do Amazonas, 2008. v. I. (Coleção Documentos de bolso, n. 4).
- ALVES, J. C. M. **A participação social a partir do Programa Federal Territórios da Cidadania: o caso do território do Cariri/CE**. 2013. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável. Juazeiro do Norte – CE, 2013.
- ALVES, V. O.; VIEIRA, N. D. S.; SILVA, T. C. D.; FERREIRA, P. R. O Associativismo na Agricultura Familiar dos Estados da Bahia e Minas Gerais: Potencialidades e Desafios Frente ao Programa de Aquisição de Alimentos (Paa). **APGS**, Viçosa, v.3, n.1, pp. 66-88, jan./mar. 2011.
- AMARAL, J. J.; BADOCHA, T. E. Os Recursos Pesqueiros da Amazônia. **Presença Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente**. Mai. n 29, Vol. VIII, 2004.
- ANANINDEUA, Pará. Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura. 2016.
- ANANINDEUA. Plano de desenvolvimento rural sustentável para o município de Ananindeua. **Diário Oficial do Município de Ananindeua**, 30 jan. 2013.
- ANDRADE, Anderson de. **A força do associativismo para um Brasil de resultados**, Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/a-forca-do-associativismo-para-um-brasil-de-resultados/293/>> Acesso em: 15 abr. de 2017.

ARAGÓN, L. E. **Amazônia conhecer para desenvolver e conservar: cinco temas para um debate**. São Paulo: HUCITEC, 2013.

ARAUJO, C. A. L. de; TOLENTINO, M. A.; THEOPHILO, C. R. **Realidade Organizacional das Associações Comunitárias Rurais da Região Sul de Montes Claros – MG. XXXIII – Encontro da ANPAD**. São Paulo: 2009.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/ananindeua_pa#caracterizacao Acesso em 04 de março de 2017.

BARTHEM, R. B. Desenvolvimento da Pesca Comercial na Bacia Amazônica e Consequências para os Estoques Pesqueiros e a Pesca de Subsistência. In: Aragon, L. E. (org). **Desenvolvimento Sustentável nos Trópicos Úmidos**. Belém UNAMAZ/UFGA. p 489– 522 (Série Cooperação Amazônica, Vol. 13), 1992.

BARTHEM, R. B.; GOULDING, M. Um ecossistema inesperado: a Amazônia revelada pela pesca. **Amazon Conservation Association (ACA)**, Sociedade Civil Mamirauá, Belém, 241 pp. 2007.

BATISTA, V. S. *et al.* Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: RUFFINO, M. L. (Coord.). **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus: IBAMA, 2004. p.63-151.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.

BECKER, Bertha. K. **Amazônia**. São Paulo: Ed. Ática, Princípios. 1990.

BECKER, Bertha. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BEZERRA, P. R. de S. **Os Pescadores e a Recente Normatização da pesca no Estado Do Pará: Elementos Para o Reconhecimento da Expressão Ambientalista num Movimento Social**. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. PAPERS do NAEA Nº 127. Belém: 2000. ISSN 15169111.

BLAU, P. M.; SCOTT, W. R. **Organizações Formais**. São Paulo, Editora Atlas S.A., 1970.

BOHM, D. **Diálogo**: comunicação e redes de convivência. São Paulo: Palas Athena, 2005. 178 p.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BRASIL. Decreto n. 6040, de 7 de fevereiro de 2007. Instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, 8 fev. 2007, Seção 1, p. 316.

BRASIL. **Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003**. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. 26 de nov. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007. Estabelece as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico. **Diário Oficial da União**, 11 de jan. 2007.

BUBER, Martin. **Sobre Comunidade**. Ed. Perspectiva: São Paulo. Ediciones Morata, 1987.

BURITY, Joanildo A. Identidade e múltiplos pertencimentos nas práticas associativas locais. In: **Cadernos de estudos sociais de Recife**. Recife v.17, n.2, p.189-228, jul/dez. 2001.

CAMPOS, A. J. **Movimentos Sociais de Pescadores Amazônicos**. Em L. G. In: FURTADO, W. LEITAO, & A. F. DE MELLO, Povos das "águas: realidades e perspectivas na Amazônia.(p. 231-240). Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi. 1993.

CAÑETE, T. M. R.; CAÑETE, V. R. **Populações Tradicionais Amazônicas: revisando conceitos**. In: V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2010, Florianópolis Anais, V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2010.

CARDOSO, E. S. **Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social**. São Paulo, 1v. (Tese - Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2001.

CARDOSO, E. S. **Pescadores: Geografia e Movimento Social**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, 2005.

CARDOSO, F. H.; IANNI, O. **Homem e Sociedade: leituras básicas de sociologia geral**. 2º ed. São Paulo. Editora Nacional. 1965.

CARDOSO, H. D. R. *et al.* O papel dos movimentos sociais na geopolítica contemporânea: uma análise das comunidades de pescadores do litoral cearense e suas interações com o Estado. **Revista Terra Plural**, Ponta Grossa, v.6, n.1, p. 25-41, jan./jun. 2012.

CASTELEIRO, J. (org) **Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea**. Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 530p.

CASTRO, E. **Mudanças no Estuário Amazônico pela Ação Antrópica e Gerenciamento Ambiental**. In: ARAGÓN, L. E. Conservação e Desenvolvimento no Estuário e Litoral Amazônicos. Belém: UFPA / NAEA, 2003.

CASTRO, Isabela A. d.; NAHUM, João S. Projetos de Desenvolvimento Rural no Município de Juriti (Pa): Estudo de Caso da Comunidade de São Pedro. **Revista GeoAmazônia** – ISSN: 2358-1778 (online) 1980-7759 (impresso), Belém, v. 02, n. 04, p. 173 - 189, jul./dez. 2014.

CHANIAL, Philippe; LAVILLE, Jean-Louis. Associativismo. In: Hespanha, Pedro et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Almedina Brasil, Ltda. 2009;

CHAVES, M. P. S. R. **Uma Experiência de Pesquisa-Ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do Assentamento de Reforma Agrária Iporá**. 2001. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica). Universidade Estadual de Campinas. Campinas. SP.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2014.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, 144 p.

Clavatta, M. Alves, N (orgs.). **A leitura de imagens na pesquisa social: História, comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2004.

Clandinin, D. J. Conelly, F. M. **Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa**. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

Conceição, M. F. C. Maneschky, M. C. Pescadores, Agricultores e Ribeirinhos na Amazônia Oriental: associativismo e sustentabilidade In: EsterCI, Neide; Lima, Deborah; Léna, Philippe (Eds). **Boletim Rede Amazônia. Dinâmicas de Ocupação e de Exploração – efeitos e respostas socioculturais**. Ano 2, N. 1, 2003, pp. 61-69.

Cunha, A. S.; Rocha, N. S. A. D.; Moraes, S. C. Organização Social no Campo: os pescadores artesanais da comunidade segredinho, Capanema-Pa. **IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**. Sergipe, 2013. ISSN 1982-3657.

Dewey, J. **La opinión pública y sus problemas**. Madrid, Ediciones Morata. 2004.

Di Pietro, Maria Sylvia Zanello. Direito Administrativo. 14. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

Dias, B. D. O Termo Comunidade visto sob três vertentes: a teórica, a da extensão da UCB e da Cooperativa reciclo. **Revista Diálogo: Contribuições da extensão para a consolidação dos direitos humanos**. Brasília. V 16, nº 2, dez. 2011.

Diegues, A. C. Arefácio. Em A. In: Brás, & F. Callo. **Movimentos Sociais na Pesca** (p. 2). Recife: FASA. 2014.

Diegues, A. C. Etnoconservação da natureza: Enfoques alternativos. In: Diegues, A.C. (org.). **Etnoconservação. Novos rumos para a conservação da natureza**. HUCITEC, NUPAUB-USP, São Paulo, Brasil, p.1-46, 2000.

Diegues, A. C. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo, Brasil: Ática. 1983. doi:338.3727.

Diniz, F. P. S. **Relações entre Práticas Educativas, Saber Ambiental- Territorial Ribeirinho e o Desenvolvimento Local**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Pará, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Belém, 2012.

DINIZ, F. P. S. **Território e Desenvolvimento Sustentável no assentamento agro-extrativista Nova Esperança - Ilha de João Pilatos, Ananindeua/PA.** In: III Jornada de Pós-Graduação da Fibra, Faculdade Integrada Brasil Amazônia, 2010. Anais da III Jornada de Pós-Graduação da FIBRA, Belém, 2010.

DINIZ, M. B. D.; DINIZ, M. J. T.; SANTOS, R. B.; CARVALHO, G. C. F. **Atividade Pesqueira na Amazônia: Limites e Possibilidades para o Desenvolvimento Local.** XLIV CONGRESSO DA SOBER - Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Fortaleza, 2006.

DINIZ, Ubiratan. **Os incentivos Fiscais da Ditadura e o Processo de Ocupação Urbana Acelerada no Município de Ananindeua.** Fase/Cepepo. 1990. Mimeo.

DORIA, C. R. D. C. *et al.* A pesca em comunidades ribeirinhas na região do médio rio Madeira, Rondônia. **Revista Novos Cadernos NAEA.** v. 19, n. 3, p. 163-188, set-dez 2016, ISSN 1516-6481 / 2179-7536.

DOWBOR, L. Educação e desenvolvimento local. **Revista de Administração Municipal.** Rio de Janeiro, v. 261, p. 15-32, 2007.

FERNANDES, E. O associativismo no tempo da globalização: voluntariado e cidadania democrática. **Revista Intervenção Social,** n 27, p. 159 - 190. 2003.

FERREIRA, P. Associações e Democracia – Faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses? **Sociologia, Problemas e Práticas**(57), 2008. P. 109-130.

FISCHER, C. F. A.; CHAGAS, A. I. de G. A.; DORNELLES, L. D. C. Pesca de águas interiores. IBAMA. **Coleção Meio Ambiente, Série Estudos Pesca,** v.2, p.1-32, 1992.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa.** 2ª.Ed. Trad. Sandra Regina Nertz. SP: Artmed, 2002.

FOX, V. D., CALLOU, A. B. **O Movimento Nacional dos Pescadores e suas Estratégias de Comunicação entre 1990 e 2009.** In: CALLOU, & A. F. (Org.), MOVIMENTOS SOCIAIS NE PESCA(pp. 115-152). Recife: FASA. 2014.

FRAXE, T. de J. P.; WITKOSKI, A. C.; MIGUEZ, S. F. O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. **Revista Ciência e Cultura.** v 61 nº 3. São Paulo. 2009.

FRAXE, Therezinha et al. Os povos amazônicos: identidades e práticas culturais. In: PEREIRA, Henrique dos Santos (Org.). **Pesquisa interdisciplinar em ciências do meio ambiente**. Manaus: EDUA, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, C.E.C.; RIVAS, A.A.F. A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia Ocidental. **Ciência e Cultura [online]**, v. 58, n. 3, p. 30-32. ISSN 0009-6725, 2006.

FREITAS, O. D. J. M.; ALMEIDA, A. A. D. S. PEREIRA, R. A. G. A Percepção Ambiental dos Moradores do Entorno do Rio Ariri, Ananindeua/Pa. **Revista Margens Interdisciplinar**. Universidade Federal do Pará - Campus Universitário de Abaetetuba - Editora Campus de Abaetetuba v. 8, n. 10. 2014. ISSN: 1982-5374.

FURTADO, L. G.; NASCIMENTO, I. H. Traços de uma Comunidade Pesqueira do Litoral Amazônico: relato sobre organização em comunidade haliêutica. In: **Gente e Ambiente no mundo da pesca artesanal**. Organizado por Lourdes Gonçalves Furtado & Helena Doris A. Barbosa Quaresma. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. Características gerais e problemas da pesca amazônica no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Série Antropologia**, v 6, n1, p. 41-93, jun. 1990.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 2, p. 159-172, maio-ago. 2006.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. Pesca Artesanal: um delineamento de sua história no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**. Série Antropologia, v 6, n 79, 1981.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Serviço de Educação e Bolsas, 2001.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. V. 16 n. 47. Campinas, mai - ago. 2011

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais, paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GOLDWASSER, M. J. Estudos de Comunidade: teoria e/ ou método? **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v 5, nº 1, p. 69-81, 1974. ISSN: 0041-8862

GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto. 2008.

GRANOVETTER, Mark. (2000), **Le marché autrement**. Paris: Desclée de Brouwer. (Coletânea de cinco artigos traduzidos para o francês).

GUSFIELD, J. R. **Community: a critical response**. New York: Harper & Row Publications. 1975.

HEBETTE, J. A velha questão da terra na Amazônia: a estrutura fundiária amazônica da colonização até hoje. In: **Cruzando a fronteira**: trinta anos de estudo do campesinato na Amazônia. Vol.2. Belém: EDUFPA, 2004.

HÉBETTE, Jean. Associativismo: um ensaio sobre a sua contextualização histórica. In: GOMES, Ana Célia; MANESCHY, Maria Cristina; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; FERREIRA, José Maria Carvalho (Org.). **Organização social do trabalho e associativismo no contexto da mundialização**: estudo em Portugal, África e Amazônia. Belém: NUMA/UFPA, 2010. p. 13-52.

HEBETTE, Jean; ALVES, Juliette Miranda, QUINTELA, Rosangela da S. Parentesco, vizinhança e organização profissional na formação da fronteira amazônica. In: HÉBETTE, Jean, MAGALHÃES, Sônia Barbosa e MANESCHY, Maria Cristina. (Orgs). **No mar, nos rios na fronteira. faces do campesinato no Pará**. Belém, EDUFPA. 2002. (p. 175-2002).

HOMMA, A. K. O. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia? **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 167-186, 2012.

HOMMA, A. K. O.; SANTOS, J. C.; SENA, A. L. S.; MENEZES, A. J. E. A. Pequena produção na Amazônia: conflitos e oportunidades, quais os caminhos? **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, Belém, v. 9, n. 18, p. 137-154, 2014.

HORA, Neriane N. da. **Atividades produtivas e conservação da biodiversidade um estudo na comunidade Igarapé Grande, ilha de João Pilatos, Ananindeua-PA**. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Pará, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Belém, 2014.

HUERTAS, Daniel M. **Da fachada atlântica à imensidão amazônica: fronteira agrícola e integração territorial**. São Paulo: Annablume, 2009.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Portaria nº 268 de 23 de outubro de 1996. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Executivo. Brasília. DF. 25 de out. de 1996.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implementação**. INCRA, 2011.

ISAAC, V.J; BARTHEM, R. B. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ser. Antropologia 11(2), 295. 1995.

ITERPA. Disponível em: <http://www.iterpa.pa.gov.br/content/projetos-de-assentamento> Acesso em 11 de fevereiro de 2017.

JOVCHELOVICH, S; BAUER MW. **Entrevista Narrativa**. In: Bauer MW, Gaskell G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes; 2002, p. 90-113.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. Sobre associativismo, desigualdades e democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18, Nº 53. Maio/2003.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia Geral**. 6º Ed. São Paulo: Atlas, 1990.

LAKATOS. Eva Maria. MARCONI, Mariana de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ªed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAZZAROTTO, Joelsio J. Associativismo Rural e a sua Viabilização: estudo de caso comparativo de duas associações de produtores rurais do município de Pato Branco (PR). In: **Anais do XXXI Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração – ENANPAD**. Salvador. 2002.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIRA, T. de M.; CHAVES, M. P. S. R. Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento local**, v 17, p.66 – 76, 2016.

LOUREIRO, V. R. Pressupostos do modelo de integração da Amazônia brasileira aos mercados nacional e internacional em vigência nas últimas décadas: a modernização às avessas. In: COSTA, M. J. J. (Org.). **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém: UFPA, 2010.

LÜCHMANN, L. H. H. Abordagens Teóricas Sobre o Associativismo e seus Efeitos Democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 29 n° 85 junho / 2014.

MACEDO, M. E.; GONÇALVES, L. M. A. Notas sobre os Conceitos de Comunidade. Comunicação Comunitária e Dialógica. **Revista Comunicação & Educação**. Ano XIX. nº1 . jan/jun, 2014.

MAIA, Rosane de Oliveira. **A política de regularização fundiária e reforma agrária**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2011.

MANESCHY, M. C.; KLOVDAHL, A. Redes de associações de grupos camponeses na Amazônia Oriental (Brasil): fontes de capital social? REDES - **Revista hispana para el análisis de redes sociales** Vol.12, #4, Jun. 2007.

MANESCHY, M. C.; MAIA, M. L. S.; CONCEIÇÃO, M. F. C. Associações rurais e associativismo no Nordeste amazônico: uma relação nem sempre correspondida. **Novos Cadernos NAEA** v. 11, n. 1, p. 85-108, jun. 2008.

MASSAMBA, S. F. P. **A pesca artesanal e suas contribuições para o desenvolvimento local: uma análise comparativa dos Distritos de Icoaraci-Belém (PA) - Brasil e Vilankulo - Inhambane-Moçambique**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente. Belém, 2016.

MATOS, A. G. de. **Organização Social de Base: reflexões sobre significados e métodos**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural-NEAD/

Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Ministério do Desenvolvimento Agrário. Editora Abaré, 2003.

MAUÉS, R. H. **Uma outra “invenção” da Amazônia: religiões, histórias, identidade.** Belém: Cejup, 1999.

MELLO, A. F. de. Movimentos sociais na pesca. In: **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia.** V.11, nº 1, junho. 1995 (p. 19-39).

MELLO, D. Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores. gpnep.blogspot.com/p/pesquisa-narrativa.html. Acesso em 10 de abril de 2017.

MELO NETO, J. F. de. **Educação Popular: enunciados teóricos.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004. 127 p. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/livros/pa_l_2004_educacao_popular_enunciados_teoricos.pdf. Acesso em: 15 fev. 2017.

MORAES, R. Análise de Conteúdo. **Revista Educação.** v. 37, p. 7-32, 1999.

MORAES, S. C. de. **Conhecimentos Tradicionais na Pesca Artesanal.** Ateliê Geográfico. V.5, n. 2. 2011.

MORAES, S. C. de. **Uma Arqueologia dos Saberes da Pesca: Amazônia e Nordeste.** Belém: EDUFPA. 2007. doi:639.209811.

MORAES, S. C. de. **De homens e peixes: a metamorfose da vida na água.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

MORAES, S. C. de. *et al.* Delineamento da situação das Organizações Sociais de pescadores amazônicos: o caso do Nordeste Paraense. In: **Políticas Pesqueiras nos Países Amazônicos.** Organizado por Tereza Ximenes. Belém: Associação de Universidades Amazônicas. Universidade federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1996.

MORAES, S. C. de; ROCHA, N. S. A. da, CUNHA, A. S. **Educação Enquanto Instrumento de Emancipação Social para as Mulheres Pescadoras da Amazônia-Brasil.** I Encontro de Pesquisas e Práticas em Educação do Campo da Paraíba. João Pessoa, jun 2011.

MOREIRA, Daniel A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2008.

MOTA, A. E. **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. Ana Elizabete Mota (org.) – 2 rev. e ampl. – São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, M. V.; MANESCHY, M. C. A. Territórios e territorialidades no extrativismo de caranguejos em Pontinha de Bacuriteua, Bragança, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 9, n. 1, p. 129-143, 2014.

OLIVO, L. C. C. de. **As Organizações Sociais e o novo espaço público**. Florianópolis; FEPESE/Editorial Studium, 2005.

OLIVEIRA, D. T. de; MEZOMO, J. Autogestão e Parceria no Associativismo: um estudo de caso na Associação Apec da cidade de Francisco Beltrão-Pr. **Ciências Sociais em Perspectiva** V.14 – nº. 27: p. 108 – 132; 2 sem. 2015.

PALÁCIOS, M. **Cotidiano e Sociabilidade nos Cyberespaço: apontamentos para discussão**. Disponível em: <http://www.comunidadesvirtuais.pro.br/hipertexto/biblioteca/palacios.pdf> Acesso em 19 de fev. 2017.

PARDAL, Maria. Isabel. B. **Empenhamento das Associações de Desenvolvimento Local nas Atividades de Educação e Formação de Adultos – Avaliação E Funções: O Caso de Mértola**. 2011 Dissertação (Mestrado) – Universidade do Algarve. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Faro, 2011.

PARENTE, V. M.; VIEIRA, E. F.; CARVALHO, A. R.; FABRÉ, N. N. A pesca e a economia da pesca de bagres no eixo Solimões-Amazonas. In: FABRÉ N. N.; BARTHEM (Org.). **O manejo da pesca dos grandes bagres migradores: piramutaba e dourada no eixo Solimões-Amazonas**. Manaus: IBAMA / ProVárzea, 2005.

PEIXOTO, S. E. Comunidade e Desenvolvimento Agrícola. Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais (NUCLAER) Universidade da Bahia- UFBA [sd]. Disponível em: <http://www.twiki.ufba.br/twiki/pub/Nuclear/Artigo2/artigo.pdf> Acesso em 24 de fev. de 2017.

PINHEIRO, D. **A agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores.**In: TEDESCO, J.C. (Org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: Edupaf, 2001.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época.** Rio de Janeiro: Editora Campus. 1983.

POTIGUAR JÚNIOR, P. L. T **Caminhos e (des)caminhos do associativismo entre os ‘Povos das águas’’: Associação Beneficente dos Pescadores de Marudá – Pará.** 2008. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) – Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Pará. Belém, 2008.

POTIGUAR JÚNIOR, P. L. T. **Desvelando o invisível: os movimentos sociais na pesca e suas ações no estuário do Pará.** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 3, p. 51-62, set-dez. 2007.

POTIGUAR JÚNIOR, P. L. T. **Os impactos dos movimentos sociais na pesca: um estudo de caso na Ilha de Caratateua,** Belém, Pa. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Universidade Federal do Pará. 2001.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

RECH, D. **Cooperativas:** uma alternativa de organização popular. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

REED, M. **Teorização Organizacional: um campo historicamente contestado.** Trad. Jader Cristo de Souza Silva e Marcos Cerqueira Lima. In: CLEGG, S.R. et al. (orgs. Ed. Original); CALDAS, M. et al. (Orgs. Ed. Brasileira). Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, N. S. A. da. **A pesca feminina na comunidade Segredinho: Município de Capanema – PA.**Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Belém, 2011.

ROCHA, Silvio Luis da. **Terceiro Setor.** São Paulo: Editora Malheiros, 2003.

RUFFINO, M. L. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia**. 2. ed. Manaus: IBAMA / ProVárzea, 2005.

SACCO, F. A. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003, 374p.

SALOMON, D. V. **Como Fazer uma Monografia**. 10 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, G. M. e FERREIRA, E. J. G. "Peixes da bacia amazônica". In: LOWEMCCONNELL, R. **Estudos ecológicos de comunidades de peixes tropicais**. São Paulo, Edusp, 1999, pp. 345-373, 534 p.

SANTOS, G. M.; FERREIRA, E. J. G.; VAL, A. L. Recursos Pesqueiros e Sustentabilidade na Amazônica: Fatos e Perspectivas. **Hiléia - Revista do Direito Ambiental da Amazônia**. n 08, p. 43-76, 2010.

SANTOS, G. M.; SANTOS, A. C. M. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Estudos Avançados** 19 (54), p. 165-182, 2005.

SCHMIDT, J. P. Comunidade e Comunitarismo: considerações sobre a inovação de ordem sociopolítica. **Revista Ciências Sociais**. Unisinosz. Set./Dez. 2011.

SENA, A. L. **Trabalho e trabalhadores da pesca industrial no Pará face á metamorfose do capital**. Belém, Pará, Brasil: NAEA/UFPA. 2006. doi:CDD 21ed. 338.3727098115.

SILVA, Christian Nunes da. ALBUQUERQUE, A. M. Organização social: demografia, família, associativismo e participação política. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). **Gestão de ilha de muitos recursos, histórias e habitantes: a experiência da Trambioca**, Barcarena, PA. Belém: NAEA / UFPA, 2004. p. 137-183.

SILVA, Christian Nunes da. **Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Itaquara**, Breves – PA. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Belém. 2006.

SILVA, Christian. Nunes da, *et al.* Mecanismos de configuração territorial de pescadores artesanais do rio Itaquara, Breves, PA. In: PALHETA DA SILVA, J. M.; SILVA, C. N. **Pesca e territorialidades: contribuições para análise espacial da atividade pesqueira**. Belém: GAPTA/UFPA, v.1, p. 149-173. 2011.

SILVA, Christian. Nunes da, *et al.* Pesca e influências territoriais em rios da Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**. v. 19, n. 1, p. 193-214, jan-abril 2016, ISSN 1516-6481 / 2179-7536.

SILVA, Christian. Nunes da. **Geotecnologias aplicadas ao ordenamento territorial pesqueiro**. Tese de Doutorado em Ecologia Aquática e Pesca. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aquática e Pesca. Belém. 2012.

SILVA, Luis Geraldo (Coord). Os pescadores na história do Brasil. Volume 1 – Colônia e Império. In: **Comissão Pastoral dos Pescadores**. Boa Vista, Recife. Vozes, 1988.

SILVA, Maria das Graças da. Territórios Insulares: saberes e práticas socioambientais cotidianos. **Revista Cocar**, v8 nº 16. P. 109-124, ago - dez. 2014.

SILVA, Marilena L. d.; **Educação Ambiental e Cooperação Internacional na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

SILVA, Marilene C. d.; **O país do Amazonas**. Manaus: Valer / UniNorte, 2004.

SMITH, N. J. H. **Pesca no rio Amazonas**. Manaus, Inpa/ CNPq, 1979, 154 p.

SOUSA, G. M.; MANESCHY, M. C. A. **Associações e redes de relações sociais: Uma alternativa em busca de melhores condições de vida, trabalho e renda? II ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA DA REGIÃO NORTE**. Belém, Pa. Setembro, 2010.

SOUZA, C. B. G. A gestão dos recursos naturais na Amazônia: a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá-PA. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 83-104, 2010.

SOUZA, J. A. de Almeida. A Espacialidade de uma Amazônia Ribeirinha Face ao Urbano: o exemplo de São Domingos do Capim (PA) e o desenvolvimento do turismo. **Revista Turismo em Análise**, v.20, n.1, abril 2009.

SOUZA, Márcio. **Breve histórico da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

SOUZA, Nádya S. A Amazônia brasileira: processo de ocupação e a devastação da floresta. **Boletim Científico ESMPU**, Brasília, a. 9 – n. 32/33, p. 199-235 – jan./dez. 2010.

TAVARES, Patrícia da Cunha. **Gestão de Organizações Coletivas: Um Quadro de Referências**. São Paulo: EAESP/FGV, 2003, 139p. (Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV. Área de Concentração: Organizações e Recursos Humanos

TOMANIK, E. A. *et al.* Estudo das avaliações e expectativas sobre as condições pessoais e de vida entre os pescadores do lago de Itaipu. IN: **Cidadania e participação social [online]**. SILVEIRA, AF., et al., org. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 230 p. ISBN: 978-85-99662-88-5.

TÖNNIES, F. **Comunidade e Sociedade como entidades típico – ideais**. In Comunidade e Sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodologia e de aplicação. São Paulo: Nacional, 1973, p. 96-116. Fernandes F. (Org).

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e Sangue: Política e Sociedade na América Latina**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

TOZY, Shirley Capela. **Municipalização da gestão ambiental: situação atual dos municípios do Estado do Pará**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Belém, 2007.

VASCONCELLOS, M.; VASCONCELLOS, A. M. de A. Ação Coletiva, Parceria e Empoderamento. In: **Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia**. Teisserenc, Pierre et al (Orgs.). Belém: NUMA/UFPA. 2008.

VIDAL, Marcelo Derzi. Manejo participativo da pesca na Amazônia: a experiência do Pro Várzea. **Revista Ciência e Natura**, UFSM, v 2, nº 32, p.97 - 120, 2010.

VIEGAS, J. **Implicações Democráticas das Associações Voluntárias**– O caso Português numa perspectiva comparativa europeia. Sociologia, Problemas e Práticas. 2004.

VOLTOLINI, Ricardo. **Terceiro Setor: planejamento e gestão**. 2ª ed. São Paulo. Editora Senac São Paulo. 2004.

WAGLEY, Charles. **Welcome of tears: the Tapirapé Indians of Central Brazil.** New York: Oxford University Press, 1977.

WEBER, Max. **Comunidade e sociedade como estruturas de socialização.** In: FERNANDES, Florestan. *Comunidade e Sociedade.* São Paulo: Nacional, 1973.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXOS

ANEXO A: Desembarque na Ilha João Pilatos – Ananindeua (Pa).



Fonte: O Autor, 2016.

ANEXO B: Transporte escolar da região insular de Ananindeua (Pa).



Fonte: O Autor, 2016.

ANEXO C: Sistema de abastecimento de águas de residência – João Pilatos.

Fonte: O Autor, 2016.

ANEXO D: Entrevista com informante Manoel Nazareno Farias.

Fonte: O Autor, 2016.

ANEXO E: Reunião Associação AMPPRJP, Ananindeua (Pa).



Fonte: O Autor, 2017.

**ESTATUTO DA COLÔNIA DE PESCADORES, ARTESANAIS,
AQUICULTORES E MARISQUEIROS DE ANANINDEUA
C.P.A.**

CAPITULO I

Da Denominação, Sede, Duração e Fins

Artigo 1º - A Colônia dos pescadores artesanais aquicultores e Marisqueiros de Ananindeua, também designada pela sigla - C.P.A, fundada em 29/ 06 /2004, com duração por tempo indeterminado, cujas atividades reger-se-ão pelo presente estatuto e pela legislação em vigor.

Artigo 2º - A Associação é uma entidade de direito privado, de natureza filantrópica, sem fins lucrativos, sem vinculação partidária, com sede e foro no Município de Ananindeua, Estado do Pará, situada na Rua Vitória, nº 29, Distrito Industrial, CEP 67.000, e tem por finalidades:

A- Representação e a defesa dos direitos e interesses de seus associados. Junto aos órgãos públicos e privados e autoridades em geral.

B- Pleitear para a colônia e seus associados a as concessões legais relativo a terrenos marinhos

C- Combater qualquer ataque ao meio ambiente, especialmente a poluição aquática e a pesca predatória

D- Promover a união e a organização de todos os associados da área de abrangência, na busca dos direitos mínimos de cidadania.

E- Lutar junto aos poderes públicos por medidas que assegurem a satisfação das necessidades fundamentais de todos os associados.

F- Proceder à comercialização de produtos, frutos do trabalho dos associados.

G- Organizar os associados e conscientiza-los da importância da preservação das espécies pescadas.

H- incentivar a cultura, o esporte, o lazer, o reflorestamento e a preservação e conservação das nascentes e cursos dos rios. Dentro de sua área de abrangência, assim como a educação popular e ambiental.

I- Promover a articulação de intercâmbio com outras organizações populares a nível local, nacional e internacional.

J- Firmar convênios com entidades afins, públicas ou privadas.

L- Promover meios que permitam o mais livre e completo desempenho profissional que havendo recursos vislumbrar por uma forma mais humana e justa de sobrevivência por parte de seus associados.

Parágrafo Primeiro- A área de atuação da colônia abrange todo o município de Ananindeua, e demais municípios da área metropolitana de Belém

Parágrafo Segundo - Para tanto a entidade poderá organizar bazares, promover rifas e sorteios, tudo com expressa obediência à legislação pertinente, objetivando aumentar a receita, a qual será, única e exclusivamente direcionada para as finalidades sociais às quais a entidade se destina.

Parágrafo Terceiro- A entidade poderá efetuar convênios com todos os Ministérios, Repartições do Estado e do Município, bem como fundações governamentais e particulares.

Artigo 3º- A colônia de pescadores é filiada a federação dos pescadores do estado do Pará e a confederação nacional dos pescadores sem prejuízo de sua autonomia.

Artigo 4º - No desenvolvimento de suas atividades, a Associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer distinção de raça, sexo, condição social, credo político ou religioso.

Artigo 5º - A entidade poderá adotar o regimento interno que, se aprovado pela assembléia geral, disciplinará seu funcionamento.

CAPITULO II

Da Constituição do Quadro Social

Artigo 6º - A C.P.A, é uma sociedade com número ilimitados de sócios que reúne associados de diferentes níveis de escolaridade, áreas profissionais, setoriais e outros segmentos sociais, que comungam



ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES ARTESANAIS, AQUICULTORES E PRODUTORES RURAIS DAS ILHAS DE ANANINDEUA - APAAPRIAN.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E TEMPO DE DURAÇÃO.

Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES ARTESANAIS, AQUICULTORES E PRODUTORES RURAIS DAS ILHAS DE ANANINDEUA, também designada pela sigla APAAPRIAN, fundada em 06 de março de 2004, é uma sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, com fins não econômicos, sem qualquer distinção de raça, cor, sexo, condição social, credo político ou religioso, cuja duração é por tempo indeterminado, com área de atuação NA Região das Ilhas e foro no Município de Ananindeua, Estado do Pará, e sede provisória na comunidade denominada de Cajueiro, na Ilha de Cajueiro, nº 01, CEP: 67.000-000, cujas atividades reger-se-ão pelo presente estatuto, pelo regimento interno e pela legislação em vigor.

Art. 2º - A entidade tem por finalidade:

I - Desenvolver perante todas as esferas de governos, à iniciativa privada e instituições sociais, os interesses dos pescadores, aquicultores e produtores rurais do Município de Ananindeua, no sentido de captar recursos e apoio técnico especializado para a implantação de projetos afins e de desenvolvimento social e humano, visando a inclusão social e digital, lutando pelos direitos mínimos de cidadania;

II - Disseminar uma conscientização sobre os direitos da criança e do adolescente, da mulher, do idoso, dos deficientes físicos e do consumidor e acima de tudo o direito à vida.

III - Prestar assistência e amparo a famílias carentes, de modo a satisfazer suas necessidades básicas de vestuário, alimentação, e higiene, bem como promover campanhas educativas na área da saúde e oferecer atendimento médico, odontológico e psicológico;

IV - Desenvolver meios necessários e buscar junto ao Poder Público, recursos para atender as necessidades de moradia digna, tanto para aquisição de terreno, casa, como para reforma ou conclusão de casas já pertencentes aos associados;

V - Incentivar a cultura, o esporte, o lazer, o reflorestamento e a preservação das nascentes e cursos dos rios, assim como a educação popular e ambiental;

VI - Promover cursos profissionalizantes para jovens e adultos, através de parcerias com entidades afins, empresas, instituições governamentais, com vistas à geração de emprego e renda, através da qualificação profissional, com forte participação social, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o exercício da cidadania.

Art. 3º - A Associação dedicará suas atividades por meio de execução direta de projetos, programas ou planos de ações, por meio de doações de recursos físicos e financeiros, ou prestações de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos;

Parágrafo primeiro - A Associação presta serviços permanentes e sem discriminação de clientela, de acordo com o plano de trabalho aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Parágrafo segundo - A Associação poderá criar Departamentos e Comissões de prestações de serviços, cujos titulares e atribuições serão indicadas e regidas pelas disposições estatutárias e por decisões tomadas em Assembleia Geral;

Parágrafo terceiro - A Associação apresentará seu plano de atividades anual, no mês de janeiro de cada ano, prevendo as realizações da entidade.

CAPÍTULO II - DOS SÓCIOS

Art. 4º - O número de sócios é ilimitado, distribuídos nas seguintes categorias:

DEF-DEFEN- ARTIZANA	Confere com o original
	Em: / /
	FEV 2015

EW



INSTITUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE IGARAPÉ GRANDE.

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede, Duração e Fins.

Artigo 1º - A Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais de Igarapé Grande, também designada pela sigla - AMPPRIG - fundada em 30/09/1990, com duração por tempo indeterminado, cujas atividades reger-se-ão pelo presente estatuto e pela legislação em vigor.

Artigo 2º - A Associação é uma Organização não governamental de direito privado, de natureza filantrópica, sem fins lucrativos, sem vinculação partidária, com sede e foro no Município de Ananindeua, Estado do Pará, situada na Comunidade Igarapé Grande, Ilha João Pilatos, CEP: 67.000.000, Zona Rural em Ananindeua, e tem por finalidades:

- I - Representação e a defesa dos direitos e interesses de seus associados. Junto aos órgãos públicos, privados e autoridades em geral, por melhores condições de vida.
 - II - Incentivar a prática da ajuda mútua a fim de aumentar a solidariedade e a união entre os moradores da localidade.
 - III - Combater qualquer ataque ao meio ambiente.
 - IV - Promover a união e a organização de todos os associados da área de abrangência, na busca dos direitos mínimos de cidadania.
 - V - Apoiar as lutas populares e sindicais das entidades de Ananindeua e de outras localidades, que visem o bem estar comum.
 - VI - Lutar junto aos poderes públicos por medidas que assegurem a satisfação das necessidades fundamentais de todos os associados.
 - VII - Promover cursos, seminários, palestras, debates e atividades culturais que visem elevar o nível de consciência dos moradores.
 - VIII - Organizar os associados e conscientizá-los da importância da preservação das espécies de animais e vegetais existentes na ilha, assim como, incentivar o reflorestamento, a preservação e conservação das nascentes e margens dos rios, assim como a educação popular e ambiental.
 - IX - Incentivar a cultura, o esporte, o lazer, dentro de sua área.
 - X - Promover a articulação de intercâmbio com outras organizações populares a nível local, nacional e internacional.
 - XI - Firmar convênios com entidades afins, públicas ou privadas que possam ajudar no desenvolvimento da comunidade.
 - XII - Promover meios que permitam o mais livre e completo desempenho profissional que havendo recursos vislumbrar por uma forma mais humana e justa de sobrevivência por parte de seus associados.
 - XIII - Utilizar os meios de comunicações como boletins, jornais, revistas, rádios, televisão entre outros que se fizerem necessários para divulgação dos objetivos da Associação.
- Parágrafo Primeiro** - Para tanto a entidade poderá organizar bazares, promover rifas e sorteios; tudo com expressa obediência à legislação pertinente, objetivando aumentar a receita, a qual será única e exclusivamente direcionada para as finalidades sociais as quais a entidade se destina.
- Parágrafo Segundo** - A Associação poderá efetuar convênios com todos os Órgãos Federais, Estaduais, Municipais e Entidades Particulares.

PORTARIA N 39, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2005

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 29, inciso VI, do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria INCRAMDA/nº 164, de 14 de julho de 2.000, publicada no D.O.U do dia 17 do mesmo mês e ano.

CONSIDERANDO a destinação do imóvel rural denominado **ILHA JOÃO PILATOS**, com área de **3.854,7138 ha**, localizado no Município de Ananindeua, no Estado do Pará

CONSIDERANDO as disposições contidas no Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre a Secretaria do Patrimônio da União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, publicado no DOU de 22/11/2005, no qual a SPU autoriza o INCRA a criar projetos de assentamento sustentáveis.

CONSIDERANDO que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam a análise no Processo INCRA/SR-01/Nº 54100.001816/2005-63 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria resolve

Art. 1º - Aprovar a proposta de destinação, para assentamento de agricultores, do imóvel rural denominado **ILHA JOÃO PILATOS**, com área de **3.854,7138 ha**, (três mil oitocentos e cinquenta e quatro hectares, setenta e um ares, trinta e oito centiares), localizado no Município de Ananindeua, no Estado do Pará, que prevê a criação de 200 (duzentas) unidades agrícolas familiares.

Art. 2º - Criar o Projeto de Assentamento Agroextrativista PAE ILHA JOÃO PILATOS - Código SIPRA PA0292000, a ser implantado e desenvolvido por esta Superintendência Regional, em articulação com a Superintendência Nacional do Desenvolvimento Agrário

JOSÉ CRISTIANO MARTINS NUNES

PORTARIA N 43, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2005

RIO VIVO

UM DIA DE LIMPEZA NO RIO MAGUA

DIA 27 DE JUNHO DE 2004

ATRAÇÕES:

GAROTA E GAROTO RIO VIVO, RIO VIVO GAY,
QUADRILHAS, CANDAGEM, TRIATON, PESCARIA E
NATAÇÃO

LOCAL: RUA BEIRA- RIO, ENTRE VITÓRIA E
SALVADOR- DISTRITO INDUSTRIAL

REALIZAÇÃO

ORGANIZADO POR



MÚSICA

UNIVERSIDADE

VAMOS LIMPAR NOSSO RIO E CELEBRAR O DIA DO PESCADOR

INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES:

ARI MODESTO-255-6450 - ROSE MAIA:255-3303

ROSI MODESTO:8801-6626

SANDRA: 286-5535

APOIO: PMA, CLÓVIS BEGOT, VER. NONATO SANNOVA ANTONIO DANÚBIO,
DEP. ESTADUAL ZÉ CARLOS ANTUNES, DEP. FEDERAL PAULO ROCHA
SEC.AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SEC.TRAB. E
CIDADANIA, SEC.SAÚDE, MAIA'S OFFICE, LUIS CARLOS

MUNICÍPIO,
JOVIA DO
DADEIRA
ONTEM.

BOSA, Nº 1
NANINDEU

opolitana de Belém,

APÊNDICES

APÊNDICE A: Roteiro de Entrevista submetido ao Presidente da Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais da Ilha de Igarapé Grande – AMPPRIG – Ananindeua (PA) – Brasil.

- **Questões Gerais**

1 – Como surgiu essa associação (período em que foi criada, quem contribuiu para a sua criação, quais as razões de criá-la)?

2 – Quantos sócios existem hoje na associação?

3 – Aonde a associação está localizada e como está composta sua estrutura física?

4 – De que forma a associação vem desenvolvendo seu trabalho?

5 – As reuniões acontecem em quais períodos? Como se dá participação dos associados?

6 – Existem associações parceiras desta? Quais atividades realizam em conjunto? Como é realizada esta parceria?

7 – Existe alguma parceria com órgão ou instituição pública? Qual? Como acontece essa parceria?

8 – Os associados participam de mais de uma associação existente nas ilhas de Ananindeua? Quais?

9 – Existem pescadores participando desta associação? Quantos?

- **Questões Específicas**

1 – A associação surgiu antes da Colônia de pescadores?

2 – Quais os benefícios advindo com as ações da associação para a comunidade?

3 – Quais as principais dificuldades enfrentadas pela associação?

4 – A associação já existia antes do PAE?

5 – Os beneficiados da associação são de dentro ou fora da comunidade?

6 – A atividade pesqueira é fomentada pela associação? De que forma?

7 – Existe alguma relação entre a associação e a Colônia de pescadores Z- 93? Qual?

8 – Existe algum trabalho voltado para a gestão dos recursos naturais? Qual?

APÊNDICE B: Roteiro de Entrevista submetido ao Presidente da Associação de Pescadores Artesanais, Aquicultores, Marisqueiros e Produtores Rurais das Ilhas de Ananindeua – APAAPRIAN - Ananindeua (PA) – Brasil.

- **Questões Gerais**

1 – Como surgiu essa associação (período em que foi criada, quem contribuiu para a sua criação, quais as razões de criá-la)?

2 – Quantos sócios existem hoje na associação?

3 – Aonde a associação está localizada e como está composta sua estrutura física?

4 – De que forma a associação vem desenvolvendo seu trabalho?

5 – As reuniões acontecem em quais períodos? Como se dá participação dos associados?

6 – Existem associações parceiras desta? Quais atividades realizam em conjunto? Como é realizada esta parceria?

7 – Existe alguma parceria com órgão ou instituição pública? Qual? Como acontece essa parceria?

8 – Os associados participam de mais de uma associação existente nas ilhas de Ananindeua? Quais?

9 – Existem pescadores participando desta associação? Quantos?

- **Questões Específicas**

1 – A associação surgiu antes da Colônia de pescadores?

2 – Quais os benefícios advindo com as ações da associação para a comunidade?

3 – Quais as principais dificuldades enfrentadas pela associação?

4 – A associação já existia antes do PAE?

5 – Os beneficiados da associação são de dentro ou fora da comunidade?

6 – A atividade pesqueira é fomentada pela associação? De que forma?

7 – Existe alguma relação entre a associação e a Colônia de pescadores Z- 93? Qual?

8 – Existe algum trabalho voltado para a gestão dos recursos naturais? Qual?

APÊNDICE C: Roteiro de Entrevista submetido ao Presidente da Associação dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais de João Pilatos – AMPPRJP - Ananindeua (PA) – Brasil.

- **Questões Gerais**

1 – Como surgiu essa associação (período em que foi criada, quem contribuiu para a sua criação, quais as razões de criá-la)?

2 – Quantos sócios existem hoje na associação?

3 – Aonde a associação está localizada e como está composta sua estrutura física?

4 – De que forma a associação vem desenvolvendo seu trabalho?

5 – As reuniões acontecem em quais períodos? Como se dá participação dos associados?

6 – Existem associações parceiras desta? Quais atividades realizam em conjunto? Como é realizada esta parceria?

7 – Existe alguma parceria com órgão ou instituição pública? Qual? Como acontece essa parceria?

8 – Os associados participam de mais de uma associação existente nas ilhas de Ananindeua? Quais?

9 – Existem pescadores participando desta associação? Quantos?

- **Questões Específicas**

1 – A associação surgiu antes da Colônia de pescadores?

2 – Quais os benefícios advindo com as ações da associação para a comunidade?

3 – Quais as principais dificuldades enfrentadas pela associação?

4 – A associação já existia antes do PAE?

5 – Os beneficiados da associação são de dentro ou fora da comunidade?

6 – A atividade pesqueira é fomentada pela associação? De que forma?

7 – Existe alguma relação entre a associação e a Colônia de pescadores Z- 93?
Qual?

8 – Existe algum trabalho voltado para a gestão dos recursos naturais? Qual?

APÊNDICE D: Roteiro de Entrevista submetido ao Presidente da Colônia de Pescadores Z -93- Ananindeua (PA) – Brasil.

• **Questões Gerais**

1 – Como surgiu a Colônia (período em que foi criada, quem contribuiu para a sua criação, quais as razões de criá-la)?

2 – Quantos participantes existem hoje na Colônia?

3 – Aonde a Colônia está localizada e como está composta sua estrutura física?

4 – De que forma a Colônia vem desenvolvendo seu trabalho?

5 – As reuniões acontecem em quais períodos? Como se dá participação dos associados?

6 – Existem associações parceiras desta? Quais atividades realizam em conjunto? Como é realizada esta parceria?

7 – Existe alguma parceria com órgão ou instituição pública? Qual? Como acontece essa parceria?

8 – Os associados participam de mais de uma associação existente nas ilhas de Ananindeua? Quais?

• **Questões Específicas**

1 – Quais os benefícios advindo com as ações da Colônia para a comunidade?

2 – Quais as principais dificuldades enfrentadas pela Colônia?

3 – A Colônia já existia antes do PAE?

4 – Os beneficiados da Colônia são de dentro ou fora da comunidade?

5 – Quais os serviços prestados aos associados?

6 – A atividade pesqueira é fomentada pela Colônia? De que forma?

7 – Existe alguma relação entre as associações existentes nas comunidades e a Colônia de pescadores Z- 93? Qual?

8 – Existe algum trabalho voltado para a gestão dos recursos naturais? Qual?

9 – Quais as instituições públicas que ajudam a categoria?

10 – Acredita que essa atividade é importante para a comunidade? Porque?

APÊNDICE E: Roteiro de Entrevista submetido aos informantes mais antigos da Comunidade de Igarapé Grande - Ananindeua (PA) – Brasil.

- **Questões Gerais**

1 - Como surgiu a comunidade de Igarapé Grande? Qual o período?

2 – Quais as mudanças positivas e negativas observadas na comunidade com o passar dos anos?

- **Questões Específicas**

3 – Você participa de associação? Qual?

4 - Qual a importância da associação para você?

5 – Como atividade pesqueira é vista pela comunidade?

6 – Como se dá a gestão dos recursos naturais na área?

APÊNDICE F: Roteiro de Entrevista submetido aos informantes mais antigos da Comunidade de João Pilatos - Ananindeua (PA) – Brasil.

- **Questões Gerais**

1 - Como surgiu a comunidade de João Pilatos? Qual o período?

2 – Quais as mudanças positivas e negativas observadas na comunidade com o passar dos anos?

- **Questões Específicas**

3 – Você participa de associação? Qual?

4 - Qual a importância da associação para você?

5 – Como atividade pesqueira é vista pela comunidade?

6 – Como se dá a gestão dos recursos naturais na área?

APÊNDICE G: Roteiro de Entrevista submetido aos informantes mais antigos da Comunidade de Cajueiro - Ananindeua (PA) – Brasil.

- **Questões Gerais**

1 - Como surgiu a comunidade de Cajueiro? Qual o período?

2 – Quais as mudanças positivas e negativas observadas na comunidade com o passar dos anos?

- **Questões Específicas**

3 – Você participa de associação? Qual?

4 - Qual a importância da associação para você?

5 – Como atividade pesqueira é vista pela comunidade?

6 – Como se dá a gestão dos recursos naturais na área?

APÊNDICE H: Roteiro de Entrevista submetido aos pescadores da Comunidade de Igarapé Grande- Ananindeua (PA) – Brasil.

- **Questões Gerais**

- 1 – Pratica a atividade pesqueira há muitos anos?
- 2 – Recebe o seguro-defeso?
- 3 – Além da pesca pratica alguma outra atividade produtiva? Qual?
- 3- Quais as espécies de pescado mais comercializadas?
- 4 – Qual o apetrecho utilizado na captura?
- 5- Quais as principais embarcações usadas para a atividade pesqueira?
- 6 – Qual a finalidade do peixe capturado?

- **Questões Específicas**

- 1 – Faz parte da Colônia de pescadores?
- 2 – Além da Colônia participa de alguma outra associação? Porque?
- 3 - O que associação representa para você?
- 4 - Quais os benefícios alcançados mediante a participação na associação?
- 5 – No que você acredita que a Colônia precisa melhorar no que se refere as suas ações?